



# UNIVERSIDADE DO BRASIL

**UFRJ**

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**A NARRATIVA LITERÁRIA COMO ARCABOUÇO DA  
CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DE SUBJETIVIDADE, DE  
CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE: UMA PROPOSTA  
PEDAGÓGICA**

**por**

**LURDES THERESINHA RISSI**

Rio de Janeiro  
Setembro, 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ORIENTADOR: PROF. DRA. SPERANZA FRANÇA DA MATA**

**A NARRATIVA LITERÁRIA COMO ARCABOUÇO DA  
CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DE SUBJETIVIDADE, DE  
CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE: UMA PROPOSTA  
PEDAGÓGICA**

Por

Lurdes Theresinha Rissi

Rio de Janeiro  
Setembro, 2005

A quem ofereço

*A meus pais,*

hoje, seres que apenas  
habitam meu coração  
e vivem na minha saudade,  
mas que construíram dentro  
de mim a imagem de Deus  
pela fé e pelo amor  
e me ensinaram a força  
do trabalho, da lealdade  
e da honestidade.

*A Dra. Speranza*

*França da Mata,*

que vivencia a arte de  
ensinar.

Graças ao seu incansável  
trabalho, somamos  
nossos conhecimentos...

Graças a sua orientação,  
escolhemos nossos  
caminhos...

Graças ao seu estímulo,  
alcançamos nossas metas...

Obrigada por me iluminar.

Você será sempre uma estrela  
a brilhar.

Aos ilustres Diretores do  
***UNI-IBMR***

***Dra. Mariusa e Dr.***

***Hermínio da Silveira,***

um agradecimento muito  
especial

pelo incentivo em realizar  
este curso,

pelo apoio constante,

pelo exemplo perene de fé em  
Deus,

de luta na consecução de  
grandes objetivos,

de trabalho permanente em  
prol da educação e da saúde  
em nosso país.

## AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutoramento, assim como outros trabalhos, embora seja solitária sua produção, conta com a participação, solidariedade e incentivo de muitas pessoas. Ao final, vira uma orquestra de muitos instrumentos, todos igualmente importantes, produzindo a mesma harmonia, com o seu toque singular. A todos que, comigo, estiveram neste trabalho lendo originais, sugerindo novas leituras e outras abordagens, ou incentivando o trabalho – desejo, neste momento, tecer agradecimentos:

*Dra. Speranza França da Mata*; minha orientadora, que, com sabedoria, elegância, paciência me proporcionou muitas e novas reflexões para realizar e concluir o presente trabalho.

Aos professores titulares e suplentes da Banca de Qualificação e Doutoramento agradeço as observações e sugestões de acréscimos e modificações do texto: *Dra. Terezinha Granatto, Dra. Miriam Grinspung, Dra. Mary Rangel, Dr. Francisco Cordeiro Filho, Dr. André Penna Firme, Dr. Reuber Gerbassi Scofano, Dr. Maddi Damião Jr.*

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ agradeço pelo sua importância em diversos momentos do curso. Seu conhecimento, seu saber, seu exemplo de vida contribuíram para que eu descobrisse novas dimensões da educação e os Senhores constituem a marca registrada da excelência profissional: *Dra. Speranza França da Mata, Dr. Francisco Cordeiro Filho, Dr. Pierre, Dr. André Penna Firme, Dr. Reuber Gerbassi Scofano.*

Aos meus colegas de trabalho: *Professor José Ozanam de Castro*, mestre em Filosofia e *Prof<sup>ª</sup> Irene Magalhães*, mestre em Educação, pelas incansáveis sugestões e auxílio na busca de novas leituras e novas abordagens.

Esta lista ficaria incompleta sem os agradecimentos especiais a *Renata Alencar, Maria de Jesus da Silva Gouvêa, Alcione dos Santos Mercês da Costa, Patrícia Siqueira, Bibliotecárias do IBMR e Eunice Pacheco e Rosane Felcman*, alunas que se destacaram pelas sugestões e rápidas soluções diante de problemas de digitação e impressão.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
Diretriz metodológica .....	06
CAPÍTULO II	
Tecendo conceitos.....	15
CAPÍTULO III	
Narrativas literárias para construção de conceitos.....	20
3.1 – Construindo o conceito de subjetividade na educação.....	20
3.1.1 – Análise da narrativa de S. Bernardo, de Graciliano Ramos.....	29
CAPÍTULO IV	
4 – Construindo o conceito de cidadania.....	67
4.2 – Análise do conto: <i>Nascimento de um cidadão</i> , de Moacyr Scliar	
CAPÍTULO V	
5 – Construindo o conceito de meio ambiente.....	71
5.1 – Análise do poema <i>Minha Terra</i> , de Casimiro de Abreu.....	78
CONCLUSÃO.....	82
BIBLIOGRAFIA.....	94

## **RESUMO**

A presente investigação pretende descortinar novos horizontes no estudo da narrativa literária, apresentando-a como arcabouço na construção de conceitos de subjetividade, de cidadania e de meio ambiente. Sendo estes dois últimos abordados apenas como temas transversais, tornar-se-ão relevantes nas aulas de Literatura, oferecendo elementos para uma reflexão crítica sobre o ensino de leitura, principalmente no que concerne à educação e formação de leitores/estudantes e propondo a valorização da construção de sujeitos cidadãos. Na educação literária, processo de ensinar e aprender literatura, a narrativa pode ser o meio de construir/desconstruir subjetividades, prestando serviços/desserviços à educação integral do educando.



## RÉSUMÉ

La présente recherche prétend ouvrir nouveaux horizons en ce qui concerne l'étude de la narrative littéraire, la montrant comme une structure dans la construction de conceptions subjectives du citoyen et de l'environnement. Ces deux derniers sujets sont abordés seulement comme thèmes transversaux, et seront importants dans les cours de littérature, offrant des éléments pour une réflexion critique concernant l'enseignement de la lecture, surtout en ce qui concerne l'éducation et la formation de lecteurs/étudiants et qui propose la valorisation de la construction de vrais citoyens.

Dans l'éducation littéraire, le processus d'enseignement et d'apprentissage littéraire, la narrative peut être le moyen de construction/destruction de subjectivités, aidant/ou portant préjudice à l'éducation intégrale de l'élève.

## **SUMMARY**

The present investigation intends to unveil new horizons regarding the literary narrative, and presents it as a draft of the concepts' construction of subjectivity citizenship and environment. Citizenship and environment subjects are dealt only as transversal themes, so they will become really relevant on literature classes, offering elements for critical thoughts about the current reading way of teaching, mainly on what concerns the education and the readers/students construction, and purposing the importance of citizen individuals own formation.

On literary education, the narrative can be the path to construct or deconstruct subjectivities, offering good or bad service to the student integral education.

## INTRODUÇÃO

Desde que a humanidade percebeu que o Sol poderia não nascer no dia seguinte em alguma parte do planeta Terra, a História passou a ser diferente, a tomar novos rumos, e o homem a olhar o mundo com preocupação, pretendendo tocar a tênue fronteira, onde habita a esperança de prever o perigo, classificar o desconhecido, controlar o futuro e a esperar que o Sol sempre possa nascer e iluminar todo o universo.

Infelizmente, como a natureza é constantemente agredida, não foi o que aconteceu no dia 27 de dezembro de 2004. A tragédia provocada pela tsunami na Ásia e na África, que se abateu sobre o Oceano Índico, foi coletivizada, escrita em páginas de jornais e revistas próximas ou distantes.

Da distância para o local, a catástrofe se individualiza. Na verdade, são mais de 150.000 mortos que não mais verão o nascer do Sol.

Qual o controle que o homem individual e, coletivamente, a humanidade podem ter deste destino?

Nesta tragédia, é a força da dor trazida sobre as ondas do mar, diferente de muitas anteriores, provocadas por outros elementos da natureza que escondem atrás dos cenários destruidores sempre o mesmo autor: o homem. Esta catástrofe como qualquer outra, que ora atinge uma parte do planeta, ora outra, deve ser traduzida.

O controle dos perigos é a moeda corrente, que precisa ser entendida como cuidado. É o que expressa Boff (2003):

“O cuidado é uma relação amorosa que descobre o mundo como valor. Ele não é primeiramente objeto da posse humana e arena dos interesses utilitaristas. Ele possui seu valor intrínseco e sua relativa autonomia. Possui subjetividade, à medida que é parte e parcela do todo, merece ser respeitado e continuar a existir. O cuidado expressa a importância da razão cordial, que respeita e venera o mistério que se vela e revela em cada ser do universo e da Terra. Por isso, a vida e o jogo de relações só sobrevivem se forem cercados de cuidado, de desvelo e de atenção. A pessoa se sente envolvida afetivamente e ligada estreitamente ao destino do outro e de tudo o que for objeto

de cuidado. Por isso, o cuidado provoca preocupação e faz surgir o sentimento de responsabilidade” (p.85/86).

As culturas conceberam inúmeros sistemas na tentativa de estabelecer uma previsibilidade do futuro e do desconhecido, embora saibam que a única marca é a imprevisibilidade obstinada. O máximo que tais sistemas podem conseguir, assim como o jogo do conhecimento, é realizar sua aposta.

De outro lado, a ciência tem uma resposta. Nela, o reino das imagens e dos símbolos, na verdade, torna-se o reino do belo e da perfeição.

O Renascimento e o Iluminismo da razão prática instrumentalizaram a busca pela verdade, esforçando-se por reprimir os devaneios místicos que escapavam entre os dedos.

A modernidade, por outro lado, consolida um projeto para controlar a realidade.

O pensamento psicológico indicou (talvez como desejo) que o movimento histórico-filosófico é parte, ou mesmo totalidade, de uma busca humana inerente de controle sobre a natureza. Algo onde se embute, nada mais, nada menos, que o medo da finitude, a fuga da morte, impulso da perenidade. Houve psicólogos, como Freud, que desejaram fugir do destino ininteligível. Na verdade, fugir do fato de que tudo pode se acabar a um piscar de olhos. Entender, para controlar, ao menos até que a onda quebre. Incompreensível que uma placa tectônica, muito abaixo do mais profundo ponto do Oceano Índico, se move, não sabe a ciência por quê. Encontra uma resistência e o contato produz a força de um milhão de bombas nucleares, cuja energia, ao chegar à superfície, gera ondas de 4 a 12 metros, que vão bater em praias cheias, durante o verão.

Assim, talvez, como as ondas, que deram uma grande lição à humanidade, tenha agora, no início do século XXI, chegado a hora de o homem começar a fazer diante das ações da natureza um profundo e respeitoso silêncio e, principalmente, a adotar uma atitude de cuidado, de reverência e de sábia prudência.

Se realmente o homem tivesse percebido que o Sol, de repente, não pudesse nascer no amanhã para muitos, não jogaria tantas bombas, nem aviões para matar seu semelhante e destruir seu entorno social e natural.

Mas, nesse desastre natural, deveria o homem perceber que ele é um ser frágil, que as catástrofes lhe mostram que é humilde criatura sobrevivendo no planeta Terra por

especial deferência e delicada permissão das forças desconhecidas, surpreendentes e inesgotáveis da natureza.

Catástrofes como a do Sudeste da Ásia estimulam os homens a terem outro comportamento, de mais cuidado e de responsabilidade. Se não houver uma preocupação coletiva e racional, a seleção natural o fará irracionalmente. Esta é a lição que ao homem oferece a história da vida.

Torna-se, portanto, urgente o estudo reflexivo sobre a questão de como a narrativa na Literatura Brasileira pode ser explorada no sentido de educar os adolescentes e jovens a terem veneração pela natureza e que, desde cedo, descubram o espaço, o tempo, a natureza, a matéria, a energia, sem esquecer o mistério dos conteúdos, o que é a existência, a vida, a inteligência e, por conseqüência, compreender-se como pessoa humana, cuja subjetividade deve ser construída a cada dia. Ter para com o outro um olhar amoroso, descobrindo-o como gente, igual a si mesmo e reverenciar a natureza como a grande casa, onde o homem se abriga.

No campo da educação formal, há vários temas que são tratados apenas transversalmente. Como, atualmente, o ensino religioso praticamente foi abolido do currículo de 1º e 2º graus, que abrangia também reflexão sobre moral, ética, cidadania, torna-se necessário encontrar outras formas de abordagem de assuntos como construção da subjetividade, cidadania e meio ambiente, sem objetivos doutrinários e imposições.

Este estudo, portanto, constitui-se em uma tentativa de mostrar pedagogicamente um novo caminho de abordagem da narrativa literária, para chegar a construir no educando os conceitos apontados acima.

O objetivo deste trabalho provém, portanto, da necessidade de encontrar na narrativa um meio de produção de significados não apenas culturais, porém como tecnologia de construção de valores em educação.

Através das falas e ações dos personagens busca-se mostrar ao aluno valores e desvalores, criando nele o senso de percepção. A maneira de o homem relacionar-se consigo mesmo, a das relações sociais e a do meio ambiente devem mudar, a fim de evitar a deterioração lenta e progressiva do homem e do meio ambiente.

Essas relações que o homem estabelece consigo, com os outros cidadãos, com o meio ambiente devem pautar-se na ética e na moral e dependem da construção da

subjetividade, da qual se derivam o conceito de cidadania e o cuidado do homem com o meio ambiente.

Mediante as páginas da narrativa literária, os professores poderão criar momentos singulares de vivência de construção e desconstrução do sujeito, assim como desenvolver atitudes de cidadania e ações de cuidado com as questões ambientais.

Diante da destruição que o ser humano provoca contra si mesmo, contra o semelhante por tantos meios, entre eles bebidas, drogas, e uso de outros mecanismos que acarretam doenças e as ações contra a natureza que, mais cedo ou mais tarde, se voltam contra o homem, a educação deve formar, hoje, pessoas críticas, criativas e cuidantes.

O educando é crítico quando se percebe situado em seu contexto biográfico, social e histórico. Reconhece-se sujeito e cidadão, com deveres e direitos. Todo conhecimento envolve também interesses que criam ideologias, que são formas de justificação e também de encobrimento de atos e decisões. Ser crítico é tirar a máscara dos interesses escusos e trazer à tona conexões ocultas. Só assim se abre espaço para um conhecimento que melhor corresponde ao real sempre cambiante. Ser crítico é conhecer as razões daquilo que se quer e se faz e também implica situar o ser humano e o mundo no quadro geral das coisas e do universo em evolução.

Educar pessoas criativas capazes de ir além das fórmulas convencionais e de inventar maneiras surpreendentes de se expressar e de pronunciar o mundo. Educar pessoas capazes de estabelecer conexões novas, introduzir diferenças sutis, identificar potencialidades da realidade e de propor inovações e alternativas consistentes. Ser criativo é ser capaz de dar asas à imaginação que sonha com conteúdos ainda não ensaiados, mas que serão úteis à vida da humanidade sobre a Terra.

A educação precisa formar seres cuidantes que permaneçam atentos aos valores, atentos ao que realmente conduz ao bem-estar da humanidade. Ser cuidante é não contentar-se apenas com dados, levantamentos estatísticos, mas quando percebe que atrás deles há pessoas, destinos e valores. Ser cuidante é distinguir o que é urgente, o que é prioritário na vida dos seres humanos. Ser cuidante é ser ético, colocando o bem comum acima do bem particular, que se responsabiliza pela qualidade de vida social e ecológica e que dá valor à dimensão espiritual, importante para o sentido da vida.

A tradição iluminista da educação enfatiza a dimensão crítica e criativa, deixando de lado a cuidante. Essa última atitude do ser humano é urgente, pois se não houver cuidado, tornar-se-ão vazias a crítica e a criatividade e tudo estará perdido, o bem-estar da sociedade, o viver com justiça mínima e a paz necessária, além das condições da biosfera, sem as quais não há vida.

Albert Einstein, cuja ausência faz cinquenta anos, despertou para a dimensão cuidante de todo o saber, quando Krishnamurti o interpelou: “Em que medida, Sr. Einstein, a sua teoria da relatividade minora o sofrimento humano?” Einstein, perplexo, guardou nobre silêncio. Porém mudou. A partir daí se comprometeu pela paz e contra as armas nucleares.

Em todos os âmbitos da vida, são necessárias pessoas criativas, críticas e cuidantes. É condição para a construção da subjetividade, para uma cidadania plena, para uma sociedade que sempre se renova; e para um meio ambiente, que deve ser preservado, por causa da vida.

A tese a ser defendida neste trabalho é a de que a narrativa literária, que, lida com olhar crítico, criativo e cuidante, faça surgir sujeitos, cidadãos cuidantes do meio ambiente. É o que será exposto nas próximas páginas, seguidas de análises da obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, do comentário de conto e de poema da literatura brasileira em que transparecem os conceitos de sujeito, cidadania e de cuidado com o meio ambiente. Além de trabalhar literariamente o texto, o professor poderá encontrar outros significados e formar conceitos em educação, que aqui serão abordados, assim como os conceitos de ética e moral.

# CAPÍTULO I

## DIRETRIZ METODOLÓGICA

Ouvem-se, constantemente, críticas à ditadura, cujo período já está nas páginas de um passado bastante longínquo. Tais argumentações parecem, na verdade, traduzir que ela se perpetua indefinidamente através de outros governos, outras personalidades que, em escala maior ou menor, exercem o poder. Verificam-se inúmeros desmandos, aqui e acolá, de quem possui um pequeno espaço de poder, impondo-se à consciência e à liberdade desejada pelo sujeito.

É preciso que cada ser humano descubra o quanto de ditadura sofre em seu meio ambiente e o quanto, por sua vez, exerce de poder ditatorial.

O homem vive, hoje, inúmeras formas de ditaduras, sejam advindas do poder público, dos governantes, da sociedade, da moda, dos meios de comunicação e de tantas outras origens. Se todos os indivíduos estivessem conscientes disso, caberia a todos trabalhar para criar a democracia, isto é, abrir caminhos para que o ser humano, desde cedo, principalmente na escola aprendesse a conquistar seu espaço de liberdade como cidadão, a tornar-se sujeito, respeitando-se a si mesmo, ao outro, à natureza.

Guattari (2002) sugere uma revolução política, social e cultural, em resposta à crise ecológica, abrangendo uma nova articulação ético-política - ecosofia – entre os três registros ecológicos - meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana:

“... as três ecologias deveriam ser concebidas como sendo da alçada de uma disciplina comum ético-estética e, ao mesmo tempo, como distintas umas das outras do ponto de vista das práticas que as caracterizam. Seus registros são da alçada de que chamei heterogênese, isto é, processo contínuo de ressingularização. Os indivíduos devem se tornar a um só tempo solidários e cada vez mais diferentes”.(p.55)

Os homens devem esforçar-se por construir a própria subjetividade no campo da ressingularização, movimento de resistência à massificação, à produção em série. É a significação, segundo Guattari, daquilo que outros denominarão de construção do sujeito. A ecologia das relações sociais trabalha a reconstrução das relações humanas,



visto que o capitalismo consegue transformá-las e destruí-las. Voltando à Guattari (2002):

“A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do socius. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta. – e em ”intenção” – infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através das práticas sindicais, políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal”. (p.33)

A ecosofia significa, então, uma reinvenção de um tipo novo de relacionamento entre as pessoas, em nível micro ou macro, buscando não apenas alternativas de compensação, mas agenciando práticas positivas que expandam especificidades, pois:

“O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração”. (p.07)

“Em minha opinião, a ecologia ambiental, tal como existe hoje, não fez senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar” radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psiquê“. (p. 36)

É a defesa de uma “ecologia generalizada” já que a subjetividade é plural e produzida por instâncias individuais, coletivas, institucionais. Não se busca um consenso, mas um cultivo ao dissenso e às produções singulares da existência.

Os diferentes registros que concorrem para o engendramento da subjetividade não estabelecem relações hierárquicas necessárias, fixadas definitivamente. A subjetividade não é construída apenas nos subterrâneos do inconsciente, mas também nas grandes

engrenagens sociais, na lingüística. Isto significa que a subjetividade é também construída por influências externas, por fatores estranhos, abrindo espaços para a imprevisibilidade das manifestações do sujeito.

A família, por inúmeras razões, que aqui não cabe examinar, não tem condições para engendrar um sujeito ideal, nem tampouco construir um cidadão. A família, talvez, seja, hoje, a instituição mais fragilizada, declinando sua função educativa e formadora do ser humano para a organização que envolve a criança desde a mais tenra idade.

Em virtude de sua responsabilidade educacional, cada vez mais abrangente, a escola deve servir-se de todos os momentos disponíveis para formar o cidadão, observando os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o que preconiza as relações sociais e o da subjetividade humana, ou seja, a construção do sujeito.

À escola poderia caber a exploração desse filão mediante o aproveitamento do potencial narrativo presente nas páginas da Literatura Brasileira, ou em relatos atuais do cotidiano.

Para a realização deste trabalho, que deseja apontar um caminho, a fim de que os professores aproveitem as aulas de literatura na construção dos conceitos de cidadania, de ecologia, considerada nas três dimensões, apontadas por Félix Guattari, como foi visto acima, adota-se a narrativa como modalidade mais comum, existente na literatura, para lançar um olhar sobre esses conceitos e perceber como a narrativa pode ser explorada no sentido de realizar muito além da educação literária, o desenvolvimento da sensibilidade artística do aluno e a educação integral do homem.

A problematização inerente a este objetivo seria tentar responder às seguintes questões: o que se deve pretender atingir, na escola, ao trabalhar a narrativa? Não seria, talvez, ensejar oportunidades para que o aluno adquirisse condições de através da análise do discurso e da observação das ações das personagens, clarificar os conceitos de cidadania, de ecologia e perceber os fundamentos da construção e/ou fortalecimento da subjetividade?

Em virtude da influência decisiva exercida pela mídia sobre os jovens, não seria também urgente e necessário que a escola aproveitasse todos os momentos para fazer uma transleitura não apenas informativa, mas também pedagógico-literária do texto?

O estudo da literatura deveria transcender os formalismos de uma educação sistemática, não se restringindo a abordar aspectos histórico-biográficos, porém estabelecer reflexão epistemológica que seja capaz de se comprometer com um conhecimento mais coerente, mais vital e mais profundo.

A análise da narrativa como forma de permear o conhecimento, como modo de interpretação dos fatos e estabelecimento de relações pelos personagens e protagonistas, não permitiria compreender a vida social, permear a cultura que aí está e falar por si mesma, através da história do indivíduo? Não estaria assim possibilitando que problemas atuais de gênero, raça ou classe social sejam examinados? Não seria ele um caminho para descobrir por que a narrativa difere das outras formas do discurso e de outros modos de organizar a experiência? Ou, por outra, para buscar saber a que funções ela pode servir e por que exerce tão grande poder sobre a imaginação humana? Bem a propósito Bruner ( 2002 ) atenta para o fato de que:

“Talvez sua propriedade principal seja sua seqüencialidade inerente: uma narrativa é composta por uma seqüência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou atores. Estes são seus constituintes. Mas estes constituintes, por assim dizer, não têm vida ou significados próprios. Seu significado é dado pelo lugar que ocupam na configuração geral da seqüência como um todo, seu enredo ou fábula. A força motriz da ação educativa vem a ser, por sua vez, o combustível bastante para entender o ato de captar uma narrativa, a fim de extrair-lhe o significado de seus constituintes, os quais ele deve relacionar no enredo. (p. 46) Mas a configuração do enredo deve, em si, ser extraída da sucessão de eventos. Paul Ricoeur, parafraseando o historiador-filósofo britânico W.B. Gallie, assim coloca sucintamente a questão: Uma história descreve uma seqüência de ações e experiências de um determinado número de personagens, sejam reais ou imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam... às quais eles reagem. Essas mudanças, por sua vez, revelam aspectos ocultos das situações e dos personagens, dando lugar a uma nova condição que pede reflexão ou ação, ou ambas. A resposta a esta condição leva a história à sua conclusão.” (p. 46)

A narrativa é uma metáfora da descrição de vidas, de costumes, de hábitos que não pode ser dissociada do discurso circunjacente. Traduz os conceitos de época, o que permite transitar criticamente com os de cidadania, de ecologia, revelando, ao mesmo tempo, a subjetividade dos personagens.

O sujeito como personagem e como ser humano se constitui no discurso e pelo discurso, como assinala Orlandi:

“E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se um sujeito pela e na linguagem, que se escreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos. Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da história (...) Ora, o corpo do sujeito e o corpo da linguagem não são transparentes. São atravessados de discursidades, isto é, de efeitos desse confronto, em processos de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. Não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeito. (...)

Ressaltamos aqui a importância da formulação. Na formulação há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras. O momento em que o sujeito diz o que diz. Em que se assume autor. Representa-se na origem do que se diz com suas responsabilidades, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação. Pois, não esqueçamos, o sujeito é determinado pela exterioridade, mas, (...) ao mesmo tempo, determina o que diz.” (p. 9/10)

De indivíduo, o ser humano passa a ser sujeito, assujeitando-se ao simbólico, que consiste, principalmente, na linguagem. Nesta fase, o sujeito já não precisa dos objetos, porque a linguagem os simboliza e possibilita que a consciência deles se apodere. A ideologia, a história, a simbologia possibilitam o processo de interpelação do indivíduo em sujeito que, em primeira instância, é bio-psico para, posteriormente, caracterizar-se também como social.

Se ninguém falasse ou escrevesse, a cultura não seria transmitida. O impulso vem de fora e começa a fazer parte do desejo. Sentindo-se impulsionado pelo desejo, é, por sua vez, também, influenciado pela cultura e pelo social. São os estímulos externos que vão provocar nele uma necessidade de realização.

A narrativa transmite a cultura e deve ser trabalhada, para que ela auxilie na construção dos conceitos de subjetividade e de cidadania.

O desejo do ser humano é sempre o desejo do outro passado pela ideologia social. Atualmente, por exemplo, há o desejo induzido pelo capitalismo: mais consumo, mais gasto, mais compras, mais possuir, desejos que são impostos pela sociedade de consumo.

O sujeito é determinado pelas ideologias, pelo ambiente externo, pela interferência dos desejos do outro, da sociedade de consumo, da mídia, mas, ao mesmo tempo, é livre, porque pode determinar os elementos da própria subjetividade.

Neste trabalho, se delinea, já em sua origem, a pretensão de aproveitamento e exploração da narrativa, sobretudo em sua potencialidade na Literatura Brasileira, para, a partir de suas páginas, construir com os alunos conceitos básicos de cidadania e de subjetividade, de ecologia nas três dimensões e, assim, criar cidadãos que transformem as relações consigo mesmo, com os outros, com a natureza, trazendo esperança de que o planeta Terra e a espécie humana tenham condição de continuidade, em lugar de desaparecer.

Na análise de São Bernardo, o discurso e as ações do personagem principal permitiram encontrar as palavras reveladoras de sua subjetividade, comprovada com o seu comportamento, as expressões que constituíam uma assinatura de seu caráter, as formas gramaticais e a linguagem adotadas especificamente pelo protagonista para contar sua história. Foram encaminhadas com detalhes ações mais expressivas, a fim de enriquecer o panorama de subjetividade e de outros conceitos que, ao longo das aulas de Literatura, no percurso da narrativa, podem ser desvelados aos alunos e apresentados como valores a serem seguidos.

A narrativa é fonte poderosa para a construção de “As três ecologias” preconizadas por Guattari (2002), quando afirma:

“...uma recomposição das práticas sociais e individuais que agrupo segundo três rubricas complementares - a ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental - sob a égide ético-estética de uma ecosofia”. (p.23)

O autor prevê que as relações do homem consigo mesmo, com o outro, com a sociedade e com o meio-ambiente tendem cada vez mais a se deteriorar.

As diferentes dimensões das três relações constituem para o autor questões que devem ser consideradas em seu conjunto. O homem não está perfeitamente relacionado consigo mesmo, cujo eu se sobrepõe a tudo que o rodeia, não se relaciona bem com o outro, com a sociedade, com o meio ambiente. Não se pode compartimentalizar essas três relações, nem as ações que atingem o sujeito daquela que se dirige ao social, ao meio ambiente:

“A recusa a olhar de frente as degradações desses três domínios, tal como isto é alimentado pela mídia, confina num empreendimento de infantilização da opinião e de neutralização destrutiva da democracia. Para se desintoxicar do discurso sedativo que as televisões em particular destilam, conviria, daqui para frente, apreender o mundo através de três vasos comunicantes que constituem nossos três pontos de vista ecológicos”. (p.24)

Em “As três ecologias”, de Félix Guattari (2002), surgiu a inspiração de olhar os temas transversais que, oportuna e esporadicamente, são trabalhados pelos professores em sala de aula e que, em virtude de serem abordados sem vigor, encontram-se, atualmente, jovens sem forte estrutura psicológica, sem sentimento social e sem visão ambiental. A fim de que as oportunidades de educação se multipliquem em sala de aula, o professor de literatura, servindo-se da narrativa, poderá construir sujeitos voltados para a cidadania e para a conservação do meio ambiente. Para conseguir este objetivo, pensou-se na narrativa que é uma modalidade em que o sujeito se diz, se revela, se desvela e onde os valores de cidadania e de meio ambiente estão presentes, porque são muitas vezes trabalhados pelo autor da narrativa como elementos importantes na construção da própria subjetividade do protagonista, do antagonista e dos outros personagens.

A narrativa é um elemento que revela a cultura de uma época, pois

“A cultura, na perspectiva mais ampla, está sempre envolvida com o poder e torna-se política em duplo sentido. Em primeiro lugar (...) como poder é empregado para regular imagens, significados e idéias que organizam as agendas que moldam a vida cotidiana. Em segundo lugar, a cultura emprega o poder em suas conexões no campo da subjetividade, ou seja, ela oferece identificações e noções do sujeito por meio de formas de conhecimento, valores, ideologias e práticas sociais....“ (p.19)

Como reforça Giroux, a cultura tornou-se a *força pedagógica* fundamental e tem como função uma condição educacional mais abrangente para o aprendizado. Destaca inclusive que a relação entre cultura e pedagogia não pode ser abstraída da dinâmica central da política e do poder.

A cultura conta a história dos eventos em forma de narrativa, pois assim se observa como os indivíduos se comportam, adotando, modificando formas de cidadania cultural. Desse modo, a cultura como *força pedagógica* reivindica histórias, memórias, narrativas da vida cotidiana dos sujeitos.

Para se trabalhar essa *força pedagógica*, é importante analisar as narrativas e suas formas de seqüência, sejam elas: a narração propriamente dita, a descrição, o diálogo, o silêncio e outras. É como um mergulho na história da cultura de um povo. É a procura de como as questões de protagonismo envolvem as possibilidades de ação para intervenção na realidade. Esse protagonismo envolve as relações de participação e de acesso, as possibilidades de mobilização em locais específicos, bem como os espaços de poder. O protagonismo crítico tem importantes implicações para envolver a cultura de forma política e pedagógica.

A descrição como forma seqüencial da narração pode ser definida por Reuter (2002) “como a construção de um referente” no caso um personagem, um lugar, um objeto...

A descrição representa importante matriz metodológica para análise da narrativa, como objetivo de desvelar a construção desses referentes numa determinada cultura. Essa matriz descritiva, segundo o autor, envolve os seguintes elementos estruturais:

- “ - *A menção do referente* descreve quem pode estar implícito ou explícito, situado na abertura ou no fecho de uma seqüência descritiva;
- *A construção/desconstrução do referente* por meio de suas propriedades e suas partes;
- *O estabelecimento da situação do referente* no espaço e no tempo;
- *O estabelecimento da relação do referente* com outros referentes (por meio das comparações, metáforas, negações...);
- *A disposição das propriedades e das partes* no interior de planos convencionais (espaciais, temporais, enumerativos...), marcados por conectores específicos (inicialmente/depois/em seguida; à esquerda/à direita; diante/mais longe; em cima/embaixo...), que irão organizar essa matéria e dar impressão de um movimento (do observador ou do observado) ou até mesmo de uma temporalidade”. (grifo do autor, p.143)

Essa matriz será utilizada no presente estudo para, através da narrativa e seus possíveis elementos seqüenciais, analisar os conceitos de sujeito, de cidadania e de meio ambiente.



## CAPÍTULO II

### TECENDO CONCEITOS

A globalização é mais que um fenômeno econômico-financeiro. Implica mudança de percepção da realidade, inauguração de um novo período da história do próprio homem, da humanidade, do planeta Terra. O homem não se articula apenas consigo mesmo, com o seu semelhante, mas com o meio ambiente. Às vezes, o meio ambiente lhe é mais próximo do que o seu semelhante. Deste fato, nasce um outro modo de perceber a realidade, novos valores, novos sonhos, novas formas de organizar os conhecimentos, novos modelos de relações sociais, novas maneiras de interagir com os outros e com a natureza, novas formas de compreender o ser humano e de interpretar seu comportamento.

Segundo Boff (2003):

Hoje as relações são extremamente complexas. Postula-se uma referência para a totalidade dos seres humanos, habitantes do mesmo planeta, que agora se descobrem como espécie, interdependentes, vivendo numa mesma casa e com um destino comum. Se não criarem um acordo quanto a exigências éticas e morais, como poderão coexistir pacificamente, preservar o lar comum e garantir um futuro para todos? (p.27)

Ratificado o pensamento inicial deste capítulo pelas palavras do ilustre autor e filósofo Boff, e, também, apoiados nele, é preciso alicerçar a consciência das relações do homem com o homem e do homem com o ambiente, definir o entorno ético e moral em que deve ser construído o lar comum e como deve ser arquitetado. Daí que a base sólida só pode ser plantada sobre os inquestionáveis postulados da ética e da moral, palavras provenientes do grego e do latim respectivamente.

Ao definir estes termos, diz Boff (2003):

“A palavra ética vem do grego /ethos/. Essa palavra se escreve de duas formas: com eta (a letra e em um tamanho pequeno) e com o epsilon (a letra E em tamanho grande).

Ethos com e pequeno significa a morada, o abrigo permanente, seja dos animais (estábulo) seja dos seres humanos (casa). No âmbito da totalidade da Mãe-Natureza (chamada de “physis”, filosoficamente, e Gaia, miticamente), o ser humano delimita uma porção dela e aí constrói para si uma morada. A morada o enraíza na realidade, dá-lhe segurança e permite a ele sentir-se bem no mundo. Ela não é, de antemão, dada pela natureza, mas tem de ser construída pela atividade humana. Eis a obra da cultura. A morada deve ser cuidada e continuamente retrabalhada, enfeitada e melhorada. Em outras palavras, o ethos não é algo acabado, mas algo aberto a ser sempre feito, refeito e cuidado como só acontece com a morada humana. Ethos se traduz, então por ética. É uma realidade da ordem dos fins: viver bem, morar bem. Ética tem a ver com fins fundamentais (como poder morar bem), com valores imprescindíveis (como defender a vida, especialmente a do indefeso, com princípios fundadores de ações (dar de comer a quem tem fome), etc.

O centro de ethos (moradia) é o bem (Platão), pois somente ele permite que alcancemos nosso fim, que consiste em sentirmo-nos bem em casa. E nos sentimos bem em casa (temos um ethos, realizamos o fim almejado) quando criamos condições adequadas, como hábitos, certas normas e maneiras constantes de agir. Por elas habitamos humanamente o mundo que pode ser a casa concreta, ou o nosso nicho ecológico local, regional, nacional, ou nossa casa maior, o planeta Terra.

Para Aristóteles, o centro de ethos (moradia) é a felicidade, não no sentido subjetivo moderno, mas no sentido objetivo, como aquele estado de autonomia vivido no nível pessoal e no nível social. Poderíamos traduzir essa felicidade/autonomia como a auto-realização do cidadão em sua dimensão pessoal e social. Esse fim, a autonomia, realiza-se por intermédio de mediações, tais como hábitos, virtudes e estatutos jurídicos que são os caminhos concretos da auto-realização pessoal e societária.

Esses meios também eram chamados de ethos, mas escrito com E grande (o epsilon em grego). Ele significa os costumes, vale dizer o conjunto de valores e de hábitos consagrados pela tradição cultural de um povo. Ethos como conjunto dos meios ordenados ao fim (bem/auto-realização) se traduz comumente por moral (mors-mores, em latim) significa, exatamente, os costumes e valores de uma determinada cultura. Como são muitos e próprios de cada cultura, tais valores e hábitos fundam várias morais. Como se depreende, o ethos/moral está sempre no plural, enquanto o ethos/casa está sempre no singular.” (p.28/9)

Ética e moral articulam-se intrinsecamente. Ethos com e pequeno (morada) e ethos com E grande (costumes e hábitos) sustentam-se mutuamente, pois costumes e

hábitos têm por objetivo construir a morada e o meio social sustentáveis, autônomos e habitáveis para todos.

Quem não possui ética não possui princípios, age oportunamente, visando apenas a conseguir vantagens. Não se pode esperar de tal pessoa comportamento coerente e previsível, porque não estabelece para si mesma uma opção fundamental de vida.

A moral se baseia em possuir a força, isto é, a virtude de externar os princípios e valores fundamentais da ética, o que se manifesta no respeito para consigo mesmo, para com o outro e com o meio ambiente.

Não há nem ética, nem moral, quando as pessoas agem aleatoriamente, buscando seus interesses mais imediatos, como o enriquecimento ilícito, explorando o erário público, como acontece no Brasil, principalmente, agora. Assiste-se a uma forte ligação entre corrupção e poder. Corrupção é usar o poder em benefício próprio, que pode ser dinheiro – mensalão – influência, projeção ou apenas visar a um tratamento especial, como acontece nas prisões, com cela reservada.

Nisso tudo, é fundamental o segredo das transações porque são imorais ou ilegais. Chegar ao poder por meios escusos, tirar do poder pessoas, porque são honestas e não se deixam corromper nem pelo uso do poder nem pelo dinheiro é ser corrupto, é ser imoral. Pessoas, quando ofuscadas pelo poder, parecem possuir as chaves da felicidade própria e alheia, destruindo a moral, desconstruindo subjetividades.

Exemplificada a ausência de ética e de moral em situação real, é preciso a consciência do homem optar por uma mudança e caminhar em outra direção. A educação deve trabalhar os conceitos de ética e moral, para transformar, a partir deles, as relações sociais.

O desafio da educação é o de fazer a criança ver e sentir a realidade, estabelecer um diálogo entre a realidade e o que percebe dela, pois é dessa interação que a criança constrói a sua subjetividade. Cabe ao pedagogo, o condutor, o orientador da aprendizagem, ao mostrar a realidade, elaborar os conceitos de ética e moral, construindo sujeitos, cujas características são: responsabilidade para consigo, com os outros, com o meio ambiente, solidariedade, adaptabilidade, criatividade, capacidade de projeção, inventividade, transformando-se, portanto, em criadores de uma ordem da qual se sentem responsáveis.

Neste momento, é preciso dar a palavra a Kant que, ao falar do ditame da razão, fundamenta a construção do conceito de moral e, conseqüentemente, a construção de sujeitos racionais.

A razão é, para ele, em definitivo, a regra próxima da moralidade objetiva, enquanto é apta para entender cada ato na sua qualidade moral. Este juízo é definido como ditame da razão, isto é, como uma decisão (juízo prático) que diz o que é preciso fazer ou não fazer em função daquilo que a razão distingue como bom ou mau (a saber como conveniente ou não à natureza ou conforme ou não à lei natural), e como ditame da reta razão, quando o juízo prático da razão, efetivamente, é conforme às exigências da moralidade objetiva (ou da lei natural).

Kant preocupou-se muito com subtrair o juízo prático da razão às fantasias subjetivas da razão individual. Por isso, pretende que esse juízo possa sempre ser universal.

Para Kant, o imperativo prático será sempre para o homem o de agir de tal maneira que, ao usar a humanidade, tanto na própria pessoa como na pessoa de outro qualquer, seja usada como fim e nunca simplesmente como meio. É preciso agir, segundo máximas que possam simultaneamente ter-se a si mesmas por objeto como leis universais da natureza.

Segundo Kant, fica assim constituída a fórmula de uma vontade absolutamente boa. O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: “age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal.” (p.56). O imperativo universal do dever poder-se-ia traduzir também assim: age como se a lei máxima da tua ação se devesse tornar pela sua vontade em lei universal da natureza. Se a máxima da ação humana não pode tornar-se lei universal, deve, então ser rejeitada, embora possa, além de causar prejuízos à própria pessoa e aos outros, não transformar-se em princípio universal.

A educação deve considerar sempre que as questões éticas devem emergir de uma visão metafísica do homem, compreender sua natureza e o fim a que ele se destina. É uma questão antropológica. A questão ética e moral envolve a formação do sujeito, do caráter, de bons hábitos, a realização de atos universalmente bons, que vão caracterizar a boa conduta. Cabe, entretanto, também à ética fundamentar a moralidade das ações

humanas, isto é, realizar um juízo crítico de valor, distinguindo os atos bons de atos maus e por que determinado ato deve ou não ser realizado.

## CAPÍTULO III

### A NARRATIVA LITERÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS

#### 3.1 – CONSTRUINDO O CONCEITO DE SUBJETIVIDADE NA EDUCAÇÃO

Não há nenhum processo físico, biológico ou antropológico que não esteja mediado por signos. Toda cultura, por sua vez, é o resultado de certa estratificação semiótica ordenadora de comportamentos pessoais e coletivos. As subjetividades, igualmente, constituem-se a partir de processos antropológicos e semióticos, sem os quais nenhum indivíduo poderia reconhecer-se como sujeito ou agir com autonomia.

Félix Guattari (2002) acentua a importância da história do indivíduo inerente à subjetividade, considerando o movimento de constituição de identidades e singularidades, a partir de múltiplas relações, fluxos e agenciamentos mediados por signos – movimento que se caracteriza como produção de subjetividades:

“Em particular no domínio da ecologia social haverá momentos de luta onde todos e todas serão conduzidos a fixar objetivos comuns e a se comportar “como soldadinhos” – quero dizer, como bons militantes, mas haverá ao mesmo tempo, momentos de ressingularização onde as subjetividades individuais e coletivas “voltarão a ficar na delas” e onde prevalecerá a expressão criadora enquanto tal, sem mais nenhuma preocupação com relação às finalidades coletivas”. (p. 35/36)

A subjetividade é a estrutura interna cuja construção o ser humano vai processando gradativamente, desde o nascimento, na relação com o outro. Inicialmente com a família, depois com os grupos sociais que influenciam, de modo diverso, na estruturação da subjetividade.

A intersubjetividade começa a se organizar a partir das inter-relações com outras subjetividades.

Cada criança traz algo inédito e singular com que contribuirá para a edificação do mundo que a recebeu. Segundo Freud, a parte inédita e singular é a parte com a qual o sujeito já nasce, à que Freud chamou de ID correspondente à energia originária do

aparelho psíquico e de onde emanam desejos e aspirações, como também a parte nefasta do ser humano, onde reside a agressividade, a destrutividade, a que, mais tarde, Freud denominou de pulsão de morte.

Esta instância psíquica, ou ID, vai paulatinamente, a partir do contato com a realidade, transformando-se numa segunda camada a que FREUD denominou de EGO, que tem como função primordial a proteção e a preservação da vida, isto porque o objetivo do ID é descarregar as tensões em busca de prazer.

O EGO é a parte consciente, que se vai formando aos poucos. Inicialmente, é a mãe que faz a apresentação do mundo à criança, que começa a construção da subjetividade pela intersubjetividade. À medida que a criança vai tendo contato com o social, através da mãe, da família, vai se tornando definido para ela o papel que ocupa na hierarquia familiar. As proibições, inicialmente, se referem aos vínculos parentais. A criança não pode ficar apenas com a mãe, começa a hierarquizar todos que pertencem a sua família e a reconhecer-lhes as funções. Com as proibições, com as definições dos deveres, do que é permitido e não permitido, abre-se a porta para a entrada dos conceitos de cultura, fator que caracteriza, individualiza e singulariza os seres humanos.

Desenvolver na criança a vontade de viver e de ver o seu lugar no mundo é transmitir-lhe fatos culturais. À medida que a criança vai penetrando na cultura, que se orienta e se direciona ao ideal normativo e à identificação, garantindo sua singularização, ela se percebe diferente das demais. Dar-lhe normas, respeitando sua singularidade, possibilitando-lhe aquisição da cultura é tornar a criança mais humana, o que não acontece sem a lei, sem as normas. Os dez mandamentos seriam suficientes para construir o que é o próprio sujeito e respeitar o outro e o que é do outro, para construir o que deve ser a subjetividade, o que deve representar a proibição de tudo aquilo que o sujeito gostaria de fazer, porém não pode realizar, porque é contra a cultura, contra as proibições, contra a humanidade. Segundo a teoria freudiana, o superego é a estrutura psíquica responsável por esta parte social, ou melhor, por esta transmissão do social, das regras e normas sociais.

A criança não pode ser deixada ao seu próprio destino. Deve-se acolhê-la, dar lugar a sua invenção singular. Isto introduz responsabilidades no mundo em que ela será recebida. Se esse lugar estiver vazio, ela correrá o risco de se sentir sozinha. Assim, os

adultos, pais, educadores, parentes devem estar próximos da criança e disponíveis para dispensar seus cuidados, quando no sentido de bem orientada, ser capaz de conduzir-se no caminho do dever. A família é a primeira instituição que atravessa a psiquê da criança e ela, por sua vez, é atravessada pelo social, embora cada família, cada sociedade e cada cultura sejam diferentes. Segundo Pallieraqui(2005):

“A família é o espaço originário da intersubjetividade, pois precede o sujeito e já está estruturada segundo uma lei constitutiva, e nele está a descrição e a interpretação das localizações” correlativas dos sujeitos em suas relações imaginárias, simbólicas e reais”. (Kaes, 2001:30).

A partir desse espaço e dos vínculos advindos daí são colocados os enunciados que se referem às interdições fundamentais, às predisposições significativas utilizáveis por cada sujeito em sua atividade de representação. É também a partir dele que se constituem os objetos e os laços de identificação. Da mesma forma, o grupo familiar define “um certo tipo de vínculo, que modela os códigos e os canais de comunicação utilizados, e determina os conteúdos psíquicos que serão transmitidos, ou não, à criança”. (Eigguer, 1998:138). O vínculo é organizado pelas alianças inconscientes”.(p.38)

A família, por sua vez, não está enclausurada em um espaço originário, pois vive uma interação com os outros grupos formando a “cena extrafamiliar” que tem uma força de atuação, impondo-se como um fator que atravessa a experiência vivida pelo sujeito e que P. Aulagnier (1979) denominou-a de “contrato narcisista” que tem como signatários: a criança e o seio do grupo familiar e social aos quais se integrará, e ele, o contrato narcisista

“nos confronta a um último fator que age sobre o modo de investimento do casal pela criança que é influenciado pelo registro sócio-cultural, isto é, o conjunto de instituições cujo funcionamento participa de um mesmo traço característico: ele é acompanhado por um discurso que designa para nós o discurso ideológico, pois a relação entre o casal parental e a criança leva sempre o traço de relação do casal com o meio social que a cerca”. (p.146 )



Se, biologicamente, os seres humanos possuem matéria e funções semelhantes, culturalmente as subjetividades são modeladas sob regimes de signos muito diversos, tanto dos diferentes povos, grupos ou classes sociais, quanto dos diversos momentos históricos e conjunturais nos quais essa semiose vai sendo complexamente transformada. Assim, a sensibilidade das pessoas é modelada – alguns sentimentos se cultivam em uma cultura em um certo momento, mas se negam em outra cultura ou em outro momento do mesmo grupo. O modo de perceber esteticamente o mundo também é modelizado pela cultura: os conceitos de bom, mau, os conceitos de cor, de moda, de honestidade, de família, de sabor, de beleza são modelizados a partir da cultura. Na dimensão ética, também ocorre o mesmo: as noções de justo e injusto, certo e errado estão relacionadas com um conjunto de interpretantes válidos no interior de uma comunidade, em um dado momento histórico. O mesmo acontece com o imaginário social, a compreensão do mundo, as esperanças, as utopias.

Em relação às necessidades materiais, a definição do que deve ser satisfeito e de como deve sê-lo, é modelizado pela cultura.

A relação entre indivíduo e sociedade é, portanto, muito complexa. No processo de sua individuação, as pessoas vão assumindo os jogos de linguagem, os signos e códigos de uma certa cultura, em uma relação simultânea de liberdade e de determinação. Cada indivíduo é determinado pela sociedade em todas as dimensões de sua subjetividade, mas ao mesmo tempo é livre, no sentido de que pode interferir sobre esses códigos culturais. Assim, a família, a escola, colegas, amigos, Igreja e, especialmente, a mídia determinam muito a individuação das subjetividades. De outro lado, é possível uma interferência dos sujeitos sobre esses determinantes, desde que desenvolvam a capacidade de problematizá-los, de questioná-los, de buscar novas respostas. Em todas essas esferas, ocorre o processo educativo, através da formação dos indivíduos, em semioses geradoras de interpretantes, de padrões e referências para os diversos conjuntos de comportamentos e ações pessoais ou coletivas.

Todavia, de todos os aparelhos e organismos sociais, mediadores da educação e da cultura, a mídia tem cada vez maior preponderância, afirmando padrões éticos, estéticos e políticos. Valendo-se do saber elaborado pelas ciências humanas que esquadrinham as subjetividades, a mídia exerce poder sobre elas, de tal modo a agenciar certos

comportamentos, a determinar certos movimentos sociais, a promover o consumo de certos produtos. Em síntese, ela influencia com seus processos pedagógicos nos níveis mais íntimos da subjetividade, agenciando os comportamentos mais variados. Segundo González Rey(2004):

“A análise da relação entre personalidade e seu sistema de inter-relações relevantes não pode prescindir do indivíduo em sua condição de sujeito, tanto de sua personalidade como de seu sistema de relacionamentos. O indivíduo, por sua vez, não pode ser estudado como unidade individual fora dos complexos espaços da subjetividade social em que desenvolve suas atividades”.

(p. 72)

Assim, a sociedade condiciona os indivíduos a adotar certos procedimentos, com seus processos educativos, mas os indivíduos podem modificar a sociedade. A subjetividade, pelo contrário, é relativamente determinada por tudo que a modeliza: a família, a escola, e demais instituições sociais. Com efeito, a subjetividade é o resultado de um conjunto de processos que a atravessam e a modelizam, que a perpassam e a produzem como ser humano, embora a pessoa sempre tenha a liberdade de resistir às interferências que sofre e que a produzem e, ao mesmo tempo, de conferir um sentido singular a sua vida.

Como a subjetividade humana é a unidade de consciência e inconsciência, de razão e afetos, de imaginações e paixões, de necessidades, desejos e medos, não é fácil compreender o que motiva as ações particulares e coletivas, bem como o que as agencia. Frente a este desafio, a educação, como condição do exercício de liberdade deve buscar novas interpretações sobre a realidade, posturas e condutas, recuperando os conhecimentos historicamente elaborados e gerando experiências estéticas, que permitam ampliar o exercício de autonomia pessoal, ao mesmo tempo em que reafirma elementos éticos voltados à expansão da liberdade do indivíduo e da coletividade, permitindo, assim, uma problematização das atividades práticas e das condições que permitem a existência da sociedade.

A subjetividade social e individual atua na condição de constituintes e constituídos do outro pelo outro. Isto faz com que o indivíduo construa de si uma imagem, na qual as condições e o momento atual de sua ação expressam sentidos subjetivos de áreas

diferentes de sua experiência social, as que passam a se constituir como elementos de sentido de sua expressão atual. Assim, o sujeito que aprende expressa a subjetividade social dos diferentes espaços sociais em que vive, quando estão no processo de aprender. Nenhuma atividade humana resulta em atividade isolada do conjunto de sentidos que caracterizam o mundo histórico e social da pessoa e dele fazem parte.

González Rey(2004) ratifica essas idéias:

“Representar a personalidade como construção teórica dos processos e unidades constitutivas da subjetividade individual implica superar um conjunto de dicotomias que historicamente estiveram implicadas em sua construção teórica, como consciente/inconsciente, social/individual, intrapsíquico/interativo e afetivo/cognitivo, entre outras, todas as quais têm que ser constituídas de maneira simultânea na representação teórica sobre a personalidade. A subjetividade representa o status ontológico dos processos psíquicos humanos. A subjetividade é um sistema constituído por processos simbólicos e de sentido que se desenvolvem na experiência humana.

A subjetividade é um sistema multideterminado, contraditório, diferenciado e em constante desenvolvimento, que se expressa, simultaneamente, em dois níveis diferentes de constituição: a subjetividade individual e a social. A personalidade se apresenta como processo nos diferentes momentos de expressão do sujeito, que atua dentro dos cenários constituídos da subjetividade social que tem suas próprias formas de constituição subjetiva. A subjetividade social manifesta-se nas formas constituídas de linguagem, nas representações sociais, os códigos dos valores dominantes, os padrões de comunicação caracterizadores dos espaços sociais, etc. Nesse sentido, a personalidade constitui uma via diferenciada de expressão da subjetividade social em cada sujeito individual concreto.

Compreender a personalidade como um fenômeno subjetivo significa entender, de maneira diferenciada, como a experiência aparece constituída na organização de sentidos subjetivos de cada sujeito concreto”. (p.78/79)

O impacto que o passado histórico do sujeito tem para a educação é muito grande, porque vai influenciar mudanças na teoria, na metodologia das práticas educativas. A sala de aula não é simplesmente um cenário relacionado com os processos de ensinar e aprender, porém, em todas as atividades aí desenvolvidas, devem surgir elementos de sentido e de significação, procedentes de outras realidades de experiências e que

contribuam para a construção da subjetividade e da possibilidade de momentos de intersubjetividades. Igualmente, na sala de aula, através de narrativas ou das histórias de outras pessoas, engendram-se novos sentidos e significados, assim como podem ser descobertos sentidos enriquecedores da subjetividade social da escola, na qual aparecem elementos de outros espaços da própria subjetividade da sociedade.

A escola, numa relação inseparável da sociedade como um todo, assim como prolongamento das histórias singulares de seus protagonistas, os quais constituem outra expressão da subjetividade social, faz acontecer a própria educação e formação do sujeito dos alunos.

Desta forma, a escola, que pensou seus objetivos, seus programas, sua plataforma política, sua inserção em determinado espaço social, a formação do sujeito, a construção dos conceitos de cidadania e meio-ambiente, não aparece alienada, nem com processos educativos isolados e fragmentados, para despontar sempre com permanente criação no sistema de ensino de sua própria e fundamental significação e sentido. O aluno não expressa, na escola, apenas sua condição de aluno, mas de sujeito social. As oportunidades são inúmeras em sala de aula para evidenciar esta faceta social. Cabe ao professor ser hábil em explorá-las.

Os cenários educativos permitem um trânsito freqüente de diferentes sentidos presentes nas diversas disciplinas e na educação da subjetividade do aluno.

A formação da subjetividade na educação exige a compreensão dos diferentes processos em educação como momentos de educação atravessados por processos de significação e sentido produzidos nas mais diversas experiências educativas, ou gerados em diferentes camadas do tecido social. Isto faz com que o educando seja visto como um sujeito, como um todo, em que o componente cognitivo e afetivo, o componente social e individual sejam trabalhados ao mesmo tempo pelo processo educativo. Assim, futuramente, haverá profissionais que assumirão com total responsabilidade o desempenho de sua profissão, com um olhar cuidante em todas as dimensões do ser humano e não apenas no enfoque de sua especialidade. Nesta perspectiva, será também um cidadão capaz de conviver com o outro no respeito e na solidariedade. Boff (2003) ratifica essa idéia:

“Cresce a percepção de que vigoram interdependência entre todos os seres, de que há uma origem e um destino comuns, de que carregamos feridas comuns e alimentamos esperanças e utopias comuns. Somos, pois, solidários em tudo, na vida, na sobrevivência e na morte”. (p. 87)

Neste sentido, Vygotsky e Bakhtin (2003) – embora marxistas – também construíram uma visão totalizante e não fragmentada da realidade, uma perspectiva histórica e uma compreensão do homem como um conjunto de relações sociais:

“Diante do marxismo, tiveram uma posição antidogmática e antimecanicista, opondo-se à ideologia oficial do stalinismo. Identificaram-se com um marxismo que entende o homem como sujeito social da e na história.” (p.157)

Ambos Vygotsky e Bakhtin (2002) criticaram as posições dicotômicas em relação à Psicologia e à Linguagem, buscando uma síntese dialética. Vygotsky (2002) criticou a Psicologia racionalista e a empirista, procurando desenvolver uma Psicologia que respondesse ao homem todo e, portanto, à construção da subjetividade. Bakhtin (2002), em sua análise da própria Psicologia mostrou a necessidade de uma dialética do externo e do interno, isto é, através de seu comportamento externo e de sua atitude diante da realidade, o homem manifesta sua subjetividade.

Diante dessas posições científicas fragmentadas, produto da alienação da sociedade capitalista, ambos, Vygotsky e Bakhtin (2002) buscaram formas de superá-las. Tentaram encontrar a dialética do subjetivo e do objetivo mediante a linguagem.

Segundo Freitas (2002):

“... a Linguagem é uma questão central nos sistemas de Vygotsky e Bakhtin. Para eles o sentido das coisas é dado ao homem pela linguagem. Na linguagem, no diálogo, na interação, estão o tempo todo o sujeito e o outro. Procuraram, pois, na luta contra a alienação, o espaço do sujeito. Esse espaço foi procurado por Bakhtin através da mediação da linguagem e das questões ideológicas. Seu objetivo foi desvendar as relações entre a realidade (infra-estrutura) e a construção das representações dessa realidade no interior da atividade mental dos indivíduos (super-estrutura).

Vygotsky, ao elaborar uma teoria social do conhecimento, procurou a possibilidade de o homem, através de suas relações sociais, por intermédio da linguagem, constituir-se e desenvolver-se como sujeito”. (p.158)

Ambos Vygotsky e Bakhtin valorizam a consciência e Vygotsky preocupado com a construção da consciência e a constituição do sujeito, enfatizou especialmente a linguagem como formadora do pensamento, destacando aí o papel desempenhado pela fala interior. Bakhtin também deu importância à linguagem como elemento organizador da vida mental e essencial na constituição da consciência e do sujeito, acentuando também a função do discurso interior. Enfatizaram, o valor da palavra e da interação com o outro. Segundo ambos, consciência e pensamento são tecidos com palavras e idéias que brotam na interação, possuindo o outro, nesta relação, um papel significativo.

Destacaram, também, a presença da subjetividade, no momento da criação da arte pela palavra, portanto no momento singular da criação da narrativa, considerando o homem como um ser expressivo e falante, com possibilidade de tornar-se criador de textos.

É ainda Vygotsky que situa a fala num contexto restrito: o das relações imediatas entre os indivíduos, porém sem perder a dimensão mais ampla do meio cultural e da história.

Vygotsky tenta traçar um novo caminho: a partir da cultura, do outro, da linguagem, ir em busca do sujeito. O conhecimento será construído na interação, em que a ação do sujeito sobre o objeto é mediada pelo outro, através da linguagem.

Enfim, a única possibilidade de superação da alienação do homem em relação à natureza, ao outro é a educação, única força capaz de preservar o espaço do sujeito.

### 3.1.1 ANÁLISE DA NARRATIVA DE SÃO BERNARDO, DE GRACILIANO RAMOS

É antigo, muito antigo o hábito de narrar, de contar histórias. Quem não possui algo para contar? Qualquer pessoa, independente da idade, da raça, do meio social, de experiências vividas por ela ou por outros, sente a necessidade de narrar. Houve sempre, desde os tempos mais remotos, autores que tenham até inventado narrativas, usando a imaginação.

As narrativas têm sido transmitidas por diversas linguagens: em primeiro lugar, a linguagem verbal, oral ou escrita, pela pintura e a escultura, cujas imagens visuais podem transmitir histórias que permitem a imaginação viajar; pela música e pelo canto - haja vista o canto Gregoriano, cujas palavras e, principalmente, a melodia narra a história das caminhadas de sofrimento, de perseguições e de história da Igreja, através dos tempos, pelos gestos, pelo olhar, muito explorados na linguagem cinematográfica.

Em todos os tempos, portanto, e em todos os lugares, a narrativa se faz presente na vida do homem.

Sabe-se, hoje, da cultura dos primeiros povos mediante as narrativas disseminadas em qualquer livro. As descobertas científicas chegam até os dias atuais pelas narrativas que constam de obras científicas.

As fadas, os príncipes, as bruxas, os espectros, os monstros sempre povoaram os caminhos da infância pelas histórias, lendas e contos narrados pelos pais, pelos tios e avós. É herança de uma cultura predominantemente oral que, hoje, também acontece, por intermédio das novelas, do cinema que sempre trazem à tona um enredo, concretizado nas falas e nas atuações dos atores.

Conforme Magalhães (2003), as narrativas, quer sejam fantásticas; quer procedam de uma investigação do oculto para estabelecer a relação com a verdade e se apresentem em manifestações diversas da literatura, tais como o absurdo, o surrealismo, o realismo mágico entre outros; quer sejam góticas identificadas como "ficção de paranóia" que promovem no leitor o estranho efeito ambivalente do desejo narcisista pelo outro e do medo de que o outro possa romper os limites do mesmo, confundindo as

noções de dentro e fora, de interior e exterior; quer sejam narrativas mágico-realistas, em que a magia ou o maravilhoso é introduzido no mundo real, como se fosse algo natural, apresentando metamorfoses e dissoluções como fatos comuns, questionam o discurso realista e seus preceitos de verossimilhança.

Além disso, não se pode perder de vista que a cultura é percebida, transmitida e salvaguardada pela força da narrativa.

Neste processo de transmissão cultural, a língua tem um papel fundamental, a compreensão de como a língua acontece no homem se dá pela subjetividade que, a seu termo, justamente se estrutura nos acontecimentos da narrativa. Portanto pode-se dizer que a língua, o acontecimento significante tem como lugar fundamental a subjetividade cuja manifestação se dá pela narrativa. Não por acaso, as Ciências Humanas, sobretudo a Psicologia, têm, atualmente, voltado especial atenção para a construção da subjetividade.

Nessa vertente, destaca-se Orlandi (2001),

“...o sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia.” (p. 99/100)

Por aí se explica que as diferentes maneiras, pelas quais os significados que se formam, são formulados e veiculados, são potencialmente decisivas para a relação do homem com a sociedade, a natureza e a história.

Sendo um ser simbólico, o homem, enquanto sujeito, é antes de tudo um sujeito que se constitui na/pela linguagem em processos que são históricos.

Tudo que o homem vê, ouve, experimenta deve fazer sentido. Conseqüentemente, é importante saber como a linguagem funciona, sabendo-se que ela funciona sob o modo da narrativa, da textualidade e do discurso que são efeitos de significados entre locutores. Na origem da narrativa, da construção do texto, há um sujeito que se representa, que se diz, que se externa. A narrativa, o texto ao ser formulado, torna-se o momento fundamental da significação em que o sujeito ao selecionar uma forma de dizer e não outra, define o modo como algo toma sentido não só para ele, assim como para os outros, para a sociedade no contexto histórico em que vive.



As novas tecnologias de linguagem, que se refletem também na narrativa impõem a todos os cientistas da linguagem, aos analistas e a todos os sujeitos, cada vez mais exigidos em sua capacidade de interpretar o mundo, novas formas de dizer o mundo, de compreendê-lo e de narrá-lo.

A narrativa, tradicionalmente, é considerada nos seguintes elementos estruturais: Personagens, tempo, espaço, ponto de vista e enredo.

Todos os momentos de presença do professor em sala de aula, em todos os níveis de ensino, são momentos de educação, de formação do cidadão, de construção do sujeito.

Como se constrói o sujeito? É formado pela interferência do meio, do mundo externo, do seu entorno social, pelo discurso, pela linguagem que materializa o sujeito. Orlandi (2001) diz sobre a questão do sujeito:

“A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Com isto estou dizendo que quando se afirma que o sujeito é assujeitado não se está dizendo, parcialmente, muito, pouco ou mais, ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à quantificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito do assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se. Outro modo de dizer se isso, e que decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”.  
(p. 100)

As páginas da literatura brasileira, de grandes autores, conduzem o professor a aproveitar as discussões do enredo, os diálogos entre personagens, o retorno ao passado, através das reminiscências de um dos personagens, para mostrar a desconstrução da subjetividade do ser humano.

Em São Bernardo, de Graciliano Ramos, encontram-se inúmeras passagens que remetem para a realidade apontada acima.

Paulo Honório, o personagem narrador, constrói a narrativa em primeira pessoa, e os primeiros capítulos são densos de informações sobre a empreitada do livro, um dos seus objetivos, mas a narrativa começa no terceiro capítulo.

O ritmo acelerado da narrativa acompanha o livro do início ao fim. Assim, transparecem logo as razões do fracasso dessa empreitada. Os personagens auxiliares, por vários motivos, são afastados por Paulo Honório com comentários secos e diretos, mas concentra suas esperanças no último que lhe resta Azevedo Gondim, assim caracterizado:

[...] periodista de boa índole e que escreve o que lhe mandam. (S.B.p.6)

Começa, então, a narrativa a ser construída. Vêem-se uma fazenda e personagens que são apenas citados e não descritos, ao lado da descrição de animais e de alguns elementos da fazenda. O narrador se entusiasma novamente e esquece as duas tentativas sem êxito com João Nogueira e Padre Silvestre. Construindo o enredo com as idéias efervescentes, chega a considerar o Gondim "uma espécie de folha de papel destinada a receber as idéias confusas que me fervilhavam na cabeça" (S.B.p.7).

Porém os dois capítulos que o Gondim lhe trouxera não o satisfazem e com uma linguagem que expressa uma brutalidade extraordinária, assinalando o presente da narrativa, diz:

“- Vá para o inferno, Gondim. Você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma”. (S.B.p.7)

Esse personagem revela o sujeito despedaçado, arruinado, que não respeita as limitações do outro, que não vê o outro como cidadão. Guattari (2002) assim escreve:

“O sujeito não é evidente: não basta pensar para ser, como proclamava Descartes, já que inúmeras outras maneiras de existir se instauraram fora da consciência, ao passo que o sujeito advém no momento em que o pensamento se obstina em apreender a si mesmo e se põe a girar como um

pião enlouquecido sem engancha em nada dos territórios reais da existência, os quais por sua vez derivam uns em relação aos outros, como placas tectônicas sob a superfície dos continentes”. (p.17)

Félix Guattari (2002), na mesma obra, referindo-se a ecosofia social, aponta para a distinção Pascaliana entre "espírito de geometria e espírito de finesse" (p. 19).

Blaise Pascal (1623-1662), gênio da matemática, inventor da máquina de calcular, filósofo e místico, percebeu a grande contradição dos tempos modernos: a desarticulação entre dois princípios que ele chamou de "esprit de géometrie e esprit de finesse". O espírito de geometria representa a razão calculatória, instrumental, que se ocupa das coisas, a ciência moderna que, com seu poder, mudou a face da Terra. O espírito de gentileza representa a razão cordial, a lógica do coração, que, segundo Pascal, tem a ver com as pessoas, as relações sociais, que cuida da subjetividade, da qualidade das relações, do sentido da vida.

Ambas são necessárias para a existência do homem. O drama da modernidade, do homem está na desarticulação dessas duas ciências imprescindíveis. De início, se combateram mutuamente, depois, marcharam paralelas e, hoje, buscam convergências na diversidade, no esforço, ainda que tardio, de salvar o ser humano e a integridade da natureza. O fato é que o espírito de geometria foi inflacionado, com ele o homem criou o mundo dos artefatos, bons e perversos, desde a geladeira até a bomba atômica. O espírito de gentileza jamais ganhou centralidade, por isso o homem é tão vazio e violento. Daí o procedimento covarde de Paulo Honório, violento nas palavras e nas ações, destruindo todos aqueles que, em seu entorno, pensavam diferentemente.

Gondim, personagem que possui cultura livresca explica amuado "recolhendo os cacos de sua pequenina vaidade", que não se escreve como se fala:

“Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia:

"Levantei-me e encostei-me à balastrada, para ver de perto o touro limosino que Marciano conduzia ao estábulo. Uma cigarra começou a chiar. A velha Margarida veio vindo pelo paredão do açude curvada em duas. Na torre da igreja uma

coruja piou... Estremeci, pensei em Madalena. Em seguida, enchi o cachimbo:

- É o diabo, Gondim. O mingau virou água. Três tentativas falhadas num mês! Beba conhaque, Gondim". (S.B.p.7/8)

Pelo vivo andamento estilístico de Graciliano Ramos, nesse texto, revela-se a presença de pontos importantes e elementares da técnica narrativa. Em primeiro lugar, é a maneira direta de tratar o assunto. Há algo a ser dito e lá se vai sem rodeios; há um projeto a ser cumprido e se tenta cumpri-lo de imediato. As dificuldades aparecem, são explicadas rapidamente e abandonadas: João Nogueira, Padre Silvestre e Azevedo Gondim, os parceiros de uma iniciativa fracassada, são afastados com segurança, que demonstra saber o que deseja e ter energia suficiente para executá-lo. Energia - é o que ressuma das primeiras páginas. Personagens surgem de lugares ignorados, pedaços de paisagem que compõem a fragmentada fazenda São Bernardo, e por fim quem é o narrador que fala e que parece dispor das pessoas que o cercam? Que narrativa é essa que ele tanto deseja contar? Que livro é esse que ele tanto deseja escrever?

Repentinamente, aparece diante do leitor um mundo que ele desconhece. Na entrada de São Bernardo, nenhuma palavra que sirva para localizá-la. São fatos e ações que brotam de uma voz narrativa em primeira pessoa e que a dirige, assim como pelo seu forte temperamento dirige os outros personagens e o projeto de execução de todos os seus intentos. Sua energia domina tudo. E o que as páginas iniciais suscitam é a imagem de um homem empreendedor, dinâmico, dominador, obstinado, que concebe uma empresa, trata de executá-la, utiliza os outros para isto e não desanima diante dos fracassos.

Paulo Honório surge quase inteiro no primeiro capítulo entre outros personagens que, ao longo da história, serão conhecidos em sua dinâmica e em sua função. Mais tarde, o narrador revela quem é Casimiro Lopes, Marciano, Margarida, Madalena cuja lembrança está sempre associada ao pio da coruja. No início, são personagens que surgem confusamente, mas a figura do narrador emerge definida por suas ações, por suas opiniões através dos outros, concebendo planos e tentando realizá-los, embora tenha de eliminar obstáculos e outros personagens.

Como é o seu estilo, o narrador é direto e sem rodeios, concentrando-se sobre si mesmo e sobre o seu trabalho, decidido, brusco. É, no segundo capítulo, quando se

decide a iniciar o livro, valendo-se de seus próprios recursos avulta a figura do narrador como obstinado, lutando agora com as dificuldades de uma tarefa com que antes nunca se defrontara. Neste momento, percebe-se que é a sua própria história que deseja contar:

“Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso 89 kg e completei 50 anos pelo São Pedro. Sou fazendeiro, versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis para esse novo gênero que pretende enfrentar: a narrativa. E manifesta impaciência: dois capítulos perdidos.” (S.B.p.12)

Porém esses capítulos não foram perdidos e introduziram o leitor num mundo que, em última análise, se reduz à sua voz áspera, ao seu comando, à sua maneira de enfrentar os obstáculos e de vencê-los. É um mundo que se curva à vontade do personagem que surge, assim, a figura subjetiva de Paulo Honório, dominadora, impulsiva, áspera, que persegue o lucro, o capital, a riqueza. Para isso não mede esforços. É o vale tudo. Personagem e ação estão imbricados. Paulo Honório nasce de cada ação, assim como cada ação nasce, por sua vez, de Paulo Honório. Através das ações, transparece a subjetividade de Paulo Honório, do mesmo modo que é ele que as deflagra. O caráter compacto e dinâmico, esta relação íntima entre homem e ação espelhada pela linguagem direta, simples, brutal, econômica, pelas frases e períodos curtos, cuja estrutura predominantemente é a coordenação - que imprime um ritmo rápido aos capítulos - esta interação entre o ser e o fazer vão construir o sujeito do personagem principal, a sua subjetividade que, muitas vezes, no decurso do romance confrontando-se com o meio ambiente, com os outros personagens, cuja subjetividade e formações discursivas são diferentes.

Paulo Honório inicia sua história no capítulo terceiro, com o recuo de cinquenta anos. Através de um modo de narrar conciso, que descarta os episódios mais importantes e conta superficialmente os mais decisivos, como sua infância miserável, ignorando sua origem familiar, o crime que o deixou na cadeia, os primeiros negócios muito atrapalhados, desrespeitando a livre decisão dos outros, e outras violências cometidas no sertão. Em algumas páginas, sintetiza sua vida, da infância à idade adulta.

Por causa de Germana, comete seu primeiro ato "digno de referência" (S.B.p.13) esfaqueando João Fagundes.

Segundo Lafetá, em seu Posfácio (1946);

A distinção teórica entre "sumário narrativo" e "cena", os modos básicos da narração pode ser aqui de alguma utilidade para entendermos melhor o processo compositivo que está sendo usado. O "sumário narrativo", explica-nos Normam Friedmam, "é a exposição generalizada de uma série de eventos, abrangendo um certo período de tempo e uma variedade de locais", a cena, por sua vez, implica a apresentação de detalhes concretos e específicos, dentro de uma estrutura bem determinada de tempo e lugar. A diferença fundamental entre os dois modos reside, pois, na oposição entre o geral (sumário narrativo) e o particular (cena). Ou ainda colocando em outros termos: quando o que interessa é o acontecimento em si, temos a cena e aparecem então os detalhes, mas, se o que releva não é o acontecimento, e sim a atitude do narrador, então temos o sumário narrativo. (Posfácio, p.177)

Da mesma forma, se lê em Reuter (2002):

“No modo de mostrar, as cenas ocupam um lugar importante. Trata-se de passagens textuais que se caracterizam por uma forte visualização, acompanhada principalmente das falas de personagens e de um excesso de detalhes. Temos a impressão de que aquilo se desenrola diante dos nossos olhos em tempo real.

Os sumários representam, antes de tudo o modo do contar. Apresentam, de fato, uma clara tendência ao resumo e se caracterizam por uma visualização menor.” (p 60-61)

Qualquer romance alterna cenas e sumários. É interessante analisar essa alternância em relação à duração do tempo e ao ritmo que consiste nas acelerações e desacelerações da narrativa, com o objetivo de produzir efeitos de realidade e efeitos de dramatização.

Assim, no terceiro capítulo de São Bernardo, os exemplos são muitos. O narrador Paulo Honório não se detém neles, narra-os superficialmente e de forma rápida. Sobre os atos violentos no sertão, revela, através de brigas, berros, transações comerciais de

armas engatilhadas, sua subjetividade. Ainda aqui não se pode falar de cena, pois predomina o tom do narrador, a postura de dominação, de aspereza, de dureza com que Paulo Honório enfrenta as dificuldades, vencendo-as. Guarda-se aqui menos o acontecido do que as atitudes do narrador. Transparece através delas, e em virtude da modulação do tom narrativo, a subjetividade do herói construída pelas interferências do meio com a ocorrência da ambição e do objetivo perseguido pelo narrador: apossar-se das terras de São Bernardo.

A forma objetiva de narrar a apropriação das terras de São Bernardo é a mudança que caracteriza todo o romance. Essa subjetividade aliada à marcação obsessiva do tempo que, cronometrado com a precisão pelo narrador, delimita as ações de forma clara e, neste caso, produz um efeito de crueldade, revelando mais um componente psicológico da constituição da subjetividade do narrador.

Paulo Honório exerce pressão sobre as decisões de Padilha no jogo da compra e venda de São Bernardo: "meia hora", "dois meses", "um dia".

Paulo Honório sugere, à noite, que Padilha cultive São Bernardo. De madrugada, bêbedo, o rapaz já se mostra influenciado e, no dia seguinte, decide-se a seguir o conselho, o que vai levá-lo a endividar-se, a hipotecar a fazenda e a perdê-la.

Esta marcação temporal é feita muito naturalmente pelo narrador, mas sua importância transparece em vários níveis: essa marcação precisa do tempo confere um cunho de veracidade à história narrada. Em segundo lugar, destaca o dia em que as promissórias vencem. Todas essas marcações e manobras vão construir um dos pontos culminantes do livro: a cena das negociações, depois da qual, Paulo Honório torna-se o dono de São Bernardo.

A cena começa com o tempo claramente marcado:

“A última letra venceu num dia de inverno. Chovia que era um Deus - nos - acuda. E de manhã cedinho mandei Casemiro Lopes selar o cavalo, vesti o capote e parti. Duas léguas em quatro horas”. (S.B.p. 22)

Paulo Honório encontra Padilha dormindo. Cobra-lhe a dívida. Discutem. Padilha pede prazo maior: "uns dias". E o narrador marca o tempo com precisão: "não espero nem uma hora" (S.B.p.24).

A negociação que se segue é um jogo de avanços e recuos, de propostas e contra propostas:

“Debatemos a transação até o lusco-fusco [...]. Arengamos ainda meia hora e findamos o ajuste. Para evitar arrependimento, levei Padilha para a cidade, vigiei-o durante a noite. No outro dia cedo, ele meteu o rabo na ratoeira e assinou a escritura.... Não tive remorsos”.  
(S.B.p.25-27)

Nessa transação da fazenda, Paulo Honório é um verdadeiro rolo compressor que esmaga por completo o outro, desconsiderando totalmente suas propostas e opiniões.

Paulo Honório revela aqui e em outros momentos uma "subjetividade capitalística", conforme Guattari, em que o narrador usa todas as estratégias para conseguir seus objetivos.

A sucessão rápida das ações caracteriza Paulo Honório como um homem dinâmico, que passa deixando todo o mundo atrás. Padilha, mole, preguiçoso, sem iniciativa é por ele dominado com facilidade. Domina, também, com facilidade aparente, outros obstáculos narrados no capítulo cinco e seis, em que elimina o velho Mendonça. Com energia, porém, enfrenta e supera outros obstáculos como safra ruim de mamona e algodão, os preços baixos, as ameaças que sofre.

Como nos contos populares que se estruturam em torno de um núcleo que revela um herói que sofre danos ou que padece de carências de vários níveis, e o esforço de recuperação dos danos ou das carências afetivas ou materiais formam o corpo da narrativa, a obra de São Bernardo apresenta este esquema. Os dois primeiros capítulos formam um núcleo: Há o desejo da composição do livro, há o anseio de adquirir São Bernardo e há a superação das dificuldades e a concretização de suas aspirações.

Os capítulos de três a oito possuem uma unidade, pois convergem para a realização de todos os desejos, eliminando pessoas, quando necessário e vencendo dificuldades. O capítulo oito resume todos os fatos, mas o próprio narrador reconhece que efetuou transações arriscadas. Recebe a visita do governador e mostra-se um vencedor.

A narrativa segue de forma rápida, direta e veloz, embora o narrador diga o contrário:



“Ninguém imaginará que, topando os obstáculos mencionados, eu haja procedido invariavelmente com segurança e percorrido, sem me deter, caminhos certos. Não senhor, não procedi, nem percorri. Tive abatimentos, desejos de recuar; contornei dificuldades, muitas curvas. Acham que andei mal? A verdade é que nunca soube quais foram meus atos bons e quais os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízos; fiz coisas ruins que me deram lucro. E como sempre tive a tentação de possuir as terras de São Bernardo, considereei legítimas as ações que me levaram a obtê-las”. (S.B.p.46)

Aqui aparece um personagem esmagador, opressor, que ruma direto e firme para seus objetivos, não se importa com os meios de que faz uso para atingi-los.

Seu Ribeiro é um personagem que aparece como contraponto às ações e a personalidade forte de Paulo Honório. É um homem derrotado. Já fez parte do progresso e do crescimento local, mas agora está reduzido à miséria e à fraqueza. Paulo Honório comenta a sua história e compreende que ele não andou com o progresso, com a mudança ocasionada pelo sistema econômico: capitalismo:

“Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, seu Ribeiro. Por que não andou mais depressa?” (S.B.p.44).

Seu Ribeiro se acostumara a um ritmo lento de vida patriarcal, e é afastado do governo pelas próprias condições sócioeconômicas de seu tempo. O novo perfil que responde às exigências do sistema capitalista é o oposto: é aquele que chega abrindo estradas, trazendo máquinas, eletricidade, novas técnicas de pecuária, de agricultura. Tudo isso se resume em Paulo Honório que vence a inércia, a morosidade, a lentidão e se envolve no torvelinho do progresso, do fazer, da ação constante. É ele o representante da modernidade que entra no sertão brasileiro, é a figura emblemática e contraditória do capitalismo nascente, empreendedor, cruel que não vacila diante dos meios honestos, ou não, para se apossar do que vê diante de si. Sobre isso, diz Coutinho (1967):

“A construção de um burguês: eis o conteúdo da primeira parte de São Bernardo”. (S.B.p.153)

Lafetá (1946) assim analisa o protagonista de São Bernardo:

“Ação transformadora, velocidade enérgica, posse total: aí estão três características e três ideais da burguesia. O herói de São Bernardo os possui em alto grau e os imprime a fundo na tessitura da narrativa. A objetividade do romance nasce da postura do narrador face ao mundo: ele nada problematiza, de nada duvida, em ponto algum vacila. Tudo o que importa é possuir e dirigir o mundo. Para tanto, ele conhece os meios. E não pensa sobre eles: aplica-os.”(Posfácio, p.181)

Após a relação construída entre Paulo Honório e a propriedade de São Bernardo, um outro horizonte começa a se delinear. É no capítulo IX que surgem alguns objetivos novos e, conseqüentemente, o romance se encaminha para um rumo diferente. São cenas que surgem diante do leitor, com elementos detalhados e caracterizadores em descrições mais alongadas dos personagens e aparecem diálogos breves sobre assuntos do dia-a-dia. O tom compacto se esgarça suavemente, e a narrativa compõe uma colcha de retalhos.

Surge uma razão que desencadeia intriga desta terceira parte que é a construção da escola na fazenda. Paulo Honório resolve construí-la por representar excelente negócio que agradará ao governador e, certamente, lhe renderá certas vantagens. Chama Padilha, que vem à fazenda, acompanhado por João Nogueira e Azevedo Gondim. Encontra-os, ao voltar do campo, conversando no alpendre elogiando detalhes de uma professora. Elevam o tom da conversa, mas Paulo Honório afasta-se e trata de negócios com o advogado. Retornam ao alpendre, onde Padilha e Gondim reencetaram elogios à professora. Paulo Honório fica, então, sabendo que os elogios se referem à Madalena, uma professora, bonita, loura, que está entre vinte e trinta anos.

Depois a conversa toma outros rumos, e os assuntos são os mais variados, que brotam com naturalidade das relações com outras pessoas e da vivência do cotidiano.

Entre tantas manifestações de atitudes pouco solidárias, Paulo Honório manifesta a atitude de compaixão e cuidado com a preta, velha Margarida que cuidara dele, quando criança. É a única pessoa que recebe dele atenção, carinho e os objetos necessários de

que precisa para o uso, como um tacho que se torna, no discurso da narrativa, um referente concreto dentre outros, que marcam o tempo, pois o autor diz:

“Lembrei-me do tacho velho, que era o centro da pequenina casa, onde vivíamos. Mexi-me em redor dele, vários anos, lavei-o, tirei-lhe com areia e cinza as manchas de azinhavre - e dele recebi sustento. Margarida utilizou-o durante toda a sua vida. Ou foi ele que a utilizou...” (S.B.p.66).

Dentro do ziguezague da vida do protagonista, surge, aos poucos, a idéia de casar que se transforma em preocupação dominante: "Amanheci um dia pensando em casar" (S.B.p.67), com o objetivo determinado: "preparar um herdeiro para as terras de São Bernardo". Neste sentido fantasia sua futura mulher:

“morena, alta, sadia, com trinta anos, cabelos pretos - mas parei aí. Sou incapaz de imaginação e as coisas boas que mencionei vinham destacadas, nunca se juntando para formar um ser completo. Lembrei-me das senhoras minhas conhecidas: Dona Emília Mendonça, uma dama, a irmã de Azevedo Gondim, Dona Marcela, filha do doutor Magalhães, juiz de Direito”. (S.B.p.67).

O protagonista traça a mulher ideal, destaca as qualidades que deseja que ela possua, mas interrompe o trabalho da imaginação, cortando o lirismo, pois um sujeito desconstruído é incapaz de olhar para outro sujeito senão sob a visão do utilitarismo.

Há a seguir, uma passagem em que Padilha espalha idéias subversivas contra as injustiças cometidas pelo capitalismo e contra as quais Paulo Honório reage intempestivamente, expulsando Padilha e Marciano da fazenda.

O parágrafo final do capítulo onze evidencia a técnica da mistura dos motivos que o levam ao desequilíbrio:

“Recalquei as idéias violentas e esforcei-me por trazer de novo ao espírito as tintas e os de Dona Marcela. Vieram. Mas afastavam-se de quando em quando - e nos intervalos apareciam Marciano, e a Rosa com os meninos, Luíz Padilha e Costa Brito”.(S.B.p.72).

Em meio a tanta miscelânea de tantos assuntos, tensões e negócios, Paulo Honório decide visitar o Doutor Magalhães e averiguar os predicados de Marcela. Aí desponta Madalena que, aos poucos, se insinua na conversa na casa do juiz, e a figura de Madalena vai se delineando no espírito de Paulo Honório. Esse processo, que aparenta ser simples, é importante, pois modifica toda a sintaxe narrativa desta parte da obra, estabelecendo uma hierarquia diferente entre os fatos.

No início do capítulo doze, Paulo Honório vai à casa do Juiz para tentar resolver o caso de seu Pereira e, é evidente, para encontrar Marcela.. Lá, porém, encontra Madalena e sua tia. A notação é precisa e seca:

“..., uma senhora de preto, alta, velha, magra, outra senhora moça, loura e bonita” (S.B.p.73).

Deteve um segundo olhar avaliador para Marcela:

“Dona Marcela sorria para a senhora nova e loura, que sorria também, mostrando os dentinhos brancos. Comparei as duas, a importância da minha visita teve uma redução de cinquenta por cento”. (S.B.p.73/4)

A comparação entre Dona Marcela e Madalena faz com que Paulo Honório descarte a primeira e passe a valorizar a segunda:

“Comparei as duas, e a importância da minha visita teve uma redução de cinquenta por cento”. (S.B.p.73/4)

Porém já se constata um certo grau de envolvimento e encantamento, quando escreve:

“A loura tinha a cabecinha inclinada e as mãozinhas cerradas, lindas mãos, linda cabeça”. (S.B.p.76)

A afetividade se presentifica no uso dos diminutivos e na repetição do adjetivo: "lindas, linda".

Paulo Honório já se percebe admirando Madalena, pois até a linguagem é diferente, quando se refere a Madalena e a Marcela:

“Observei que a mocinha loura voltava para nós, atenta, os grandes olhos azuis.  
De repente conheci que estava querendo bem à pequena. Precisamente o contrário da mulher que eu andava imaginando mas aguardava-me com os diabos. Mindinha e fraquinha. Dona Marcela era bichão...” (S.B.p.78)

A modificação da sintaxe narrativa consiste em que do capítulo IX até o momento em que surge Madalena os motivos se encadeiam justapostos, como num período composto de orações independentes, coordenadas entre si. A partir do capítulo doze, quando surge Madalena que vai mexer com a estrutura afetiva de seu sujeito, tudo se subordina a ele. Segundo Lafetá (1977):

“Todos os motivos temáticos - manobras, negócios, brigas - convergem e encontram sua unidade no novo objetivo de Paulo Honório, a posse da mulher. Neste sentido, é importante assinalar que o capítulo treze, narrando a viagem à capital, as chicotadas em Costa Brito, a conversa com Dona Glória, é todavia uma simples preparação, para o encontro com Madalena, o que, é enunciado em sua primeira frase: "Tornei a encontrar a mocinha loura". (p.184).

Por isso também não procede a dúvida técnica do narrador, anunciada ao final do capítulo treze:

“E não tenho o intuito de escrever em conformidade com as regras. Tanto que vou cometer um erro. Presumo que é um erro. Vou dividir um capítulo em dois. Realmente o que se segue podia encaixar-se no que procurei expor antes dessa digressão. Mas, não tem dúvida, faço um capítulo especial por causa de Madalena”. (S.B.p.91).

Madalena merece um capítulo especial, porque se tornou o maior objetivo de Paulo Honório. Assim como procedeu para apropriar-se de São Bernardo, caminhando

decisivo, em linha reta, procederá daqui adiante para conquistar Madalena. Tudo se submete a este objetivo: a marcação rigorosa do tempo, o jogo da velocidade e os recuos temporários.

Um dia, insinua a Dona Glória a idéia do casamento. Desaparece durante duas semanas, ocupado com a safra de algodão. Reaparece e faz diretamente o pedido a Madalena que precisa de tempo para refletir. Mas Paulo Honório insiste com Madalena e acaba obtendo seu consentimento. Para retratar sua impetuosidade, quando decide conseguir algo, o diálogo marca a manipulação do tempo e retrata a pressa de Paulo Honório, quando deseja algo:

“- Ora essa! Se a senhora dissesse que sentia isso, eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma resoluções às cegas. Especialmente uma resolução como esta. Vamos marcar o dia.

- Não há pressa. Talvez daqui há um ano....Eu preciso preparar-me

- Um ano? Negócio com prazo de um ano não presta. Que é que falta? Um vestido branco faz-se em vinte e quatro horas.

Ouvindo passos no corredor, baixei a voz:

- Podemos avisar sua tia, não? Madalena sorriu, irresoluta.

- Está bem....

- Dona Glória, comunico que eu e a sua sobrinha dentro de uma semana estaremos embirados. Para usar uma linguagem mais correta, vamos casar. A senhora, está claro, acompanha a gente. Onde comem dois, comem três. E a casa é grande, tem uma porção de caritós”.  
(S.B.p.108/9).

No diálogo transparece a ação decidida, a atitude rápida e a forma de estabelecer uma aproximação entre sentimentos humanos e negócios. Paulo Honório transparece em todas as circunstâncias da narrativa como personagem forte e vitorioso, que nunca cede, porque os valores humanos não ocupam espaço em sua vida. Apossa-se, assim, de Madalena, até neste domínio parece triunfar e todos os empecilhos são subjugados, e o mundo se dobra a seu bel-prazer.

A estrutura da narrativa se desenvolve pela subordinação de seus elementos a dois deles: o enredo e o personagem.

Todos os elementos do romance se ligam ao enredo e ao personagem Paulo Honório, a tal ponto que se torna difícil fazer uma distinção entre Paulo Honório e o enredo. Paulo Honório prolonga-se através de seus atos. A marcação do tempo é nítida, o que imprime ao livro precisão e dinamismo que refletem a vontade e a força enérgicas do herói. Também o estilo direto e seco, feito de movimentos rápidos serve ao tipo de enredo que se desenvolve e à caracterização dos personagens.

Essa objetividade implacável que se revela ao longo da narrativa possui um único objetivo - apropriar-se de alguma coisa, seja de bens materiais, seja de pessoas. É o sentimento de propriedade que constitui a grande temática que perpassa as páginas do livro e constitui sua unidade.

Segundo Antônio Cândido:

“Paulo Honório é modalidade de uma força que o transcende e em função da qual vive: o sentimento de propriedade ...São Bernardo é centralizado pela irrupção duma personalidade forte, e esta, a seu turno, pela tirania de um sentimento dominante. Como um herói de Balzac, Paulo Honório corporifica uma paixão, de que tudo mais, até o ciúme não passa de variante”(p.25 e 30).

Todas as variantes que marcam a personalidade de Paulo Honório - ação, energia, objetividade, dinamismo, capacidade transformadora, dominação, decisão, agir rápido e oportuno e, por fim, sentimento de propriedade - configuram uma semelhança entre o personagem e a burguesia como classe. É o tipo de figura simbólica que traduz, através de suas ações, o capitalismo nascente em nosso país.

É possível estabelecer um contraste entre o ritmo veloz que marca a apropriação de terras de Paulo Honório e a lentidão que emoldura a atitude patriarcal de Seu Ribeiro.

Paulo Honório representa a força modernizadora no contexto da obra de São Bernardo. A roça de Seu Ribeiro se manteve calma e tranqüila, sem tumulto, no tempo do Imperador. Luiz Padilha leva uma vida parada e preguiçosa; Paulo Honório é mola propulsora do movimento, da energia, que provoca constantes alterações nas relações globais daquele mundo. Age para transformar tudo, para tornar-se proprietário de tudo.

Embora revele todo esse dinamismo, a limitação de suas possibilidades de gerar transformação encontra barreiras e sua decadência é fruto natural de um processo de reificação de sua própria subjetividade.

Em seu sujeito, que não foi construído de forma harmoniosa e nem o personagem tem conduzido suas ações de modo a construir relações solidárias com os outros, instalaram-se contradições que, a qualquer momento, podem fazê-lo perder o domínio do espaço governado por ele.

Nas atitudes de Paulo Honório, encontramos uma característica do capitalismo que valoriza a quantidade em detrimento do olhar sobre a qualidade sensível das coisas. Toma-se como medida de tudo o valor de uso da mercadoria, medida que se estende aos outros personagens, que dá origem a uma reificação global das relações entre as pessoas.

Paulo Honório é o novo capitalismo, a força impetuosa, que tenta subjugar tudo e todos. É um homem possessivo. A noção de propriedade para ele é sagrada. Talvez por causa da sua infância dura e penosa ou porque tudo o que conseguiu teve que ser possuído pela força.

Ele tenta possuir Madalena, como possuiu a fazenda, como possui e usa os outros personagens, fazendo deles brinquedos em suas mãos. Madalena, porém, não cede. Daí nasce o seu ciúme destruidor.

Paulo Honório é movido por uma vontade de poder e de transformar o que está a sua volta pela acumulação de bens materiais, com o silenciamento de sua subjetividade. Impõe-se a posse da terra, da mulher e do filho. Há, no começo da obra, um complicador inicial, na tentativa de apropriação do trabalho realizado na busca de perpetuar seu nome e sua trajetória num livro, tentativa que falhou.

A objetividade e a secura da narração permite penetrar numa surpreendente subjetividade que revela um ser marcado pela premência e pelo desumano modo de ser e de estar no mundo. O modo de um ethos que tudo sacrifica pela marcha inexorável do progresso, imposta pelo capitalismo que faz transparecer a construção de um herói problemático.

O caráter de Paulo Honório, entre outras manifestações expressa os valores feudais e os valores capitalistas que formam a sua subjetividade. A sede de lucro e de domínio, que caracteriza o herói capitalista, faz de Paulo Honório um burguês típico,



somados a certos aspectos feudais, como o seu apego à vida rural e a sua incapacidade de ambientalização na cidade. As limitações do meio rural brasileiro, dominado por relações pré-capitalistas, impede o herói de ampliar seus horizontes e de chegar ao capitalismo urbano, por isso mais ainda se fortalecem as paredes do seu mundo egoísta, contraditório, autolimitador, destruidor do próprio sujeito, dos outros e do meio ambiente. Por causa de seu apego aos valores feudais, Paulo Honório torna-se o representante típico da burguesia brasileira, de uma burguesia que se ligou organicamente à mesquinhez da sociedade capitalista e que renunciou, talvez definitivamente, aos princípios democráticos e humanistas do seu período de ascensão revolucionária nos países, hoje, desenvolvidos.

Outro aspecto a ser considerado em Paulo Honório e que destrói sua subjetividade é a reificação, processo que se estende aos outros personagens e ao meio ambiente. É a relação estabelecida entre Paulo Honório e o mundo.

O sentimento exacerbado de propriedade que domina o personagem é a certeza de sua segurança e de sua defesa contra os outros. Os homens dos quais se serve são meros instrumentos. Os que labutam em suas terras não passam de bichos. E assim, com seus ares de proprietário de tudo e de todos, transforma seus empregados - os personagens secundários da obra - em objetos. Luís Padilha, Marciano e Rosa, Seu Ribeiro, D. Glória, Casimiro Lopes, todos são coisas, submetidos a suas determinações. Mestre Caetano, entrevado no leito, não recebe a mínima consideração, pois o próprio Paulo Honório, egoísta e sem coração, reflete sobre as próprias atitudes em relação aos empregados:

Necessitava, é claro, mas se eu fosse sustentar os necessitados, arrasava-me. (S.B.p.144).

Os que trabalham no eito de sua fazenda são avaliados apenas do ponto de vista da produção, do quanto produzem para aumentar a rentabilidade da fazenda. Na própria observação do personagem principal, a objetividade do estilo revela o mundo reificado em que os personagens se movimentam:

“... Essa gente quase nunca morre direito... Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito e foi a conta. Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se. Para diminuir a mortalidade e aumentar a produção, proibi aguardente”. (S.B.p.45)

O texto está pleno do conceito de reificação, fenômeno sobretudo econômico, um derivativo do capitalismo. O capitalismo deve ser concebido como um todo complexo com múltiplas facetas. É um sistema sócio-econômico caracterizado por diversos aspectos: industrialização, desenvolvimento rápido, e conjugação da ciência com a tecnologia - conceito que define a modernidade - , hegemonia do mercado, propriedade privada dos meios de produção, reprodução ampliada do capital, trabalho “livre”, intensificação da divisão do trabalho. E, a sua volta desenvolvem-se fenômenos de “civilização” que lhe são integralmente ligados: racionalização, burocratização, predominância das relações secundárias na vida social, urbanização, secularização, reificação. É essa totalidade que constitui a “modernidade”, cujo princípio unificador e gerador, embora rico em ramificações é o capitalismo enquanto modo de relações e produção.

No sistema econômico, os bens deixam de ser encarados como valores de uso e passam a ser vistos como valores de troca e, portanto, como mercadorias.

Nesse sistema, pode haver exploração da força de trabalho, embora a consciência desse fato nem sempre esteja presente. Uma das principais características do capitalismo é a miséria vivenciada pela maior parte da sociedade, cujos efeitos negativos afetam as classes sociais. Esse fenômeno é denunciado como a "reificação" ou "coisificação" , ou seja, a desumanização do ser humano, a decomposição da subjetividade, a ausência da cidadania, a transformação das relações humanas em relações entre coisas, entre objetos inertes.

A reificação abrange, portanto, toda a existência, deixa de ser apenas um componente das forças econômicas para penetrar na vida privada dos indivíduos, destruindo-lhes a subjetividade.

Paulo Honório afirma de si mesmo:

“Creio que sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. É a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte. A desconfiança é também consequência da profissão. Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes”.(S.B.p.222)

O homem reificado é esse homem deformado que Paulo Honório nos descreve, apresentando-nos o processo da coisificação do homem. O sentimento de propriedade, as relações de opressão sobre os outros unificam toda a obra da qual o ciúme é apenas uma modalidade que destrói a subjetividade e a cidadania de forma radical. A vida agreste, que se traduz nas lutas pela propriedade, pelas inúmeras cabeças de gado, pelas plantações de algodão e da mamona, pelo poder sobre os outros e pelo capital, impede o personagem de olhar para Madalena, ser diferente, com valores mais humanos e sociais, vendo-a apenas como mais uma coisa a ser possuída e sobre a qual pode exercer o direito de propriedade.

Como Madalena se recusa a alienar-se, a entrar no jogo da reificação, as controvérsias são constantes. Madalena resiste a comprometer-se com a realidade vigente, a adequar-se à vaidade e à imoralidade do mundo convencional, capitalista, reificado, criado por Paulo Honório.

Madalena é um personagem central, embora secundária em relação a Paulo Honório, cuja subjetividade é portadora de valores autênticos, humanos, solidários e, como tal, de uma esperança, que, ao casar-se com Paulo Honório, perde as ilusões e chega a compreender a vacuidade de suas esperanças. Em Madalena, observa-se o triunfo da necessidade social, objetiva, sobre as aspirações e os sonhos meramente subjetivos. É a expressão extrema das possibilidades contidas em uma facção da classe média urbana que tinha como ideologia um humanismo sincero e abstrato, porém desconhecia os meios de concretizar seus ideais de solidariedade e de fraternidade. Ao tomar consciência do caráter ilusório de sua busca de realização humana, Madalena prefere o suicídio à conciliação com a inautenticidade. Há, todavia, como só acontece em todas as grandes obras, uma evolução que a conduz da falsa consciência inicial à consciência de si, como personagem trágica.

Em São Bernardo, há dois conflitos dialeticamente inter-relacionados - duas subjetividades em extrema oposição - Paulo Honório e Madalena.

O desenvolvimento desigual e duplamente contraditório de nosso capitalismo, determinando dois caracteres em oposição - um herói emblemático, individualizado, que, de início, enfrenta a miséria, mas a supera, ascendendo na escala social, e um herói emblemático que busca valores comunitários, embora de forma abstrata e solitária, busca essa marcada por um fim trágico.

Os conflitos entre os dois personagens centralmente opostos iniciam oito dias após o casamento e todos eles gerados pelo símbolo do capitalismo: o dinheiro. Madalena julga pífio o valor pago a Seu Ribeiro. Dias depois, outra desinteligência em virtude do espancamento de Marciano, cuja causa foi o dinheiro gasto em material de ensino, por insistência de Madalena, que irritam Paulo Honório, levando-o a maltratar o empregado. O terceiro incidente ainda se relaciona ao dinheiro, pois Dona Glória, com sua tagarelice atrasa o trabalho de Seu Ribeiro e é humilhada por Paulo Honório.

Cada uma dessas atitudes, cheias de brutalidade, horroriza Madalena, que não consegue aprová-las nem mesmo aceitá-las. Por sua vez, Paulo Honório surpreende-se de que Madalena não compreenda o seu comportamento. Conseguir esse enorme capital, conquistar São Bernardo, exigiram dele certas atitudes imperativas, por exemplo, "espancar Marciano que não era propriamente um homem".

E, com desdém, refere-se à Dona Glória e Madalena, comparando-as a objetos:

“Professorinhas de primeiras letras, a Escola Normal fabricava às dúzias. Uma propriedade como São Bernardo era diferente”. (S.B. p.136)

Através dessa analogia, marcada pelo desprezo, Paulo Honório mostra a superação da miséria - sua condição inicial - ascendendo na escala social. A miséria desempenha papel decisivo na tragédia dos personagens principais. As deformações psíquicas do personagem Paulo Honório, por ele reconhecidas: "coração miúdo", sua frustração agressiva, sua incapacidade de equilíbrio estão todas centradas sobre a sua miséria, sobre a sua inferioridade econômica e social. As necessidades econômicas haviam-no levado a prostituir todos aqueles valores que Madalena, por viver desligada

da necessidade de sustento ou por ter sido amparada por Dona Glória em sua juventude, pudera conservar: a solidariedade humana, a honra, a dignidade pessoal.

Madalena se recusa à reificação por julgar que os valores humanos são superiores aos valores materiais, e Paulo Honório se surpreende, pois Madalena não joga de acordo com as regras de seu jogo. Paulo Honório começa a se irritar com os atos de Madalena: vestido de seda para Rosa, sapatos e lençóis para Margarida, sem consultá-lo, gestos que significam roubo e abuso.

A narrativa transforma-se assim num ir e vir, em virtude das razões que se misturam, convergindo para um único motivo: o ciúme ou o sentimento de propriedade que, após ter conquistado São Bernardo, se transfere para Madalena.

O capítulo vinte três exemplifica a irritabilidade de Paulo Honório, cuja causa fundamental é o ciúme que dirige à Madalena:

“Era domingo á tarde, eu voltava do descaroador e da serraria, onde tinha estado a arengar com o maquinista. Um volante empenado e um dínamo que emperrava. O homem prometera endireitar tudo em dois dias. Contratempo. Montes de madeiras, algodão enchendo os paióis”. (S.B.p.140)

“(...) Está visto que Madalena não tinha nada a ver com o descaroador e a serraria mas naquele momento não refleti nisso: misturei tudo e a minha cólera aumentou. Uma cólera despropositada (...) O que me pareceu que Madalena estava gastando à toa”. (S.B.p.142).

Desequilibrado em sua subjetividade, o ciúme impede-o de raciocinar com objetividade, seus conflitos internos encontram apenas um responsável:

“A culpada era Madalena, que tinha oferecido a Rosa um vestido de seda”. (S.B.p.141).

E o capítulo continua descrevendo a irritabilidade de Paulo Honório que dá voltas em torno do mesmo problema que é o ciúme e o ressentimento contra Madalena. Aquele avançar em linha reta está agora encontrando curvas e ziguezagues. Não concorda com as ações e trabalhos em que as pessoas perdem energia à toa, só é válido o

que produz dinheiro e progresso, segundo a teoria capitalista da qual Paulo Honório estava imbuído.

Segundo Lafetá (1977) "volante e dínamo" constituem signos que atualizam o sujeito emperrado de Paulo Honório, que é impedido por Madalena, que a ele não se submete, de avançar, de progredir apenas em ações que lhe acrescentam bens materiais. A solução do conflito e o desfecho da narrativa se resumem no suicídio de Madalena, o que constitui o triunfo da reificação que destrói a subjetividade humana, destrói Paulo Honório. A narrativa se desenvolve da mesma forma que a anterior, sempre em torno do grande motivo que domina todas as outras razões que movem a existência de Paulo Honório: o ciúme. Alguns parágrafos do capítulo vinte quatro esclarecem a postura de Paulo Honório em relação às atitudes de Madalena:

“De repente invadiu-me uma espécie de desconfiança. Já havia experimentado um sentimento assim desagradável? Quando? (...)  
Quando? Num momento esclareceu-se tudo (...).

Sim senhor! Conluída com o Padilha e tentando afastar os empregados sérios do bom caminho. Sim senhor, comunista! Eu construindo e ela desmanchando. (...)

- É a corrupção, a dissolução da família, teimava Padre Silvestre. (...).

Qual seria a opinião de Madalena?

- Aí Padre Silvestre tem razão, concordou Gondim. A religião é um freio.

(...) Qual seria a religião de Madalena? Talvez nenhuma. Nunca me havia tratado disso.

- Monstruosidade. (...)

Materialista. Lembrei-me de ter ouvido Costa Brito falar em materialismo histórico. Que significava materialismo histórico?

(...)

Comunista, materialista. Bonito casamento. Amizade com o Padilha, aquele imbecil! "Palestras amenas e variadas". Que haveria nas palestras? Reformas sociais ou coisa pior. Sei lá! Mulher sem religião é capaz de tudo.

(...).

Confio em mim. Mas exagerei os olhos bonitos do Nogueira, a roupa bem feita, a voz insinuante. (...) - e comecei a sentir ciúmes”. (S.B.p.119 e 155/6/7/8).

Há um levantamento de problemas existentes em qualquer lugar em todo o momento e que são perenes: comunismo, corrupção, dissolução da família, ausência de religião, monstrosidade, materialismo, todos esses problemas ligados ao tema dominante e que se tornou consciente no mundo do personagem, a ponto de verbalizá-lo: "e comecei a sentir ciúmes".(S.B.p.158)

Os capítulos seguintes preparam aos olhos do leitor um desfile de acontecimentos até desencadear a destruição do sujeito de ambos: Paulo Honório versus Madalena. É curioso como a cena decisiva que antecede à morte de Madalena está permeada pela mesma obsessiva marcação do tempo que assinala a cena em que Paulo Honório toma a fazenda de Padilha e naquela em que convence Madalena a casar-se com ele. Joga com o tempo, decidido a acabar rapidamente com aquela infelicidade:

“Nove horas no relógio da sacristia. Nem sei quanto tempo estive ali, em pé. À medida, porém, que as horas se passavam senti-me cair num estado de perplexidade e covardia. O relógio da sacristia tocou meia-noite”.  
(S.B.p.136)

Paulo Honório se sente tão derrotado que perde até a noção do tempo: “O relógio tinha parado, mas julgo que dormi duas horas. Parado”.(S.B.p.196)

Com a mesma perplexidade, constata depois a morte de Madalena: “Aproximei-me, tomei-lhe as mãos, duras e frias, toquei-lhe o coração, parado. Parado”.(S.B.p.197)

A morte de Madalena destrói por completo a subjetividade de Paulo Honório. Tudo se esvazia de significado, até cultivar São Bernardo que era o motor de suas ações, de seu agir permanente, de sua agitação. O mundo desgovernou-se para ele, porque seu sujeito soçobrou diante das dificuldades interpostas por subjetividades diferentes que caminharam em direções opostas.

Para Paulo Honório, só lhe resta buscar a composição da narrativa de sua vida, tentar recolher o significado de todos os fatos e acontecimentos que lhe anunciavam a necessidade da mudança da estrutura de sua subjetividade:

“Cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivos, a maltratar-me e a maltratar os outros. O resultado é que endurecei, calejei, e não é um arranhão que penetra esta casca espessa e vem ferir cá dentro a sensibilidade embotada. Cinquenta anos! Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê! Comer e dormir como um porco! Como um porco! Levantar-se cedo todas as manhãs e sair correndo, procurando comida! E depois guardar comida para os filhos, para os netos, para muitas gerações. Que estupidez! Que porcaria! Não é bom vir o diabo e levar tudo?”(S.B.p.216)

Além da consciência da inutilidade de sua vida, agora sem sentido, sem rumo, em virtude da morte de Madalena, Paulo Honório percebe que é um ser destruidor: "Sou um homem arrasado" (S.B.p.215). "Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável".(S.B.p.214).

A obra apresenta relação estreita entre ação e personagem que se revela por determinadas atitudes de Paulo Honório como dinamismo, objetividade, energia, vontade, força, subordinadas ao tema unificador: sentimento de propriedade, que constroem o ambiente reificado do romance, conduzindo o personagem principal à sua autodestruição final, como à destruição dos outros. Eis o que o personagem - narrador revela no último capítulo:

“Os homens e as mulheres seriam animais tristes. Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casemiro Lopes, e muitos bichos para serviços no campo, bois mansos. Bichos. Alguns mudaram de espécie e estão no exército, volvendo à esquerda, volvendo à direita, fazendo sentinela. Outros buscaram pastos diferentes”.(S.B.p.217)



Após a morte de Madalena, Paulo Honório, embora tente retomar o ritmo normal de sua vida anterior, há vários obstáculos que se interpõem à sua vontade de agir, arrefecendo-lhe o entusiasmo e reduzindo-lhe as forças. Madalena não lhe sai do pensamento:

“A lembrança de Madalena persegue-me. Diligencio afastá-la e caminho em redor da mesa....  
Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos”. (S.B.p.221)

O pio da coruja desperta-lhe também a lembrança de Madalena e ele estremece, arrependido por ter desejado coisificá-la, e ela lhe tendo mostrado constante resistência.

Os amigos, os moradores da fazenda, um a um vão se despedindo e vão abandonando Paulo Honório, que se sente cada vez mais só. Só e solitário. Em primeiro lugar, Dona Glória que não vê mais sentido algum de permanecer na fazenda e, a princípio, rejeita qualquer ajuda. Seu Ribeiro abandona a fazenda, a casa, porque lhe trazem "recordações pungentes, saudades cruciantes".(S.B.p.203)

Finalmente, seu Padilha deixa a fazenda, incorporando-se às tropas revolucionárias e conseguindo galões.

Com a revolução, o mundo de Paulo Honório se desmorona definitivamente. O mundo que o cerca ia se tornando um horrível estrupício:

“O mundo me cercava, ia se tornando um horrível estrupício. E o outro, grande, era uma balbúrdia, uma confusão dos demônios, estrupício muito maior. Os amigos e os jornais traziam-me a revolução.(S.B.p.208)

Houve problemas com a propriedade, em virtude da vitória da Revolução. Antigas questões de limites da fazenda ressurgem, seu crédito é cortado, os preços dos produtos caem e São Bernardo transforma-se numa fazenda abandonada:

“Uma infelicidade nunca vem só. As fábricas de tecido que adiantavam dinheiro para a compra de algodão, abandonaram de chofre esse bom costume e até deram para comprar fiado. Vendi uma safra no fuso, e enganaram-me na classificação...

Ainda por cima, os bancos me fecharam as portas. Não sei por quê, mas fecharam. E olhem que nunca atrasei pagamentos...

Em seis meses havia tão grande quebradeira que torrei nos cofres o automóvel para não me protestarem uma letra vagabunda de seis contos.

(...) João Nogueira me trouxe a notícia de que o Fidélis e os Gama iam remexer as questões dos limites”. (S.B.p.212/3).

E, enfim, o mundo está à revelia, fora de seu controle. Suas ações não se distinguem dos elementos da natureza, sua subjetividade tumultuada pelos acontecimentos externos, pela derrocada do castelo de riqueza construído sobre a ruína dos outros seres que eram apenas bichos:

“Sol, chuva, noites de insônia, cálculos, combinações, violências, perigos - e nem sequer me resta a ilusão de ter realizado obra proveitosa. O jardim, a horta, o pomar - abandonados; os marrecos de Pequim - mortos, o algodão, a mamona secando. E as cercas dos vizinhos, inimigos ferozes, avançam”. (S.B.p.217)

Na última frase do capítulo trinta e cinco, (S.B. p.214) o estilo mostra a impotência do herói. A construção da figura literária, chamada sinédoque se engasta na estrutura ação/personagem para dizer que Paulo Honório perdeu o comando de seus atos e que o desnorteamento acontece simultaneamente à perda do poder de comandar:

"E os meus passos me levaram para os quartos, como se procurasse alguém." (S.B.p.214)

Embora o romance mantenha a unidade estilística do início ao fim, após a morte de Madalena, abre-se para o personagem principal nova etapa de problemas, um tempo que instala novas situações problemáticas que conferem à obra uma dimensão nova.

Lafetá (1977) diz:

“A duplicidade temporal - existem representados o tempo do enunciado (os eventos que ocorreram na vida de Paulo Honório), e o tempo da enunciação (o momento em que se

escreve o livro) - está ligada ao problema do ponto de vista narrativo. O romance é narrado em primeira pessoa, por um "eu protagonista", que, distanciado no tempo, abrange com o olhar toda a sua vida e procura recapitulá-la, contando-a, para si e para nós, leitores. É este distanciamento que lhe dá uma pseudo - onisciência, concomitante à existência do olhar abrangente, capaz de determinar os momentos importantes de sua evolução". (p. 194)

A pseudo-onisciência permite ao próprio narrador afastamento da própria realidade e um olhar abrangente que precisa os momentos relevantes de sua evolução. Essa postura e a atitude do próprio narrador geram grande parte da objetividade que desponta em toda a narrativa e que dá o tom ao romance.

Quando a narrativa se encaminha ao presente da enunciação, o distanciamento desaparece. Por outro lado, o dinamismo de Paulo Honório encontra-se paralisado pelo derrota causada pela morte de madalena.

Lafetá (1977), a respeito de enunciado e enunciação nos últimos capítulos de São Bernardo diz:

“A linguagem seca do tempo do enunciado cede lugar à lamentação elegíaca do tempo da enunciação, e o ritmo da narrativa é substituído pelos compassos mais lentos de uma reflexão problematizada, difícil e tortuosa”. (p.194).

Vários parágrafos do capítulo trinta e seis, de São Bernardo, atestam as palavras do autor citado:

“... aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tingem de preto.

Às vezes, entro pela noite, passo tempo sem fim acordando lembranças. Outras vezes não me ajeito com esta ocupação nova”

Com estremeamento, largo essa felicidade que não é minha e encontro-me aqui em São Bernardo, escrevendo.

As janelas estão fechadas. Meia-noite. Nenhum rumor na casa deserta.

Levanto-me, procuro uma vela, que a luz vai apagar-se. Não tenho sono. Deitar-me, rolar no colchão, até a

madrugada, é uma tortura. Prefiro ficar sentado, concluindo isto. Amanhã não terei como me entreter”.(S.B.p.216)

Luckás in: “ A teoria do romance”, diz:

“O romance é a história da busca de valores autênticos por um personagem problemático, dentro de um universo vazio e degradado, no qual desapareceu a imanência do sentido da vida”. (p.195).

Na obra de São Bernardo, o personagem principal, Paulo Honório, é um herói problemático, num universo vazio e degradador, onde o sentido da vida desaparece. No decurso da narrativa, Paulo Honório é um personagem forte, intímido, movendo-se num mundo de objetivos materiais, ilusórios, cheios de significados para ele: a conquista da propriedade. Não houve a busca dos valores autênticos, verdadeiros, que devem sempre comandar as relações humanas. O suicídio de Madalena revela toda a falsidade do sentido da vida de Paulo Honório e ele próprio confessa: "julgo que me desnorteei numa errada". (S.B.p.219).

Reconhece em outra passagem que ascendeu socialmente, por causa de Madalena, talvez ela tenha sido o veículo de ele tornar-se mais humano: "Coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante". (S.B.p.218).

Paulo Honório, nos últimos capítulos de São Bernardo, começa refletir sobre si mesmo, sobre sua vida, sobre sua subjetividade, o que faz surgir um certo lirismo, e a objetividade perde a solidez e a firmeza e começa a oscilar.

A narrativa em primeira pessoa, um narrador participante deixa marcas na composição da obra. Aqui há um narrador protagonista que, distanciado dos fatos, conta a sua própria história. Paulo Honório conta a sua própria história com objetividade, porém no momento em que o tempo da enunciação começa a ser delineado, percebe-se a introdução dos signos de subjetividade, como o surgir do monólogo interior e a desestruturação do ponto de vista de um narrador pseudo-onisciente.

Esse processo já se instala no decorrer do tempo do enunciado, quando o ciúme faz perder ao personagem principal a segurança interna e lhe suscita dúvidas:

“Mas para quê? Para quê? Não me dirão? (S.B.p.184)  
Madalena procurava convencê-lo mas não percebi o que dizia. De repente invadiu-me uma espécie de desconfiança. Já havia experimentado um sentimento assim desagradável. Quando?”(S.B.p.155)

Num diálogo com Madalena, aparece o momento do tempo da enunciação: "- O que estragou tudo foi o ciúme."(S.B.p.192). "Fazia exatamente um ano que tinha começado o diabo do ciúme." (S.B.p.196).

E no capítulo vinte nove: "Os meus olhos me enganavam. Mas se os olhos me enganavam, em que me havia de fiar então? (S.B.p.180).

Dois níveis de representação aparecem delimitados no decurso da história: o que é real e o que é deformação provocada pelo ciúme. São Bernardo mantém uma objetividade linear em que não há mistura de outros planos. A objetividade é marcada pela narração obsessiva e precisa do tempo, que, embora, às vezes, pareça escapar ao controle do narrador, como nesta passagem:

“Uma pancada no relógio da sala de jantar. Que horas seriam? Meia? Uma? Uma e meia? Ou metade de qualquer outra hora? Segunda pancada no relógio. Uma hora? Uma e meia? Só vendo. (...) Sempre era alguma coisa saber as horas”. (S.B.p.183)

O narrador mostra-se incapaz de controlar o tempo, o que simboliza a incerteza e a impotência a que ele está reduzido. Transparece aqui sua própria subjetividade e evidencia a incapacidade de controlar a objetividade na medida certa.

A subjetividade porém transparece mesmo quando o tempo da enunciação começa a ser representado, ou o instante em que Paulo Honório escreve: "...para que me serve esta narrativa? Para nada, mas sou forçado a escrever." (S.B.p.117).

Há passagens no capítulo dezenove que embaralham tudo: consciência e realidade, passado e presente, objetividade e subjetividade:

“Emoções indefiníveis me agitam - inquietação terrível, desejo doído de voltar, tagarelar novamente com Madalena, como fazíamos todos os dias a esta hora.

Saudade? Não, não é isto! É desespero, raiva, um peso enorme no coração”. (S.B.p.117).

Paulo Honório confunde os dois tempos, ou seja, a própria subjetividade com a objetividade dos fatos: "A toalha reaparece, não sei se esta toalha sobre que tenho as mãos cruzadas ou a que estava aqui há cinco anos." (S.B.p.119).

Paulo Honório escreve seu livro com o objetivo de buscar um sentido para sua vida. Através da narrativa, Paulo Honório faz irromper um mundo reificado e cruel, repleto de corujas agourentas, de rios cheios de atoleiros e sua própria fisionomia retrata um mundo de pesadelos terríveis, cheios de signos de deformação e monstruosidades.

“Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um homem aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas...julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e uma figura de lobisomem”. (S.B.p.222).

É um mundo objetivamente real que acaba de transparecer através da própria subjetividade de Paulo Honório. Objetividade e subjetividade acabam por interpenetrarem-se no texto acima, estabelecendo uma composição dialética.

Os últimos parágrafos revelam a impotência do narrador e a prepotência do mundo reificado que constroem o monólogo interior, através do qual se manifesta a tentativa de encontrar o sentido perdido e o trágico encontro com o próprio sujeito destruído e com a solidão. Eis o que está expresso nas últimas palavras do último capítulo da obra: "Eu vou ficar aqui às escuras, até não sei que hora, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos." (S.B.p.222).

Paulo Honório é uma figura soturna, representativa do lado sombrio, da meia-noite inconfessável e oposta à personalidade consciente. Parece antes uma sombra coletiva reproduzindo atitudes de antepassados enterrados na propriedade, os desmandos do coronelismo do Nordeste do Brasil, da América latina, na impunidade de uma classe que tem todo um sistema a seu favor. Paulo Honório é um indivíduo que se caracteriza pelos mecanismos de projeção, introjeção e auto-referência. Justifica-se atribuindo aos

outros os sentimentos que trazem em si sua própria contradição. Introjeta a fração paranóica da sociedade que absorveu como normais: o orgulho, o egoísmo, a prepotência, e que se colocou no centro de uma verdade imposta com violência ao diálogo e, num delírio provocado pelas próprias culpas, enxerga ameaças e traições em toda a parte.

Em Paulo Honório, realiza-se a convergência entre a dimensão externa e o espaço interior do personagem. A construção das interpretações do espaço exterior é a mesma das interpretações da subjetividade.

A abordagem literária, seguindo a tendência globalizante do mundo atual não pode ser feita compartimentalizada, além de se impor necessária, para evitar abordagens que privilegiam apenas tendências linguístico-estruturalistas, assim como outras que buscam formas para explicar a narrativa fora dela, como seja apenas na história, na sociologia ou na psicologia. A narrativa literária, em educação, não pode ser reduzida a apenas uma de suas dimensões.

A proposta de Reuter (2002) pretende uma apreensão global da organização da narrativa, pois considera as seqüências narrativas, as outras categorias de seqüências, a construção de um referente, composto de diversos elementos estruturais.

Na narrativa São Bernardo, de Graciliano Ramos, o referente construído pelo personagem é a aquisição de bens, conseguir uma situação econômica próspera. A história de Paulo Honório principia logo com o resumo dos primeiros esforços, pois o personagem procura por todos os meios, ganhar dinheiro através de qualquer processo que se revele eficiente.

“Travei amizade com ele e em dois meses emprestei-lhe dois contos de réis, que ele sapecou depressa na orelha da sota e em folias de bacalhau e aguardente, com fêmeas ratuínas, no pão sem miolo. Vi essas maluqueiras, e, quando um dia, de novo quebrado, ele me veio convidar para a festa de S. João na fazenda, afrouxei mais quinhentos mil réis. Ao ver a letra, fingi desprendimento:  
- Para que isso? Entre nós...Formalidades” (S.B.p.17)

Não tardou a cilada das letras, a hipoteca, a exigência brutal da propriedade:

“No outro dia, cedo, ele meteu o rabo na ratoeira e assinou a escritura (...) Não tive remorsos”. (S.B.p.27)

Na disputa com Mendonça, sobre os limites da propriedade utilizou estratégia semelhante: o assédio das visitas hospitaleiras, o suborno da oferta de alguns cedros cobiçados, as amabilidades mentirosas e, finalmente, a cilada da tocaia que Casimiro Lopes se encarregou de executar em dia de eleição, abatendo-o com pontaria certa. Para não faltar nada na estratégia, até um bom álibi em boa companhia:

“Na hora do crime, eu estava na cidade, conversando com o vigário a respeito da Igreja que pretendia levantar em S. Bernardo, para o futuro, se os negócios corressem bem”. (S.B.p.38/9)

O resultado dessa disputa foi o alargamento dos limites de S. Bernardo para dentro da Fazenda Bom Sucesso, de Mendonça.

Em São Bernardo, se houve o momento da construção do referente, houve também a desconstrução, pois o próprio autor revela sua infelicidade e frustração:

“Sou um homem arrasado. Cinquenta anos pelo São Bernardo.  
Cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros”. (S.B.p.216)

A questão dos limites da fazenda volta à dimensão, e percebe-se aí mais e mais a desconstrução do referente:

(...), João Nogueira me trouxe a notícia de que o Fidélis e os Gama iam remexer as questões dos limites. (...) Encolhi os ombros desanimado” (S.B.p.213)

O espaço do referente é a própria fazenda S. Bernardo, contígua à fazenda Bom Sucesso, do Mendonça:



“O Senhor andou mal adquirindo a propriedade sem me consultar, gritou Mendonça do outro lado da cerca”.  
(S.B.p.28)

Paulo Honório começou a desagregar-se, diante de uma personalidade irreduzível ao seu domínio reificador. Madalena toma iniciativas próprias, discorda, lança-lhe em rosto a brutalidade que ele usa com os trabalhadores, contesta a dominação que exerce sobre os outros. Paulo Honório chega a estados de raiva incontida e confessa:

“Fui indo sempre de mal a pior. Tive a impressão de que me achava doente, muito doente. Fastio. Inquietação constante e raiva. Madalena, Padilha, D. Glória, que trempe!  
O meu desejo era pegar Madalena e dar-lhe pancada até no céu da boca. (S.B.p.165)

A vida se tornara um inferno para Paulo Honório, pois dedicara sua existência a possuir, a dominar, a comprar tudo e a todos e, principalmente, sua existência reificadora. Sentia-se sufocado na sua própria subjetividade, os ciúmes, e o suicídio de Madalena marcaram o início de seu declínio.

O tempo, se considerado em relação ao personagem Paulo Honório é tridimensional: passado mais passado, passado menos passado e presente da narrativa, ou seja, a infância, Madalena, e a confluência dos dois tempos: Paulo Honório narrador e Paulo Honório personagem.

Na obra, há referentes concretos marcando o tempo que serão expostos num quadro mostrando a mobilidade temporal, o presente da narrativa, passado mais passado – que aponta para a infância – passado menos passado, isto é, mais próximo ao presente da vida do autor: o casamento com Madalena, a superposição temporal e a passagem do tempo cronológico. Além dos tempos verbais, advérbios de tempo, Graciliano Ramos joga com expedientes expressivos, referentes ou objetos concretos para marcar o tempo. Eis alguns exemplos, que serão, no final, resumidos em um quadro:

- “**Tacho**”.

O referente “tacho” aparece no passado mais passado: infância do personagem principal.

Passado mais passado: infância:

“Lembrei-me do tacho velho, que era o centro da pequenina casa onde vivíamos. Mexi-me em redor dele vários anos, lavei-o, tirei-lhe com areia e cinza, as manchas de azinhavre – e dele recebi sustento. Margarida utilizou-o durante quase toda a vida. Ou foi ele que a utilizou.” (S.B.p.66)

“Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta”(S.B.p.219)

- Presente da narrativa:

“- Queria também um tacho. O outro furtaram” (S.B.p.66)

- **“Toalha”**

O referente concreto “toalha” realiza a superposição temporal, pois une o tempo de Madalena ao tempo da enunciação, momento em que o autor compõe a narrativa:

- Superposição temporal:

“A toalha reaparece, mas não sei se é esta toalha sobre que tenho as mãos cruzadas ou a que estava aqui há cinco anos”. (S.B.p.119)

- Passado menos passado:

“A lembrança de Madalena persegue-me. Diligencio afastá-la e caminho em redor da mesa”. (S.B.p.220)

- **“Paus-d’arco”:**

Outro referente é a expressão “paus-d’arco” que, na narrativa, aparece pela primeira vez no casamento do personagem com Madalena e, depois, no momento em que esta se suicida. Portanto, estes remetem para um passado menos passado, ligados à memória de Madalena:

- Passado menos passado: Madalena:

“Estávamos em fins de janeiro. Os paus-d’arco, floridos, salpicavam a mata de pontos amarelos”. (S.B.p.110)

“Estava de pé, encostada à carteira, mexia distraída as folhas do razão e contemplava pela janela os paus-d’arco distantes.” (S.B.p.149)

“ – Hoje pela manhã já havia na mata alguns paus-d’arco com flores. Contei uns quatro. Daqui a uma semana estão lindos. É pena que as flores caiam tão depressa. (S.B. p.194)

– “Efetivamente, resmunguei procurando relacionar o Rio e São Paulo com os paus-d’arco.” (S.B.p.194)

“Realmente a mata, enfeitada de paus-d’arco, estava uma beleza.” (S.B. p.196).

Nos momentos importantes em que o personagem relata seu convívio com Madalena, a saber, casamento, discussão que rompeu em desconfiança e o episódio da morte, aparecem os “paus-d’arco.”

#### - **“Pio da Coruja”**

O referente concreto “pio da coruja” aparece em relação à Madalena, passado menos passado, e em relação à composição da narrativa, portanto presente da narrativa:

Passado menos passado: Madalena:

“Na torre da igreja uma coruja piou. Estremeci, pensei em Madalena!” (S.B.p.8)

“Talvez as pisadas também tivessem sido abuso de sonho. Um pesadelo. Isso. Era possível que o assobio fosse grito de coruja.” (S.B.p.183)

“Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo sujeito de Minas, recusando um negócio confuso de porcos e gado zebu, ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me.” (S.B.p.215)

“Uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja? Será a mesma que piava há dois anos? Talvez seja o mesmo pio daquele tempo.” (S.B. p.119)

Presente da narrativa:

“Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi novo pio de coruja e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta.”(S.B.p.9)

- “Vela”

O objeto concreto “vela”, remete para três dimensões temporais: ora marca o tempo cronológico, ora o tempo psicológico, ou mesmo uma superposição temporal.

Presente cronológico

“Agora a vela estava apagada. Era tarde. A porta gemia. O luar entrava pela janela.”(S.B.p.211)

Passado menos passado: Madalena:

“Ponho a vela no castiçal, risco um fósforo e acendo-a. Sinto um arrepio. A lembrança de Madalena...” (S.B.p.220)

Confusão ou superposição dos tempos:

“Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas. A vela está quase a extinguir-se. Julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e uma figura de lobisomem.” (S.B.p.222)

Quadro dos referentes que indicam tempo em São Bernardo:

Objetos Concretos	Referentes Genéricos	Referentes específicos				
		Presente da narrativa	Passado mais passado Infância	Passado menos passado Madalena	Superposição temporal	Passagem do tempo cronológico
Tacho	+	+	+			
Toalha	+			+	+	
Paus- d' arco	+			+		
Pio de coruja	+	+		+		
Vela	+	+		+	+	+

O referente estabelecido pelo personagem central, ou seja, sua conjunção com a riqueza, leva-o a relacionar-se com os outros apenas em nível de interesse, de disputa de limites e de reificação total:

“Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. (...)  
 Bichos. Alguns mudaram de espécie e estão no exército, volvendo à esquerda, volvendo à direita, fazendo sentinela. Outros buscaram pastos diferentes. (...)  
 Coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante. (...)  
 Sou, pois, superior a Mestre Caetano e a outros semelhantes”(S.B.p.217/8)

O protagonista da narrativa, em cuja função transcorrem todos os episódios, deseja contar a história de sua vida. Portanto essa intenção persegue-o constantemente e leva-o a escrever para melhor conhecer o sentido de sua própria essência; contando a sua experiência.

Esse fato torna-o capaz de se libertar da atitude reificadora e a assumir uma postura reflexiva.

Sentado a terminar o livro, conclui que a existência que levou foi estúpida e sem sentido, colocando-se, pela reflexão da escrita, no limiar de uma vida humanizada e humanizadora:

“Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta.”  
(S.B.p.219)

O sujeito reconhece que, nas relações com os outros, foi o causador de alienações, de cuja atitude pretende libertar-se:

“(...) reconheço ter contribuído para isso... (...)Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e meu egoísmo.” (S.B.p.221)

O professor é importante na sua função de ensinar o aluno a olhar a própria realidade e a realidade exterior, seu relacionamento com os outros, e a perceber que, a partir do ver e do sentir a realidade, acontece a própria construção da subjetividade. Paulo Honório, em contato com os outros personagens da obra revela-se um sujeito desconstruído, que, no final da narrativa, “olhando” para si mesmo e para a situação dos outros personagens, é tomado de arrependimento e deseja construir-se como sujeito livre e humano.

A disposição das propriedades e das partes no interior de planos convencionais que irão dar a impressão de um movimento do observador, neste caso, do protagonista :

“Eu olhava a torre da igreja. E o meu pensamento estirava-se pela paisagem, encolhia-se, descia as escadas, ia ao jardim, ao pomar, entrava na sacristia.” (S.B.p.211)

## CAPÍTULO IV

### 4 – CONSTRUINDO O CONCEITO DE CIDADANIA

Tornou-se comum entender cidadania como apenas o uso de três direitos: civis, políticos e sociais. Cidadão pleno é, portanto, aquele que se torna titular desses três direitos. Cidadão incompleto seria aquele que não fizesse uso de um desses três direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos não seriam cidadãos.

Essa breve introdução a esse capítulo é suficiente para dizer que o conceito de cidadania é complexo. O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento, não gera automaticamente a presença e a satisfação dos outros. O exercício livre do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. A liberdade e a participação não produzem simultaneamente soluções dos problemas sociais. Estes fatos consideram a cidadania como um conceito que leva a inúmeras outras dimensões e que, geralmente, algumas se fazem presentes sem as outras. Pode-se falar portanto de cidadania plena? De cidadão total, completo?

Cidadania, portanto, torna-se um ideal inatingível, embora sirva de parâmetro para auferir a qualidade de vida dos cidadãos em qualquer país e em qualquer momento histórico.

Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais compõem o conceito de cidadania.

Direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. É o direito de ir e vir, de optar por um determinado trabalho que mais condiga com as inclinações e tendências individuais e sentir-se nele realizado psicologicamente e reconhecido financeiramente. A manifestação livre do pensamento, o direito de organizar-se para conseguir objetivos que auxiliam na construção de uma sociedade mais justa em relação à cultura.

Enfim, ter privacidade de vida, de moradia, de correspondência, de contas bancárias sem vê-las violadas por qualquer intruso ou por “hackers”, de ter seu site respeitado, assim como sua pessoa não ser violada por meio de outras pessoas que devassam sua privacidade e integridade, utilizando sua fotografia e outras características individuais. Eis uma atitude que lesa direitos civis dos cidadãos. Eis a nefasta

consequência da grande parafernália da informática: a possibilidade de pessoas irresponsáveis usá-la como meio de atingir a vida e a personalidade íntegra de outros cidadãos; de não ser interceptado em seu direito de ir e vir, ou de não ser preso, a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal, regular. São direitos que devem ser garantidos por uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São esses direitos que asseguram as relações civilizadas entre as pessoas, a própria existência da sociedade civil e a liberdade individual.

Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Consiste, principalmente, em fazer demonstrações políticas, de organizar partido, de votar e de ser votado. Podem existir direitos civis sem direitos políticos, porém jamais poderão existir direitos políticos sem direitos civis. Se não houver direitos civis, principalmente a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, mormente o do voto podem esvaziar-se de significado e passam apenas a servir os governos e justificar sua existência, do que possam representar para os cidadãos. Os direitos políticos tendem a dar significado, principalmente, aos partidos políticos e a um parlamento livre e representativo. São eles que legitimam a organização política da sociedade.

Enfim, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A sua existência depende de uma engrenagem eficiente da máquina administrativa do Poder Executivo. Teoricamente, podem existir sem os direitos civis e, certamente, sem os direitos políticos. Podem até ser usados em substituição aos direitos políticos. Porém, na ausência dos direitos políticos e civis, poderão outros direitos esvaziar-se de seu conteúdo e de seu limite de abrangência tendendo a ser arbitrários. Os direitos sociais se baseiam na justiça social e tendem a reduzir as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo selvagem e a, conseqüentemente, criar um estado mínimo de bem-estar social para todos.

É a educação que leva o cidadão a conhecer os limites de seus direitos, pois deve admitir que também o outro possui direitos. O próprio conceito de cidadania exige que



um cidadão respeite os direitos do outro. A cidadania só acontece nessa relação de respeito, em que as pessoas reconhecem o espaço que deve ser ocupado pelo outro.

O ser humano como ser social constrói seu conhecimento, sua rede de significados da realidade na interação com outras pessoas e os reelabora conforme sua estrutura de subjetividade. É um processo dinâmico e contínuo, de modo que as significações são ao mesmo tempo repetidas, ampliadas e modificadas. E é justamente ao transformar suas concepções sobre o mundo, a realidade, o conhecimento que o cidadão também acaba por transformar-se. Assim, a construção do próprio conceito de cidadania atravessa a subjetividade e conduz um sujeito a ver o outro sujeito também como cidadão com os mesmos direitos e deveres. A criança, ao vir à escola, traz consigo alguns conceitos já construídos no seio familiar. Ela não chega às mãos do educador vazia de significados para, na escola, receber um programa educativo de forma sistemática. Nesta perspectiva, implica que o educador tenha conhecimento das práticas sociais do grupo e que conformam o comportamento e hábito que se reproduzem indefinidamente entre os membros daquela comunidade. Esse saber comum é construído por meio da convivência com outras pessoas, o que possibilita a construção do próprio conhecimento.

As representações e práticas relativas à cidadania são construídas a partir das experiências diárias em que uma criança se encontra engajada desde seu nascimento ou até antes desse momento. A formação do cidadão é necessariamente a formação de seu próprio ambiente, cujo processo acontece por meio de experiências de vida marcadas pela complexidade de relações nos campos da afetividade, da educação, das relações estabelecidas na família, no trabalho, na política. O ser humano interage, em grau mais ou menos intenso com os outros seres nos mais diferentes campos sociais, percebendo valores e desvalores, e sendo orientado em suas opções.

A cidadania deve tornar-se o princípio da organização política e social, buscando todas as instituições implementar os fatores que permitem uma vida mais justa em sociedade. Seriam destacados, entre esse fatores, principalmente, as condições que favorecem a socialização dos grupos entre si, a presença de valores compartilhados entre eles e a implantação de mecanismos políticos de proteção comunitária.

É de consenso geral que os grupos quanto mais diferentes, em relação ao nível econômico, social, cultural e político, tanto mais difícil será a convivência.

A incompatibilidade religiosa por exemplo, cria antagonismos radicais. Pode-se até duvidar dos princípios religiosos que orientam tais grupos. É preciso incentivar, desde cedo, nos educandos, a necessidade de respeitar as diferenças religiosas e culturais e tentar aproximações pelos pontos comuns de contato e apontar a pessoa humana como o fator mais importante.

Igualmente em relação ao aspecto religioso e cultural, para, já na escola, desenvolver uma convivência sadia, é preciso salientar valores como a tolerância e a valorização dos aspectos positivos diferentes. Esvaziar, pouco a pouco, os preconceitos, fazendo emergir os valores internos de cada grupo e, principalmente, sua contribuição para a construção da cidadania.

É vital lembrar que as culturas religiosas, em sua maioria, são pluriformes e que podem trazer em seu bojo de tradições e heranças elementos tanto particulares, quanto universais, violentos e pacíficos, fechados ao outro ou abertos. Tudo depende do diálogo entre as várias culturas, que coabitam o mesmo espaço, decidir pela busca harmoniosa das tendências predominantemente comuns que enriquecem o grupo e que colaboram para uma cultura cidadã da paz.

Na escola, o aluno deverá aprender que nenhum grupo pode se atribuir privilégios ou direitos que não podem ser usufruídos por todos; da mesma forma que não pode haver excluídos de participação de direitos de cidadania. A formação de mecanismos políticos de proteção podem ser trabalhados na escola pelas agremiações estudantis, dotados de condições para zelar pelos direitos dos agremiados. Aos poucos, desenvolver-se-ão as posturas políticas do futuro cidadão.

A preparação para a cidadania exige de cada um saber conviver com as diferenças e estar constantemente aberto às mudanças, reconstruindo identidades com valores que possibilitem uma convivência naturalmente pacífica.

A educação deve garantir a construção da cidadania plena, em todas as disciplinas que compõem o currículo. No ensino da literatura, entretanto, a sensibilidade do professor pode fazer com que as narrativas literárias transbordem de momentos de cidadania e não se educa totalmente um cidadão sem lhe oferecer acesso à linguagem da

arte, para que haja experiências estéticas e emocionais, a fim de que o aluno seja despertado na valorização da linguagem como arte e cultura.

## 4.1 – ANÁLISE DO CONTO: O NASCIMENTO DE UM CIDADÃO

### O NASCIMENTO DE UM CIDADÃO

Moacyr Sciliar

*Para renascer, e às vezes para nascer, é preciso morrer, e ele começou morrendo. Foi uma morte até certo ponto anunciada, precedida de uma lenta e ignominiosa agonia. Que teve início numa Sexta-feira. O patrão chamou-o e disse, num tom quase casual, que ele estava despedido: contenção de custos, você sabe como é, a situação não está boa, tenho que dispensar gente.*

*Por mais que esperasse esse anúncio - que na verdade até tardara um pouco, muitos outros já haviam sido postos na rua - foi um choque. Afinal, fazia cinco anos que trabalhava na empresa. Um cargo modesto, de empacotador, mas ele nunca pretendia mais: afinal, mal sabia ler e escrever. O salário não era grande coisa, mas permitira-lhe, com muito esforço, sustentar a família, esposa e dois filhos pequenos. Mas já não tinha salário, não tinha emprego - não tinha nada.*

*Passou no departamento de pessoal, assinou os papéis que lhe apresentaram, recebeu seu derradeiro pagamento, e, de repente, estava na rua. Uma rua movimentada, cheia de gente apressada. Gente que vinha de lugares e que ia para outros lugares. Gente que sabia o que fazer.*

*Ele, não. Ele não sabia o que fazer. Habitualmente iria para casa, contente com a perspectiva do fim de semana, o passeio no parque com os filhos, a conversa com os amigos. Agora, a situação era outra. Como poderia chegar a casa e contar à mulher que estava desempregado? A mulher, que se sacrificava tanto, que fazia das tripas coração para manter a casa funcionando? Para criar coragem, entrou num bar, pediu um martelo de cachaça, depois outro e mais outro. A bebida não o reconfortava; ao contrário, sentia-se cada vez pior. Sem alternativa, tomou o ônibus para o humilde bairro em que morava.*

*A reação da mulher foi ainda pior do que ele esperava. Transtornada; torcia as mãos e gritava angustiada, o que é que vamos fazer, o que é que vamos fazer. Ele tentou*

*encorajá-la, disse que de imediato procuraria emprego. De imediato significava, naturalmente, segunda-feira; mas antes disto havia sábado e domingo, muitas horas penosas que ele teria de suportar. E só havia um jeito de fazê-lo: bebendo. Passou o fim de semana embriagado. Embriagado e brigando com a mulher.*

*Quando, na segunda-feira, saiu de casa para procurar trabalho, sentia-se de antemão derrotado. Foi a outras empresas, procurou conhecidos, esteve no sindicato; como antecipara, as respostas eram negativas. Terça foi a mesma coisa, quarta também, e quinta, e sexta. O dinheiro esgotava-se rapidamente, tanto mais que o filho menos, de um ano e meio, estava doente e precisava ser medicado. E assim chegou o fim de semana. Na sexta à noite ele tomou uma decisão: não voltaria para casa.*

*Não tinha como fazê-lo. Não poderia ver os filhos chorando, a mulher a mirá-lo com ar acusador. Ficou no bar até que o dono o expulsou, e depois saiu a caminhar, cambaleante. Era muito tarde, mas ele não estava sozinho. Nas ruas havia muitos como ele, gente que não tinha onde morar, ou que não queria um lugar para morar. Havia um grupo deitado sob uma marquise, homens, mulheres e crianças. Perguntou se podia ficar com eles. Ninguém lhe respondeu e ele tomou o silêncio como concordância. Passou a noite ali, dormindo sobre jornais. Um sono inquieto, cheio de pesadelos. De qualquer modo, clareou o dia e quando isto aconteceu ele sentiu um inexplicável alívio: era como se tivesse ultrapassado uma barreira, como se tivesse morrido. Morrer não lhe parecia tão ruim, muitas vezes pensara em imitar o gesto do pai que, ele ainda criança, se atirara sob um trem. Muitas vezes pensava nesse homem, com quem nunca tivera muito contato e imaginava-o sempre sorrindo (coisa que em realidade raramente acontecia) e feliz. Se ele próprio não se matara, fora por causa da família: agora, que a família era coisa do passado, nada mais o prendia à vida.*

*Mas também nada o empurrava para a morte. Porque, num certo sentido, era um morto - vivo. Não tinha passado e também não tinha futuro. O futuro era uma incógnita que não se preocupava em desvendar. Se aparecesse comida, comeria; se aparecesse bebida, beberia, beberia (e bebida nunca faltava; comprava-a com esmolas. Quando não tinha dinheiro sempre havia alguém para alcançar-lhe uma garrafa). Quanto ao passado, começava a sumir na espessa névoa de um olvido que o surpreendia – como esqueço rápido as coisas, meu Deus – mas que não recusava: ao contrário, recebia-o*

*como uma bênção. Como uma absolvição. A primeira coisa que esqueceu foi o rosto do filho maior, garoto chato, sempre a reclamar, sempre a pedir coisas. Depois, foi o filho mais novo, que também chorava muito, mas que não pedia nada – ainda não falava. Por último, foi-se a face devastada da mulher, aquela face que um dia ele achara bela, que lhe aquecera o coração. Junto com os rostos, foram os nomes. Não lembrava mais como se chamavam.*

*E aí começou a esquecer coisas a respeito de si próprio. A empresa em que trabalhara. O endereço da casa onde morara. A sua idade – para que precisava saber a idade? Por fim, esqueceu o próprio nome.*

*Aquilo foi mais difícil. É verdade que, havia muito tempo, ninguém lhe chamava pelo nome. Vagando de um lado para outro, de bairro em bairro, de cidade em cidade, todos lhe eram desconhecidos e ninguém exigia apresentação. Mesmo assim foi certa inquietação que pela primeira vez se perguntou: como é mesmo o meu nome? Tentou, por algum tempo se lembrar. Era um nome comum, sem nenhuma peculiaridade, algo como José da Silva (mas não era José da Silva); mas isto, ao invés de facilitar, só lhe dificultava a tarefa. Em algum momento tivera uma carteira de identidade que sempre carregara consigo; mas perdera esse documento. Não se preocupara – não lhe fazia falta. Agora esquecia o nome... Ficou aborrecido, mas não por muito tempo. É alguma doença, concluiu, e esta explicação o absolvía: um doente não é obrigado a lembrar nada.*

*De qualquer modo, aquilo mexeu com ele. Pela primeira vez em muito tempo – quanto tempo? Meses, anos? – decidiu fazer alguma coisa. Resolveu tomar um banho. O que não era habitual em sua vida, pelo contrário: já não sabia mais há quanto tempo não se lavava. A sujeira formava nele uma crosta – que de certo modo o protegia. Agora, porém, trataria de lavar-se, de aparecer como fora no passado.*

*Conhecia um lugar, um abrigo mantido por uma ordem religiosa. Foi recebido por um silencioso padre, que lhe deu uma toalha, um pedaço de sabão e o conduziu até o chuveiro. Ali ficou, muito tempo, olhando a água que corria o ralo – escura no início, depois mais clara. Fez a barba, também. E um empregado lhe cortou o cabelo, que lhe chegara aos ombros. Enrolado na toalha, foi buscar as roupas. Surpresa:*

*- Joguei fora – disse o padre. – Fediam demais.*

*Antes que ele pudesse protestar, o padre entregou-lhe um pacote:*

*- Tome. É uma roupa decente.*

*Ele entrou no vestiário. O pacote continha cuecas, camisa, uma calça, meias, sapatos. Tudo usado, mas em bom estado. Limpo. Ele vestiu-se, olhou no espelho. E ficou encantado: não reconhecia o homem que via ali. Ao sair, o padre, de trás de um balcão, interpelou-o:*

*- Como é mesmo o seu nome?*

*Ele não teve coragem de confessar que esquecera como se chamava.*

*- José da Silva*

*O padre lançou-lhe um olhar penetrante – provavelmente todos ali eram José da Silva – mas não disse nada. Limitou-se a fazer uma anotação num grande caderno.*

*Ele saiu. E sentia-se outro. Sentia-se como que – embriagado? – sim, como que embriagado. Mas embriagado pelo céu, pela luz do sol, pelas árvores, pela multidão que enchia as ruas. Tão arrebatado estava que, ao atravessar a avenida, não viu o ônibus. O choque, tremendo, jogou-o à distância. Ali ficou, imóvel, caído sobre o asfalto, as pessoas rodeando-o. Curiosamente, não tinha dor; ao contrário, sentia-se leve, quase que como flutuando. Deve ser o banho, pensou.*

*Alguém inclinou sobre ele, um policial. Que lhe perguntou:*

*- Como é que está, cidadão? Dá pra agüentar, cidadão?*

*Isso ele não sabia. Nem tinha importância. Agora sabia quem era. Era um cidadão. Não tinha nome, mas tinha um título: cidadão. Ser cidadão era, para ele, o começo de tudo. Ou o fim de tudo. Seus olhos se fecharam. Mas seu rosto se abriu num sorriso. O último sorriso do desconhecido, o primeiro sorriso do cidadão.*

Conforme Yves Reuter, o referente pode ser construído desde o princípio, podendo já estar explícito e situado na própria abertura do texto. Trata-se do nascimento do conceito de cidadania, situado no início e no fecho da seqüência descritiva.

1) O referente, ou o conceito de cidadania é construído pela desconstrução, isto é, pela negação do que não é cidadania, do que não é ser cidadão.

2) A desconstrução já se inicia num dia fatídico, 6ª feira, quando ele, alguém que não é identificado, isto é, não possui nome, não é cidadão, tornou-se um desempregado como tantos outros. Embora esperasse pela notícia, pois a desconstrução interna, própria de quem já é alijado de seus direitos o conduz ao maior pessimismo – o aviso foi um choque. Emprego modesto de empacotador, conformado com ele, pois não participava dos bens da cultura: “...mal sabia ler e escrever.”

Além disso, não tinha participação nos direitos sociais:

“O salário não era grande coisa, mas permitia-lhe, com muito esforço, sustentar a família, esposa e dois filhos pequenos. Mas já não tinha salário, não tinha emprego – não tinha nada.”

O autor salientou a expressão: “– não tinha nada”, ao concluir o parágrafo, a fim de esvaziar totalmente o conceito de cidadania.

“Passou no departamento de pessoal, assinou os papéis que lhe apresentaram, recebeu seu derradeiro pagamento e, de repente, estava na rua.”

A ausência do reconhecimento de cidadão se manifesta em relações rápidas em que um não é importante para outro, é apenas mais um, pois “Passou no departamento de pessoal (...) e, de repente, estava na rua.” A rua é o lugar do total desconhecimento, da ausência total de relações, da consciência da própria insignificância.

A destituição do conceito de cidadania é reforçado por um paliativo: a bebida que torna o sujeito ainda mais inconsciente da própria situação, quando não consegue enfrentar a realidade.

Não recebido pela família, sentindo-se acusado pela mulher, resolve ficar na rua, em meio a tantos outros sem nome, sem identidade, sem lugar onde morar, sem passado,



sem objetivos que os prendem à vida, pois até a morte se lhe tornara indiferente. Já não tinha passado, também não tinha futuro.

A rua, onde optou por morar, era antes lugar de passagem do cidadão, lugar ordenado, esquadrinhado. Depois, na evolução do conceito, passa a ser o lugar de passeio, no qual convive uma diversidade social complexa, marcada pelos mais variados comportamentos, irrompendo conflitos aqui e ali, lá e cá, principalmente nos grandes centros. A rua é um espaço privado, onde está a casa ou o local de trabalho. A partir desse momento, o conceito sofre um desgaste, que passa a ser vista como local inferior, até tornar-se o espaço sem sociabilidade do trânsito e da circulação do outro, o da representação de uma classe inferior com todos os sentidos pejorativos daí provenientes.

Na rua, percebendo-se um sujeito totalmente desconstruído, desejou morrer, e até já pensava em imitar o gesto do pai, suicidando-se.

A subjetividade, tão desintegrada desde a infância pela ausência do contato com o pai, fator importante tanto para a construção do sujeito como para edificação do conceito de cidadania, agora que ele nada mais representava nem para si mesmo, e a própria família já era algo do passado, “nada mais o prendia à vida”. De outro lado, “nada o empurrava para a morte, porque num certo sentido era um morto vivo”.

A desconstrução do conceito de cidadania ainda se manifesta na incoerência do personagem em relação ao próprio passado e ao futuro. O futuro não era fator de preocupação: se houvesse comida, comeria; se houvesse bebida beberia, embora as esmolas sempre lhe permitissem comprar o álcool que o degradava sempre mais.

O passado rapidamente submergia no esquecimento, apagando imagens que um dia lhe foram queridas e que amara: o filho mais velho, o filho mais novo e a face da própria mulher – mas ninguém possuía nome, ninguém possuía identificação, nem ele mesmo. Por fim, começou a esquecer: a empresa onde trabalhara, o endereço onde morava, a idade, até o próprio nome. Era apenas um fantasma, um espectro de cidadão.

Destituído da lembrança do próprio nome, embora fosse um nome comum, e também perdera o último documento que registrava esse nome. Pensou que fosse uma doença. Registra-se aqui total perda de cidadania.

Enfim, resolveu fazer algo de inédito: tomar um banho. Dirigiu-se a um lugar mantido por uma ordem religiosa. Ali vestiu-se com roupa limpa, sentia-se asseado e

mirou-se no espelho. Sentia-se outro. Interpelado sobre o nome, não soube responder, mas foi registrado “José da Silva”. Voltou novamente à rua, sentindo-se embriagado pelo céu, pela luz do sol, pelas árvores, pela multidão que enchia as ruas. Tão fora de si estava que foi atropelado por um carro. No estado letárgico produzido pelo choque, ouviu de um policial a palavra: cidadão.

De repente, ele, que não tinha nome, sabia quem era: um cidadão. A cidadania só acontece, quando o cidadão se conscientiza ou é conscientizado por alguém de quem ele é.

3) O estabelecimento do referente no espaço e no tempo:

O espaço está delimitado entre os locais onde acontece a narrativa: casa, local de trabalho, e rua.

Por se tratar de um conto, o tempo predominante é o pretérito perfeito do indicativo, marca da narrativa, embora o imperfeito do indicativo esteja marcando, de forma igual, a descrição. O texto traduz mudança da situação do personagem do início ao final, fato que constrói a narratividade. O início da desconstrução do conceito de cidadania começa com a perda do emprego, numa Sexta-feira. O homem, que não possui consciência de seus direitos de cidadão, é um “morto-vivo”. (p.586)

4) O estabelecimento da relação do referente com outros referentes:

O personagem, sem nome, sem identificação nivela-se a outros que, também não possuem identidade. Na rua, todos são iguais. A ausência de cidadania não estabelece relações profundas com os outros nem com as instituições.

Quando o indivíduo está deteriorado em sua subjetividade, perde igualmente a consciência de cuidar de outros aspectos de sua personalidade e de sua pessoa:

“Em algum momento tivera uma carteira de identidade que sempre carregava consigo, mas perdera esse documento. Não se preocupara – não lhe fazia falta”. (p.589)

Era um ser tão descaracterizado, a ponto de esquecer o próprio nome.

Ao recorrer a uma Instituição, que, embora tenha feito por ele o mais necessário e urgente, não fez tudo que devia, porém atribuiu-lhe um nome qualquer, um nome que

não o identificava em relação a ninguém: José da Silva, desprovido completamente de sua cidadania.

A pouca atenção que recebera, deixara-o outro, mas alcançou novamente a rua, onde após ter sofrido um desastre, ouviu da polícia a palavra “cidadão”, vazia de significado, apenas um título que o fazia entrever uma encruzilhada: o começo de tudo/o fim de tudo. A metonímia continha uma contradição: o último sorriso do desconhecido, o primeiro sorriso do cidadão”. (p.588)

5) A disposição das propriedades e das partes no interior de planos convencionais:

Índices temporais: O conto inicia numa sexta-feira, fim de semana: sábado e domingo. De segunda à sexta-feira, novamente em busca de emprego. Na sexta-feira, à noite, decide não voltar para casa. Vivendo na rua, a demarcação do tempo some da memória, para denotar a ausência da cidadania.

Índices espaciais: Local de emprego, casa, rua, lugar de abrigo, novamente rua. A rua amplia a ausência de consciência de cidadania e de subjetividade. A presença da metonímia acentua a perda gradativa desses conceitos: “o rosto do filho maior”, “a face devastadora da mulher”. “Junto com os rostos, foram os nomes. Não se lembrava mais como se chamavam”.

E acabara na rua como vivera: um não cidadão, para anunciar que a cidadania para existir exige tudo que lhe fora negado.

## CAPÍTULO V

### 5 – CONSTRUINDO O CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

A Carta da Terra, um dos documentos mais consistentes dos últimos anos e já assumido pela Unesco, representa a nova consciência ecológica da humanidade. O texto abre com estas palavras dramáticas:

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro... ou formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida”. (p.117)

É preciso que o aluno seja conscientizado de que esse alarme não é infundado, pois o ser humano, desde as últimas décadas, construiu intensamente o princípio da autodestruição. A máquina da morte das armas nucleares, químicas e biológicas são de uma tal potencialidade que somente com uma pequena parte delas, pode-se danificar substancialmente a biosfera e abortar a vida humana. O homem se fez refém de um modo civilizatório, depredatório e consumista que, se universalizado, demandaria três planetas semelhantes ao planeta Terra. Registra-se, hoje, uma falta de sustentabilidade do modo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

É urgente que o homem, na sua subjetividade, desenvolva grandes aspirações, que podem inspirar práticas e ações que salvem o planeta Terra.

Deste modo, se torna necessário que a educação desenvolva a subjetividade, a cidadania, para que o educando compreenda melhor que os homens não existem sobre o Planeta Terra, mas coexistem, uns juntos com outros, e entre todos haverá relações de troca, de inter-retro-dependência. O sujeito não permanece fechado em si mesmo, mas ele é habitado pela casa que habita, pela rua onde anda, pela rua onde mora, pela cidade onde vive, pelo local de trabalho onde desempenha sua profissão, pelos outros com que se encontra, convive, trabalha, pelas paisagens da própria história pessoal, pela pátria que ama ou esquece e pela Terra, a única casa comum que tem para habitar. Essas realidades não são meros fatos, são valores, são elementos das narrativas, da subjetividade. Para que haja o cumprimento dos princípios da Carta da Terra, é preciso

provocar uma mudança na mente, no coração e nas atitudes do aluno. Deve-se apontar um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Deve-se desenvolver e aplicar, com imaginação, a visão de um modo de vida sustentável em âmbito local, regional, nacional e global. A diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar a visão gerada pela Carta da Terra que consiste em reconhecer que o uso adequado do espaço ambiental é para cada ser humano a manutenção e a proteção da própria vida.

A vida da própria natureza e do ser humano envolve tensões entre valores importantes que dependem de escolhas difíceis. Desmatar, para enriquecer grupos econômicos, para ampliar a produção de grãos, ou não desmatar e manter a respiração do planeta? A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma preservação efetiva do meio ambiente.

O que se deve pretender é desenvolver no cidadão uma consciência ecológica.

O que é que o Brasil pretende agora diante do desmatamento da Amazônia? Apenas o crescimento econômico, o desenvolvimento do país ou a preservação ambiental? Pressionado a pagar a dívida interna e externa, o governo optou pelo crescimento econômico, especialmente por aquelas frentes de produção que exportam grãos e carnes e que trazem dólares. A soja e o gado exigem grandes dimensões de terras que são conquistadas pelo desmatamento das florestas, principalmente no Mato Grosso. O crescimento é preferencial, embora os governantes o desejem com justiça e distribuição de renda. Os dados, entretanto desmentem tal objetivo: a concentração de renda está aumentando, gerando desigualdade social que é o verdadeiro nome da injustiça.

A outra opção é por políticas de preservação do meio ambiente e da biodiversidade com medidas inteligentes, mas cujos efeitos demoram para se produzir. A falta de uma cultura ecológica na sociedade e, principalmente, entre os políticos não oferece sustentação a esta opção preservacionista. É a opção que não possui hegemonia e se restringe ao Ministério do Meio Ambiente.

O principal responsável pelo desmatamento, pela destruição ambiental é o paradigma mundial de produção de bens materiais, que se impõe a todos os países como modelo único. Acossado pela alta dívida externa, o Brasil se vê forçado a assumir este

paradigma, quando poderia ser um dos poucos países do mundo a apresentar e realizar uma alternativa. Os mais importantes analistas mundiais já estão advertindo que este modelo poderá levar o país e o mundo a um grande impasse.

O Brasil precisa cuidar da Amazônia, para que não seja desapropriada, em virtude de sua função social mundial. É preciso saber que futuras gerações poderão acusar a presente, por receberem como legado uma terra devastada, sem mancha verde, sem água suficiente, sem biodiversidade, sem integridade. A miséria ambiental será constatada por todos.

Um dos maiores desafios será construir e manter comunidades sustentáveis, que são aquelas capazes de prover as próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras.

O conceito de sustentabilidade implica que o esforço para construir comunidades sustentáveis deva ser a compreensão dos princípios de organização que os ecossistemas desenvolveram para manter a teia da vida. Conforme Capra (2003):

“Esse entendimento se tornou conhecido como “Alfabetização ecológica”. Nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica – nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles”. (p. 20)

O filósofo norueguês (1970) citado por Capra (2003) estabelece uma distinção, ao conceituar ecologia:

“A ecologia rasa é antropocêntrica. Considera que o homem, como fonte de todo o valor, está acima ou fora da natureza e atribui a esta um valor apenas instrumental ou utilitário. A ecologia profunda não separa o homem do ambiente, na verdade, não separa nada do ambiente. Não vê o mundo como coleção de objetos isolados e sim como uma rede de fenômenos indissolivelmente interligados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e encara o homem como apenas um dos filamentos da teia da vida. Reconhece que estamos todos inseridos nos processos cíclicos da natureza e que deles dependemos para viver”. (p.20/21)

A alfabetização ecológica implica conhecer a teoria dos sistemas vivos.

Em vários campos os cientistas examinaram sistemas vivos, ou seja, sistemas integrados cujas propriedades não podem ser reduzidas às suas partes menores. Todo organismo – animal, planta, microorganismo ou ser humano – é um todo integrado, um sistema vivo. Partes de organismos, como folhas e células, também são sistemas vivos. Em toda a natureza encontramos sistemas vivos dentro de outros sistemas vivos. Os sistemas vivos também incluem comunidades de organismos que podem ser sistemas sociais – uma família, uma escola, uma cidade – ou ecossistemas.

Os princípios da ecologia são os princípios da organização comuns a todos esses sistemas vivos. São os padrões básicos da vida. Na verdade, nas comunidades humanas, eles também poderiam ser chamados de princípios comunitários. É evidente que os ecossistemas são diferentes das comunidades humanas. Nos ecossistemas não existe cultura, não existe consciência, não existe justiça, não existe equidade. Não podemos aprender nada sobre esses valores humanos com os ecossistemas. Podemos, porém, aprender como viver de modo sustentável. Ao longo de mais de três bilhões de anos de evolução, os ecossistemas se organizaram, de modo a maximizar sua sustentabilidade. Essa sabedoria da natureza é a essência da alfabetização ecológica. O padrão básico da organização de todos os seres vivos é o reconhecimento de que ele é formado por redes. Os ecossistemas são compreendidos em termos de teias alimentares – ou seja, de redes de organismos – os organismos são redes de células, e as células são redes de moléculas. A rede é um padrão comum de todas as formas de vida. Onde existe vida, existem redes.

Uma análise mais detalhada dessas redes mostra que sua característica principal é serem autógenas, isto é, em uma célula, todas as estruturas biológicas são continuamente produzidas, consertadas e regeneradas por uma rede de reações químicas. Da mesma forma, as células do corpo de um organismo pluricelular são continuamente regeneradas e recicladas por sua rede metabólica. As redes vivas estão sempre criando e recriando a si próprias através da transformação ou substituição de seus componentes.

A vida em sociedade também pode ser entendida em termos de rede, porém nela não há reações químicas, essas são substituídas pela comunicação. Como as redes biológicas, essas redes são autógenas, porém o que geram é basicamente imaterial. Cada

comunicação cria pensamentos e significados que dão origem a novas comunicações: é assim que toda a rede está continuamente gerando a si própria.

À proporção em que as comunicações acontecem em uma rede social, elas acabam produzindo um sistema compartilhado de crenças, explicações e valores – um contexto comum de significados, chamado cultura, cuja sustentabilidade provém de novas comunicações. Através da cultura, os indivíduos adquirem identidades como membros da rede social.

As redes vivas não são estruturas materiais, são redes funcionais, redes de relações entre vários processos. Numa teia alimentar, estes processos são processos de nutrição, de organismos, uns comendo os outros. Em uma rede social, são os processos de comunicação. Em todos esses casos, a rede é um padrão imaterial de relações.

Compreender sistemas vivos, portanto nos leva a compreender relações. Este é um aspecto-chave do pensamento sistêmico. Implica mudança de enfoque, de objetos para relações. A ciência ensina a medir e pesar as coisas. As relações não são medidas, nem pesadas, são mapeadas. Pode-se desenhar um mapa de relações, interligando diferentes elementos ou diferentes membros de uma comunidade. Quando se desenha o mapa, aparecem outras configurações de relações. É o que chamamos de padrões. O estudo das relações leva-nos ao estudo de padrões.

Há duas abordagens no estudo da natureza: o estudo da matéria e o estudo da forma. O estudo da matéria pergunta: de que é feito este objeto? A resposta conduz aos conceitos de elementos fundamentais, de unidades básicas, à medição, à quantificação. O estudo da forma pergunta: Qual é o padrão? Que remete aos conceitos de ordem, organização, relações. Ao invés de quantidade, envolve qualidade, ao invés de medição, envolve mapeamento. Nas últimas décadas, o progresso do pensamento sistêmico colocou o estudo da forma – de padrões e relações – de novo em evidência. Este fato abre possibilidades para os educadores integrarem as artes ao currículo escolar. As artes visuais, a música, as artes cênicas, a literatura, a poesia são meios preciosos para desenvolver a capacidade de uma criança para reconhecer e expressar padrões. As artes podem ser um instrumento poderoso para ensinar o pensamento sistêmico, além de reforçar a dimensão emocional, que tem sido enfatizada como um componente essencial do processo de aprendizagem.



Alguns princípios ecológicos, de sustentabilidade, ou princípios da comunidade são reconhecidos nas múltiplas relações que interligam os membros da Casa Terra. Há necessidade de uma disciplina do currículo que ensine determinados princípios fundamentais da vida que são, segundo Capra (2003):

- “nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma - espécie são alimento de outra;
- a matéria circula continuamente pela teia da vida;
- a energia que sustenta esses ciclos ecológicos vem do sol;
- a diversidade assegura a resiliência<sup>1</sup>
- a vida desde o seu início há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força e sim através da cooperação, parceria e trabalho em rede”(p.25)

O professor deve realizar inúmeras atividades, a fim de aproximar as crianças da natureza, como histórias, poesias, o cultivo da plantinha no copinho, desenhos, ensinar a olhar a natureza, o plantio na horta escolar, a agricultura orgânica. Enquanto as crianças, onde há espaço, cuidam da plantinha ou da horta, observam os ciclos de plantio, cultivo, de colheita, de compostagem e reciclagem. Esses ciclos interagem com o ciclo das estações, ciclo das águas, que são os filamentos da rede planetária da vida.

Observando todos os ciclos de crescimento das plantas e hortaliças, a criança, estimulada pelo professor, torna-se consciente de que participa dessa teia da vida, que nela possui um lugar, que está inserida num ecossistema, numa paisagem em que há um sistema social e uma cultura próprios.

Torna-se importante que a criança, ao observar o ciclo da vida de um organismo – nascimento, crescimento, maturação, decadência e morte – e o surgimento da nova geração, aprenda o próprio ciclo da vida e de como acontece também o processo educativo. Tudo o que envolve o mundo real, como formas, cores, sons, composição, texturas, contribui para o desenvolvimento integral da criança. Nas observações da realidade, a criança aprende a realidade em plenitude.

Em estudos recentes, na questão da interferência na aprendizagem, cientistas perceberam que a emoção e a cognição interagem de forma contínua, alimentando-se e

---

<sup>1</sup> S.F. Fís. Propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica. (Novo Dicionário Aurélio, p. 1234)

moldando-se mutuamente. O que a criança aprende não é somente influenciado, mas também organizado pelas emoções. Isto significa que um ambiente emocionalmente seguro é importante para a aprendizagem.

À medida que o novo século prossegue sua marcha, a sobrevivência da humanidade dependerá da alfabetização ecológica de todos os povos, da capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles. Esse é um empreendimento que transcende todas as diferenças de raça, cultura ou classe social. A Terra é o lar comum de todos, e o dever de todos é criar um mundo sustentável para todos e para as futuras gerações.

O *Jornal do Brasil* do dia 5 de junho de 2005, Dia Internacional do Meio Ambiente, criou o XIº mandamento: “Não desmatarás”, em virtude de a devastação ambiental ter-se tornado uma realidade dramática.

Além disso, 2005 é o “Ano Internacional da Água” a cujo acesso o homem tem direito. Poderá ser negado a futuras gerações, se a água não for pensada e utilizada de modo sustentável. A natureza toda poderá deixar de ser o distante, o selvagem, para ser assumida fazendo parte do humano por estar e ser no homem. Os homens são gotas de uma mesma água, folhas de uma mesma árvore e moradores de uma mesma casa que nada mais é que uma esfera pequena, compacta, azul e branca no espaço sideral.

## 5.1 – ANÁLISE DO POEMA “MINHA TERRA”

A época do domínio do Romantismo coincidiu com movimentos nacionalistas, tanto na Europa, quanto na América, onde várias colônias de países europeus obtiveram independência: Paraguai, 1811; Chile, 1818; Colômbia, 1819; México e Venezuela, 1821; Brasil, 1822. O Romantismo aparecerá então como a afirmação literária do nacionalismo, e a primeira consequência artística disto será a tentativa de abandonar a tradição greco-latina (patrimônio universal, portanto sem raízes na história de cada país), para se criarem caminhos próprios, peculiares a cada nação.

Baseado na filosofia de Kant, o romântico analisa e vê os objetos exteriores como dimensões de sua subjetividade. A sensibilidade e a emoção tornam-se guias do poeta romântico. A natureza é o lugar de conforto, de apoio, de segurança, é o cenário ideal, tão decantado nas poesias românticas.

Após situado o poema “Minha terra” em seu contexto literário, seguir-se-á a análise, segundo a construção de um referente, proposta de Reuter (2002)

### Minha terra

Todos cantam sua terra,  
Também vou cantar a minha,  
Nas débeis cordas da lira  
Hei de fazê-la rainha.

- Hei de dar-lhe a realeza  
Nesse trono de beleza  
Em que a mão da natureza  
Esmerou-se em quanto tinha.

Correi pr'as bandas do sul  
Debaixo de um céu de anil  
Encontrareis o gigante  
Santa Cruz, hoje Brasil.

- É uma terra de amores,  
Alcatifada de flores  
Onde a brisa fala amores  
Nas belas tardes de abril.

Tem tantas belezas, tantas,  
A minha terra natal,  
Que nem as sonha um poeta,  
E nem as canta um imortal.

- É uma terra encantada  
- Mimoso jardim de fada  
Do mundo todo invejada  
Que o mundo não tem igual

O autor cria o referente “Terra” a partir do título: “Minha terra” e a descreve em sua beleza natural ao longo de todo o poema.

Na 1ª e última estrofes, o referente é posto em relação aos outros referentes:

“Todos cantam sua terra  
Também vou cantar a minha.(...)”  
- É uma terra encantada  
- Mimoso jardim de fada  
Do mundo todo invejada  
Que o mundo não tem igual.”

O referente é construído através seqüências descritivas. O poeta nasceu em São João da Barra, província do Rio de Janeiro e, emocionado com a beleza deste recanto, elege-o a ocupar o trono, porque aqui, a natureza esmerou-se, como em lugar algum deste país:

“Hei de dar-lhe a realeza,  
Neste trono de beleza  
Em que a mão da natureza  
Esmerou-se em quanto tinha.”

A disposição das propriedades e das partes é garantida essencialmente pelo plano espacial, marcado pelos versos:

“Correi pr’as bandas do sul  
Debaixo de um céu de anil  
Encontrareis o gigante  
Santa Cruz, hoje Brasil.”

O referente é construído por meio de metáforas “fazê-la rainha”, “trono de realeza”, “terra de amores”, “alcatifada de flores”, “mimoso jardim de fadas”, “terra encantada”.

A prosopopéia ou antropomorfização se faz presente em “a mão da natureza”, “a brisa fala de amores”, “alcatifada de flores” isto é atapetada de flores. A natureza brasileira era um tapete florido, sob a beleza de um céu sempre azul. O poeta usa o verbo correr no imperativo, ordena a contemplação das belezas da terra brasileira, que são tão extraordinárias que nem o poeta, com toda a sua sensibilidade e percepção, foi capaz sequer de sonhá-las e nem o homem é capaz de enaltecê-las:

“Tem tantas belezas, tantas,  
A minha terra natal,  
Que nem as sonha um poeta,  
E nem as canta um imortal.”

O plano temporal é marcado pelo tempo descritivo, ou seja, o presente do indicativo, um tempo literário permansivo, com o objetivo de enfatizar que as belezas da natureza, da terra brasileira possuem estado de permanência, de duração:

É uma terra de amores”

“... a brisa fala amores”

Tem tantas belezas tantas”

“Que nem as sonha um poeta,

E nem as canta um imortal.”

“- É uma terra encantada (...)

Que o mundo não tem igual

Através da análise, em que se registrou a valorização da natureza, da terra, característica própria do Romantismo, foi percebida a construção do referente, mediante o processo da descrição, feita pelo olhar de Casimiro de Abreu que ordena: “Correi pr’ as bandas do sul”, onde, certamente, o leitor encontrará outras belezas naturais como o céu cor de anil, além da grandeza do “gigante”, ou seja, a imensidão da pátria, o Brasil.

## CONCLUSÃO

A globalização comporta um fenômeno mais profundo que o econômico financeiro. Implica a inauguração de uma nova fase da história, da terra e da humanidade.

O processo da globalização acarreta, também, crises para as identidades culturais. De um lado, elas procuram fugir de uma homogeneização excessiva, advinda da globalização dominante de cunho ocidental, por outro lado, obrigam-se inevitavelmente a confrontar-se com identidades culturais desconhecidas, de onde provêm inseguranças e temores.

Diante desse desafio, o homem deve tomar consciência de que divide com todos os outros homens apenas um pequeno espaço comum, o planeta Terra. Não há outra alternativa, não há outro caminho. A grande estratégia que resta para o homem é a experiência baseada no respeito e no diálogo, oportunidade também oferecida pela própria globalização. Ela pode estabelecer uma dialogação de todos com todos e em todos os níveis. Permite uma troca e com isso um enriquecimento coletivo como jamais houve na história da humanidade.

O diálogo demanda o mútuo reconhecimento dos interlocutores, a renúncia de um a dominar o outro e a garantia de que todos possam participar.

O diálogo visa a construir os pontos comuns, a partir dos quais surge um consenso mínimo, e a deixar em segundo plano as diferenças que separam os homens. Supõe o diálogo, igualmente, a consciência dos ganhos e das perdas que sempre podem acontecer. A identidade não é uma estrutura imutável, realizada uma vez por todas, mas um conjunto de relações, a partir de uma experiência de base, sempre em ação e em construção, a incorporar sempre novos elementos sem se desvirtuar.

É pelo diálogo, o mais inclusivo possível, que se vai lentamente testando uma identidade coletiva da humanidade como humanidade e não mais como Estados ou Nações. A concorrer fundamentalmente como perfil dessa humanidade poderão ser construídos, através da educação, os conceitos de subjetividade, de cidadania e do respeito ao meio ambiente.

Neste olhar global que a escola deve, hoje, dispensar para a educação dos alunos, podem ser acentuadas as seguintes linhas mestras :

- A educação é tarefa de toda a sociedade, englobando todos os espaços sociais frequentados pela criança ou adolescente. É preciso que a sociedade se conscientize de que suas ações interferem na formação das gerações mais jovens.
- A escola é um espaço educativo por excelência, construído na convergência, divergência e contradição social, na qual entram em jogo inúmeros sentidos e significações que a própria sociedade estabelece e que a pesquisa educativa precisa reconhecer.
- O objetivo da educação não pode restringir-se, hoje, simplesmente, a efetivar um determinado saber, mas desenvolver sujeitos capazes de atuar no processo em que aprendem e de serem elementos ativos dos processos de subjetivação associados com a vida cotidiana. O sujeito se expressa através de sua reflexividade crítica ao longo do seu desenvolvimento.

Segundo González Rey (2004),

"O processo de desenvolvimento não pode ser compreendido como conjunto de aquisições ordenadas, que de forma progressiva e fragmentada permitem novas operações do sujeito, senão como um processo extremamente complexo em que, de forma simultânea, se apresentam elementos constituídos que estão além da capacidade de simbolização dos sujeitos implicados, e elementos constituídos que adquirem sentido pela emocionalidade do sujeito comprometido nessa construção. Isto faz do desenvolvimento um processo contraditório e não linear, que não pode ser reduzido a um padrão. O desenvolvimento o compreendemos desta forma como processo vivo e contraditório, em que sentidos subjetivos de diferentes procedências sociais se configuram no processo dialógico do sujeito em seus diferentes espaços sociais. (p.169)



- A inclusão do tópico da subjetividade em educação permite visualizar novas particularidades de sentido deste processo.
- O foco das pesquisas em educação, embora tenham acontecido grandes mudanças nos últimos dez anos, deveria voltar-se para a construção de modelos teóricos que permitam apreender em toda a sua complexidade os processos de subjetivação implicados nos processos educativos.
- A pesquisa qualitativa em educação permite o estudo dos processos e formas subjetivas de organização associadas ao processo de educação.
- A narrativa com toda a sua gama de componentes deve permanecer como a base dos estudos de literatura, desmistificando a aura de dificuldades, inacessibilidade e oferecendo elementos teóricos fundamentais para a construção de conceitos de subjetividade, cidadania e meio ambiente. Em se sabendo que uma teoria do relato é indissociável de uma teoria das práticas, como sua condição e ao mesmo tempo sua produção, é possível que o relato seja, talvez, potencialmente, o espaço teórico das práticas. Embora a história narrada seja lançada ao descrédito porque, muitas vezes, ocorre primeiro uma prática, que busca narrar o que se passou. Mas não deixa de ser matéria bruta da experiência, embora na visão teórica ocorra que essa narrativa não basta por si só. No entanto, tem a nobre missão de ser o canal pelo qual as "pessoas menores" dão o testemunho de sua trajetória. Suas histórias contribuem para forjar sua identidade. Como bem mostra a psicanálise, todo sujeito se constrói através dos fragmentos de sua história. Por outro lado, toda realidade é reconstrução, pois, no relato, não há somente compreensão, mas também explicação e a meta de se atingir o geral, onde muitos se reconhecem, pode ser justamente alcançada com a singularidade da situação narrada.

Paquay et al. (2001) questionam sobre o relato de que em sendo este um dos espaços de teorização das práticas, em virtude de a narrativa pertencer ao campo da ficção e estar mais ligada à literatura, à poética e à imaginação não estaria ela em oposição à ciência, que é real e objetiva? Eles próprios respondem que, na narrativa, há registros de conhecimento, que sua escrita possui disciplina, que ela constitui uma arte e que nela podem ser encontradas concepções científicas. Os historiadores ajudam a

pensar na narrativa dessa forma, pois, no relato, a realidade é reconstrução, que nele há não só compreensão, mas também explicação.

Além disso, Paquay et al. (2001) continuam:

"Um relato não é nem uma soma de informações, nem a descrição escrupulosa de um exterior no qual o autor não está envolvido. A concepção do relato remete forçosamente à nossa concepção do ofício. Não há relato se o portador da ação não assume sua subjetividade e nega o impacto do afeto em seu ofício. Essas duas condições são particulares e associam o relato à expressão, à autenticidade e à exposição do eu. O relato não se reduz a isto, mas também não escapa a isto". (p. 114)

A narrativa não é apenas a reconstrução de uma realidade, mas relata mudanças progressivas de estado, mediadas pela própria subjetividade do autor, além das transformações que acontecem com as pessoas e as coisas, através do tempo. A narrativa é o ato de recuperação de um acontecimento, porém sofrendo as interferências do eu do narrador. Através da narrativa, a realidade ganha movimento, transformação. Daí a importância de o professor visar sempre à construção da subjetividade do aluno. Neste sentido, é conveniente esclarecer ao aluno, que experimentar sentimentos e pôr-se a refletir sobre eles, pode levá-lo a falar ou a escrever a respeito. Admitir a existência dos sentimentos é dar lugar ao outro e a aceitar ser ouvido por ele. Escrever sobre eles é ousar dizer "eu" e assumir seu lugar de sujeito na ação. Paulo Honório, em São Bernardo, em seu desejo expresso de escrever a obra, assumiu seus sentimentos e ocupou definitivamente seu lugar na ação, na narrativa e reconheceu-se como protagonista, desencadeador de uma série de acontecimentos. Como personagem principal deu importância às suas próprias práticas, aceitou falar de suas dificuldades, de seus fracassos, de seus êxitos, de seus desempenhos, de seus progressos, de suas resistências, de suas limitações.

No mundo da educação e do ensino, no mundo da política, os erros, as dificuldades, as dúvidas não são expostos, pois o desafio político impede de tornar públicos os fracassos, as dúvidas, as dificuldades, os erros.

É preciso reconhecer que é a partir das falhas que se aprende, que se modifica a situação, que se constrói. É nessa dialética do acerto e do erro que nasce a experiência cotidiana e, na vontade de acertar está a busca da superação e da vitória. E essa experiência deve ser transmitida, porque a educação da subjetividade, da cidadania se faz na costura de pedaços, na construção de quadros, através do relato oral, ou da narrativa escrita.

A prática de construir narrativas leva à reflexão sobre os fatos, e o relato pode tornar-se revelador e transformador da própria subjetividade. O que já está desenhado no âmago pode recobrir-se de significado na expressão da linguagem, e o sujeito pode dar outro sentido à própria vida e modificar o rumo da própria existência.

Os fatos tomam forma pela narrativa, estabelecem-se numa ordem temporal, porque estruturam-se num antes e num depois, detalhes olvidados podem recuperar-se por meio dos liames, associações e detalhes que retornam ao mundo da consciência. Acentuando o valor da narrativa, assim afirmam Perrenoud et al. (2001) :

"Os episódios descontínuos integram-se em um quadro. O que parecia não ter começo nem fim delimita-se. O que era detalhe ganha sua importância, uma associação encadeia uma lembrança, o sentido emerge da matéria bruta de uma experiência. A consequência é um distanciamento, uma desdramatização, um deslocamento de si diante do ocorrido. Uma seleção foi operada: trata-se apenas de uma versão da história, mas que dá uma primeira inteligibilidade. Não se busca uma explicação, mas a explicação constrói-se na narrativa. O benefício (que aí se constrói) é de ordem cognitiva, de uma inteligibilidade reflexiva que tem como benefício adicional favorecer uma auto-estima, sem a qual não há estima do outro. O eu assume-se e posiciona-se. O eu profissional constrói-se ao mesmo tempo que o eu de uma identidade pessoal. (p.115 e 116)

A narrativa pode engendrar um efeito de sedução, tal como as histórias narradas às crianças, que servem para acalantar e até hipnotizar, conduzindo para um sono tranqüilo, ou aquelas que querem mostrar os grandes heróis.

A narrativa pode também permitir ao ouvinte/leitor operar confirmações, engrenar associações, ou também ocasionar desentendimentos, separações. Uma

semelhança pode ser reconhecida com os heróis apresentados, ou uma diferença pode ser descoberta.

A passividade física pode ser a aparência de quem escuta, mas o ouvinte/leitor está envolvido num trabalho ativo, pois estabelece conexões, outras histórias ou fatos semelhantes ou antagônicos começam a passear pela memória do que resulta uma riqueza de elos, provocando transformações na subjetividade.

Além disso, a narrativa apela à argumentação, à discussão, aos comentários. E nestes processos, o professor pode trabalhar o raciocínio dos alunos. A narrativa pode fazer parte da vida diária do aluno, quando ele a pratica com frequência, ou até todos os dias, construindo, além do gosto pela escrita, a aquisição de uma linguagem mais fluente e apurada. O professor construiria assim leitores, pesquisadores e, quem sabe, futuros escritores.

O conhecimento teórico, por sua vez, deve ser o eixo fundamental da transleitura pedagógico-educativa, cujo pano de fundo será sempre a construção do sujeito, a formação do cidadão e o respeito ao meio-ambiente.

A narrativa deverá então ser tratada como o "topos" de onde o aluno possa extrair elementos para ampliar seus conhecimentos, o fortalecimento de suas idéias e conceitos e onde possa "realizar" seus próprios "diálogos" com os personagens, com os acontecimentos e construir sua própria educação literária em todas as direções possíveis.

A teoria sobre a narrativa, sua estrutura, seus componentes resultam importantes não apenas como fundamentação pedagógica, mas como prática política. Os alunos, sendo orientados, desenvolverão seu próprio intuito de percepção, descobrirão crenças, valores e ideologias político-pedagógicas.

Através da narrativa, quando a leitura dela é prazerosa, a literatura contribui para o crescimento psíquico, para avivar a consciência dos problemas existentes no entorno social do aluno e de encontrar soluções para os mesmos. Os modelos encontrados nos personagens, a própria linguagem literária possuem a capacidade de trabalhar o psiquismo do estudante, o que valida sua significação educacional, tornando-se um instrumento pedagógico para o crescimento individual e fazer dele um sujeito crítico da sociedade. Este processo deve ser conduzido com habilidade pelo professor, para que a literatura não se converta em uma pedagogia de silêncios, baseada no poder imposto

pelo poder de doutrinação moral. Os alunos, através de uma pluralidade de narrativas, de autores, de abordagens literárias e pedagógicas, chegam à conscientização de todos os modelos que podem limitar seu desenvolvimento, como também daqueles que podem transformá-los em sujeitos sociais.

O desenvolvimento é a capacidade de cada sujeito de se construir dentro de sua realidade concreta. E, neste sentido, deve, como cidadão, contribuir para que a sociedade também caminhe no sentido do progresso integral, levando em conta o contexto histórico. Não se pode olvidar que uma das estratégias mais efetiva é a educação, sobretudo como formação básica, que deve ser universalizada na população. Nesta perspectiva, a tecnologia deve auxiliar na construção do projeto de desenvolvimento moderno e próprio, a fim de que a sociedade possa contar com meios potentes para enfrentar o desafio da sustentabilidade da morada do homem, com ênfase para a face ambiental.

No aspecto da formação da cidadania um dos graves problemas é a falta de oportunidades, a pobreza, que já faz parte do sistema, e só a educação consegue combatê-la. A solução parece ser encontrada mais no âmbito da educação e da cidadania do que no reino da economia. O educando precisa ser conscientizado de que sua emancipação está diretamente ligada ao seu processo educacional e de construção do sujeito e do cidadão.

A escola, para conseguir a formação de conceitos de subjetividade, de cidadania e de meio ambiente requer substantivas mudanças em seus programas, na atuação pedagógica dos professores, no estímulo que deve ser dado aos mesmos de diversas formas, por meio da valorização do seu trabalho pelo governo, proprietários de escolas e empresas. O professor é a ponte entre sociedade e o aluno.

Por que não pode ele ser estimulado em seu trabalho? Não se pode olvidar a importância da ação política do professor que implica preparo, qualificação e vontade para conduzir o processo educativo na busca não apenas dos bens culturais, mas dos valores humanos e sociais, em função de suportes ideais, como é o caso das normas éticas e morais.

A construção dos conceitos de subjetividade, de cidadania e de meio-ambiente devem acontecer nas aulas de literatura, para que não sejam apenas assuntos

esporádicos, nem tratados transversalmente, mas que sejam apreciados sistematicamente pelo professor, a fim de que o aluno se reconheça como sujeito na construção do conhecimento e não um ser passivo que apenas participa do fenômeno da reificação. O mundo moderno gera situações, em que os homens que deveriam ser sujeitos, são, na verdade, objetos, enquanto que os objetos, as coisas mortas assumem posição de coisas vivas. O discurso liberal, que diz ser o homem livre e agente, não passa de um discurso ideológico, um discurso que revela e esconde ao mesmo tempo o conceito moderno de sujeito e de homem enquanto indivíduo - favorecendo com isso o poder, o "*status quo*" vigente, a situação real que é a vida comandada pelo capitalismo, como um "polvo" com todos os seus tentáculos: homem reificado, materialismo, abuso de poder, hedonismo, destruição da natureza, corrupção, enriquecimento ilícito com a posse indevida do erário público, e tantas outras mazelas, que, gradativamente, vão empobrecendo cada vez mais os pobres e enriquecendo cada vez mais os ricos. A tudo isso, deve-se acrescentar que a pós-modernidade, associada à globalização, ao neoliberalismo, cujo valor supremo é a vontade de liberdade total, desenfreada, algo que acompanha a velocidade das mudanças econômicas, tecnológicas, culturais, sociais em que a educação é apenas um apêndice das ciências sociais, tudo isso implica a experiência de um viver incerto, de um mundo incontrolável e assustador, onde o errado é o certo, e vice-versa, onde há a destruição dos valores e da fé de um homem no seu semelhante. Tudo isso é o oposto da segurança projetada em torno de uma vida social, familiar, estável ou da ordem, idealizada pelo sujeito construído sobre valores perenes, eternamente válidos, sempre apontados por teorias filosóficas educacionais que possuem visão integral do homem.

Atualmente, o educador pode até sentir-se sem uma base sólida que fundamente sua atividade profissional, pois muitos filósofos, artistas e revolucionários, individual e coletivamente, criaram, aos poucos, a descrença naquilo em que as teorias educacionais modernas diziam se basear. Diante de tudo que foi dito acima, a postura pedagógica deveria adotar a narrativa para, através de seu aproveitamento, o professor se torne mais comprometido com a construção de conceitos indispensáveis na formação do homem integral como a subjetividade, a cidadania e o meio ambiente, ao lado do desenvolvimento da criatividade, a fertilização da imaginação, do que com o conformismo e a recepção passiva de saberes já instituídos.

As narrativas propõem aos alunos dimensões plurais da realidade nelas contidas e de como os personagens ali inseridos enfrentam a realidade, e de como os alunos podem sugerir outras modalidades de descrições da realidade e de como modificá-la. Isso geraria uma discussão em torno de vários conceitos e daria subsídios aos alunos para imaginar soluções possíveis para os problemas encontrados na própria vida.

A leitura de narrativas diferentes possibilitam a consciência de que há várias descrições da realidade, conceito, hoje, cada vez mais complexo, em virtude de os meios de comunicação confundirem ficção e realidade, tornando seus contornos cada vez menos nítidos e menos transparentes. A televisão, a Internet, a informática possuem o poder de estabelecer conceitos cada vez mais inusitados a respeito de realidade e ficção, fazendo com que o espectador menos avisado tenha até dificuldade em situar-se diante do poder transformador dessas máquinas.

De outro lado, as narrativas não possuem sentido por si mesmas, mas devem revestir-se de sentido, de textos portadores de conceitos, o que depende do trabalho do professor e dos alunos, que buscam ver pontos de contato entre a realidade das narrativas com as narrativas de suas próprias vidas, das semelhanças ou dessemelhanças das subjetividades dos protagonistas com a própria subjetividade, de ações de cidadania e de meio ambiente.

As narrativas podem ajudar muito na reformulação da idéia do que é ser um sujeito diferente, do que é viver numa realidade diferente, do que é precisar de novos direitos para poder sobreviver como diferente. Também as narrativas podem ensinar muito sobre convivência entre pessoas completamente diferentes ou pessoas semelhantes, lutando pelos mesmos ideais, vivendo num mundo simples, comum e cotidiano.

É possível, por exemplo, extrair das narrativas todos os modelos de comportamento diante da realidade da vida, conduzindo o próprio aluno a descobrir esses paradigmas, segundo um olhar crítico que a educação desenvolverá no aluno.

Uma outra forma de aproveitamento da narrativa é conduzir o aluno à ação, isto é, a produzir suas próprias narrativas, a sentir-se como protagonista de um acontecimento que mereça ser narrado. Neste processo de criação de novas narrativas, o papel de criação de novas metáforas deve ser potencializado.

O professor deve ensinar o aluno a olhar para as palavras, a olhar o lugar de onde elas vêm e a olhar o lugar aonde elas estão querendo ir ou o significado que estão querendo instituir. Ali surge o novo em termos semânticos que poderá apontar para outras realidades novas, ou instaurar algo completamente novo. A expressão "Ordem e progresso" inscrita em nosso Símbolo Nacional revela para todos os brasileiros o mesmo significado? Qual a leitura que dessa expressão fazem os brasileiros dentro do conceito de cidadania? Não será o próprio conceito de cidadania um vasto campo semântico aberto a inúmeras possibilidades de interpretação?

É nesse espaço semântico, o espaço de criação de metáforas no contexto da narrativa que o professor atua como incentivador da criatividade, atento às narrativas que dizem coisas literais, mas principalmente atento às narrativas que criam metáforas, que, talvez, aportem para novos sentidos da realidade e auxiliem na solução dos problemas. As narrativas constituem formas de descrição do mundo, de descrição do homem pelo próprio homem.

As narrativas, os contos de fadas são metáforas construídas para ajudar as crianças a encontrar o significado da vida. Através dessas narrativas a criança começa a perceber o bem e o mal que são incorporados na forma de algumas figuras e de suas ações, já que bem e mal são realidades onipresentes na vida do ser humano e, em todo ser humano, há tendência tanto para o bem quanto para o mal. É esta dualidade que coloca o problema moral e exige de cada homem a luta para resolvê-lo.

Os contos de fadas devem ser apresentados de tal forma que despertem a curiosidade das crianças, consigam entreter sua atenção, enriquecer sua vida, estimular-lhe a imaginação, ajudá-las a desenvolver sua inteligência, a tornar claras suas emoções, a harmonizar-se com suas ansiedades e aspirações, reconhecer suas dificuldades e, ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que as perturbam. Enfim, deve a narrativa relacionar-se com todos os aspectos de sua personalidade, promovendo a confiança nelas mesmas e no seu porvir. Através dos contos, a criança deve aprender a compreender-se melhor, a compreender melhor o mundo, tornar-se mais capaz de compreender os outros e, conseqüentemente, a relacionar-se de forma mais significativa com os outros.



São muitos os conteúdos que, habilmente, um professor pode extrair dos contos de fada, além dos elementos tradicionalmente encontrados nessas narrativas. Podem aí ser estudados facilmente temas como a construção da subjetividade, cidadania, meio ambiente, assim como evidenciar valores, qualidades, defeitos. Desta forma, a criança estabelece contato com a narrativa desde cedo, podendo ajudá-la na formação de conceitos.

A construção de sujeitos sociais, do conceito de cidadania plena, do respeito à natureza como a casa comum de todos os homens e de todas as gerações poderão desempenhar a função de matrizes geradoras de um novo paradigma civilizacional, hoje de dimensões planetárias. O sujeito coletivo será a humanidade como um todo, a humanidade unificada e solidária por sua origem, por seus objetivos comuns, principalmente, de saudável convivência neste planeta azul e branco, buscando um destino coletivo de realização plena e feliz junto com o universo.

Nesta única república mundial, para a qual a humanidade está caminhando, se os homens todos se tornassem sujeitos sociais, cidadãos solidários, cuidando de sua "casa" comum, a natureza, o meio ambiente, poder-se-ia articular com menos barreiras e obstáculos, o pessoal com o social, o local com o global, os significados da história individual com os significados da história coletiva, a narrativa de cada tradição cultural com a narrativa comum da humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Casimiro de. *Poesias completas*. Ed. Saraiva, São Paulo, 1961

ALAIM, Touraine. *Crítica da Modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. 6ª ed., Petrópolis RJ, Vozes, 1994.

ALMEIDA, Antonio Luiz Mendes de. *Educação sem rótulos: a meta abandonada*. Rio de Janeiro, Quorum, 2000.

ALSTON, William P. *Filosofia da Linguagem*. Trad. De Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

ASSMANN, Hugo. *Reencontrar a Educação: Rumo à sociedade aprendente*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 2001.

AULAGNIER, P. *A violência da interpretação; do Pectograma ao enunciado*. Rio de Janeiro. Imago, 1979.

AZEREDO, Vânia Dutra de. *Nietzsche e a dissolução da moral*. São Paulo UNIJUI, 2003.

BARBOSA, Elyana, e BULCÃO, Marly. *Bachelard: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação*. Petrópolis, vozes, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo, Ática, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Trad. De Maria Helena Külmer. Rio de Janeiro, DIFEL, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. De Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rev.Téc. de Luis Carlos Fridman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

BELTTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

BERGOTTINI, Palieraqui. Ramona E. *Transmissão psíquica a herança como destino*. Tese (doutoramento). Departamento de Psicologia. UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial*. Rio de Janeiro, Sextante, 2004.

\_\_\_\_\_. *A voz do arco-íris*. Rio de Janeiro, Sextante, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ecologia: Grito da Terra. Grito dos Pobres*. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

\_\_\_\_\_. *Civilização Planetária: desafios à sociedade e ao cristianismo*. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre, 2ª impressão Artmed, 2002.

BUZZI, Arcângelo R. *Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem*. Petrópolis, RJ, vozes, 1983.

CABRAL, Isabel Cristina Martelli. *A narração*. São Paulo, Atual, 1989. (Tópicos de Linguagem).

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo; UNESP, 1999.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *Sobre o conto brasileiro*. Rio de Janeiro, Gradus, 1977.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo, Cultrix, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASHDAN, Sheldon. *Os 7 pecados capitais nos contos de fadas como os contos de fadas influenciam nossas vidas*. Trad. de Maurette Brandt. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

CASINI, Paolo. *As filosofias da natureza*. 2ª ed., Lisboa, Presença, 1987.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber; elementos para uma teoria*. Trad. De Bruno Magne. Porto Alegre. ARTMED, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 12ª ed., Ática, 2002.

Cidade Atravessada: *Os sentidos públicos no espaço urbano*. Org.: Eni. P. Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 2001.

CRISTOVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Brasília/Rio, 1977.

DANTAS, José Maria de Souza. *Didática da Literatura*. Rio. Forense Universidade, 1982.

DEMO, Pedro. *Política Social. Educação e Cidadania*. 6ª ed., Campinas, SP, Capirus, 2003.

*Desconstrução e Ética – Ecos de Jacques Derrida.* Org.: Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro, Ed. PUC – Rio, São Paulo: Loyola, 2004.

*Educação: um tesouro a descobrir.* 8ª ed., São Paulo Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

*Educação Ambiental e Cidadania; cenários brasileiros/org.:* Fernando Oliveira Noal, Valdo Hermes de Lima Barcelos. Santa Cruz do Sul Ed. UNISC, 2003.

*Educação Ambiental: Compromisso com a sociedade.* Org.: Speranza França da Mata et al. Rio de Janeiro, MZ Editora, 1999.

*Educação Ambiental, desafio do século: um apelo ético.* Org.: Speranza França da Mata et ali. Rio de Janeiro, Editora Terceiro Milênio, 1998.

EIGUER, Alberto. *A parte maldita da herança*, in Eiguer, Alberto; André Fustier, F.; CICCIONE, A.; KAES, R. a Transmissão do psiquismo entre gerações. Enfoque em terapia familiar psicanalítica – São Paulo: UNIMARCO, 1998. (21-84. p).

FÃVERO, Leonor Lopes. *Coessão e coerência textuais.* São Paulo, Ática, 2000.

*Filosofia prática e modernidade.* Org.: Luiz Bernardo Leite, Ricardo José Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2003.

FISCHER, Gustave. N. *Psicologia Social do Ambiente.* Trad. Armando Pereira da Silva, Instituto Piaget, Lisboa, 1990.

Formando professores profissionais. *Quais estratégias? Quais competências?* Org. por Léopold Paguay, Philippe Perrenound, Marguerite Altet, Éveline Charlier; Trad. Fátima Murad e Eunice Gruman. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. Vygotsky e Bakhtin. *Psicologia e Educação*. 4ª ed., São Paulo, Ática, 2002.

GALLO, Sílvio. *Deleuze & a Educação*. *Belo Horizonte*, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, Editora, S.A. LTC. 1989.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *O que é pedagogia*: São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da educação*. Rio de Janeiro DP & A, 2002 – 2ª ed.

\_\_\_\_\_. *Richard Rorty: A Filosofia do Novo Mundo em busca de mundos novos*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

GIACOIA JR. Oswaldo. *Nietzsche. & para além do bem e do mal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 2002.

GIROUX, Henry A. *Atos Impuros: a prática política dos estudos culturais*. Trad. De Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre, Artmed, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Personalidade, saúde e modo de vida*. Trad. De Flor Maria Vidaurre Lenz da Silva. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2004.

*Graciliano Ramos* Coletânea organizada por Sonia Braymer. Rio, Civilização Brasileira. Brasília. INL, 1977.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido; ensaios semióticos*. Trad. De Ana Cristina Cruz Cezar et al. Revisão técnica de Milton José Pinto. Petrópolis, Vozes, 1975.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. de Maria Cristina F. Bittencourt. 13ª ed. Campinas, SP. Papyrus, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP, Pontes, 2002.

GUIRAUD, Pierre et KUENTZ, Pierre. *La Stylistique*. Paris, Klincksieck, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. São Paulo, Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Para reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre, L&PM, 1987.

\_\_\_\_\_. A nova intransparência: a crise do estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas in *Novos Estudos*, CEBRAP, n.18, p.103-114, 1987.

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. A unidade da razão na multiplicidade de suas vozes in *Revista Filosófica Brasileira*; Revista do Departamento de Filosofia do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.53-81, out.1989.

\_\_\_\_\_. Einen unbedingten Sinn zu retten ohne Gott, ist eitel, Reflexionen über einem Satz von Max Horkheimer in *Kritischer Materialismus* Germany: 1991, p. 125-142. Texto traduzido do original alemão por Déa Gomes Fernandes da equipe de pesquisa do LISE/UFRJ (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Imaginário Social e Educação).

\_\_\_\_\_. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2 volumes, 1997.

HADJI, Charles. *Pensar & agir a educação: Da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência*. Porto Alegre, Artmed, 2001.

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da Linguagem*. Trad. De Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ. Ed. vozes, SP. Universidade São Francisco, 2003.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Literatura: esse objeto do desejo*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1997.

*História da Cidadania*. Org.: Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003.

HRYNIEWICZ, Severo. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro. Edições do autor, 1999.

*Infância: fios e desafios da pesquisa*. Orgs.: Sonia Kramer e Maria Isabel Leite, Campinas SP. Papyrus, 1996.

JOBIN E SOUZA, Solange. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. 8ª ed., Campinas, SP, Papyrus, 1994.



KAES, R. *Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud*. In Kaes, R.; Faimberg H.; Enriquez, M.; Baranes, J. *Transmissão da Vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. (27-67 p.)

KANT, Emmanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. De Paulo Quintela Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1948.

KLEIMAN, Ângela B. e MORAES, Sílvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP, Mercados de Letras, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. *A coesão textual: Mecanismos de constituição textual. A organização do texto*. Fenômenos de Linguagem. São Paulo, Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. e Travaglia, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 10º ed., São Paulo, Contexto, 2000.

KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: O marxismo da melancolia*. 3ª ed., Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1999.

LARROSA, Jorge. *Nietzsche & a Educação*. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo horizonte, Autêntica, 2002.

LEME, Odilon Soares, SERRA, Stella Maria Garrafa e Pinho, José Albertoni de. *Assim se escreve... gramática. Assim escreveram...Literatura*. Brasil-Portugal. São Paulo. EPU, 1981.

LEAVHY-DIOS, Cyana. *Educação Literária como metáfora social: desvios e rumos*. Niterói. Ed. UFF, 2000.

*Ler e reescrever*. Quincas Borba / org.: Ivo Barbieri. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2003.

LISBOA, Luiz Carlos. *O nome das coisas*. São Paulo, Summus Editora. Ltda. s/d.

LOMBORG, Bjorn. *O ambientalista cético; revelando a real situação do mundo*. Trad. De Ivo Korytowski e Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

MACEDO, Gilberto de. *Casa Grande e Senzala, obra didática?* Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, INL, 1979.

MAGALHÃES, Célia. *Os monstros e a questão racial na narrativa modernista brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2003.

MAGALHÃES, Diógenes. *Redação com base na lingüística {e não na gramática}* São Paulo, Edições Coisa Nossa, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. De Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha 3ª ed., São Paulo, Cortez, 2004.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. Trad. Caetano Lo Monaco, 10ª ed., São Paulo, Cortez, 2002.

*Meio Ambiente no Século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento / coordenação André Trigueiro*. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A prosa do mundo*. Trad. Paulo Neves, São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. De Eloá Gacobina, 5ª ed., Rio. Bertrand Brasil, 2001.

*O direito ambiental das cidades*. Ronaldo Coutinho / Rogério Rocco. Rio de Janeiro, DP & A, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP, Pontes, 2001.

*Os Simpsons e a filosofia* / editores / William Iriwim, Mark T. Conard, Acon j. Skoble. Trad. Marcos Malvezzi Leal. São Paulo, Madras, 2004.

PACHECO, Agnelo de Carvalho. *A Dissertação*. São Paulo, Atual, 1988 (Tópicos de Linguagem).

PHILIPPE, Meirieu. *A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar*. Trad. De Fátima Murad. Porto Alegre, Artmed, 2002.

RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, S.A., 1979.

RAMOS, GRACILIANO. *São Bernardo*. Rio de Janeiro, Record, 1984.

REUTER, Ives. *A análise da narrativa: O texto, a ficção e a narração*. Trad. de Mário Pontes, Rio de Janeiro, DIFEL, 2002.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. de M.F Sá Correia. Portugal, RES-Editora, Ltda. 1988.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 6ª ed. Petrópolis, vozes, 1984.

SCHEFFLER, Israel. *A Linguagem da Educação*. Trad. de Balthazar Barbosa Filho. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

SERPELL, Roberto. *Influência da Cultura no Comportamento*. Trad. de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

SHUON, Frithjof. *O homem no universo*. Trad. de Mateus Soares de Azevedo e Alberto Vasconcelos. Editora Perspectiva, São Paulo, 2001.

SILVIA, Awazildo Vasconcellos da et al. *Desconstrução/construção no texto lírico*. Rio. Francisco Alves Editora S.A., 1975.

SIQUEIRA, José Eduardo de. *Ética e tecnociência: uma abordagem segundo o princípio de responsabilidade* de Hans Jonas. Londrina, UEL, 1998.

TURATO, Egberto Ribeiro. *Tratado de Metodologia da Pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico – epistemológica, discussão comparada de aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999.

VEIGA NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

VIGOTSKI, L.S. *Pensamento e Linguagem*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo, Pioneira, 1973.